



**Universidade Federal do Pará
Núcleo de Meio Ambiente
Programa de Pós-Graduação em Gestão de Recursos
Naturais e Desenvolvimento Local na Amazônia**



Hermógenes José Sá de Oliveira

**Redes, aprendizados e ativos territoriais na Amazônia:
o processo de qualificação do açaí do rio Canaticu, arquipélago do Marajó, Pará**

**Belém
2018**

Hermógenes José Sá de Oliveira

Redes, Aprendizados e Ativos territoriais na Amazônia:
o processo de qualificação do açaí do rio Canaticu, arquipélago do Marajó, Pará

Dissertação apresentada ao Núcleo de Meio Ambiente da
Universidade Federal do Pará como requisito avaliativo para
obtenção do grau de Mestre em Gestão de Recursos Naturais e
Desenvolvimento Local na Amazônia – PPGEDAM.
Orientador: Prof. Dr. Gilberto de Miranda Rocha.

Belém
2018

**Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) de acordo com ISBD
Sistema de Bibliotecas da Universidade Federal do Pará
Gerada automaticamente pelo módulo Ficat, mediante os dados fornecidos pelo(a) autor(a)**

- O48r Oliveira, Hermógenes José Sá de.
 Redes, aprendizados e ativos territoriais na Amazônia : o processo de qualificação do açaí do rio
 Canaticu, arquipélago do Marajó, Pará / Hermógenes José Sá de Oliveira, . — 2018.
 104 f. : il. color.
- Orientador(a): Prof. Dr. Gilberto de Miranda Rocha
 Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-Graduação em Gestão de Recursos Naturais e
 Desenvolvimento Local na Amazônia, Núcleo do Meio Ambiente, Universidade Federal do Pará, Belém,
 2018.
1. Desenvolvimento sustentável. 2. Açaí. 3. Redes sociais. I. Título.

CDD 307.109811

Hermógenes José Sá de Oliveira

Redes, aprendizados e ativos territoriais na Amazônia:
o processo de qualificação do açaí do rio Canaticu, arquipélago do Marajó, Pará

Dissertação apresentada ao Núcleo de Meio Ambiente da Universidade Federal do Pará como requisito avaliativo para obtenção do grau de Mestre em Gestão de Recursos Naturais e Desenvolvimento Local na Amazônia – PPGEDAM, orientado pelo Prof. Dr. Gilberto de Miranda Rocha.

Data da defesa: ____ / ____ / ____

Conceito: _____

Banca Examinadora:

Prof. Dr. Gilberto de Miranda Rocha Orientador/Presidente da Banca

Prof. Dr. Mário Vasconcellos Sobrinho (examinador interno)

Prof. Dr. Sérgio Castro Gomes (Programa de Pós-Graduação em Administração - PPAD / UNAMA)

Prof. Dr. Benedito Ely Valente da Cruz (Departamento de Filosofia e Ciências Sociais).

Dedico este trabalho aos meus pais, pelo espírito questionador e pelo “amor ao interior” do Pará, e à minha esposa, pelos carinhos e por dividir a jornada.

AGRADECIMENTOS

Acredito que um trabalho como este, embora seja resultado de um grande esforço pessoal meu, não seria possível sem a colaboração de outras pessoas.

Inicialmente gostaria de agradecer ao Instituto Peabiru que me permitiu conciliar de forma bastante profícua trabalho e estudo, além do suporte inestimável à pesquisa de campo.

Agradeço também aos professores do Núcleo de Meio Ambiente (NUMA) da UFPA que sempre estiveram dispostos a esmiuçar meus questionamentos. Em especial aos professores Mário Vasconcellos, Socorro Flores e Gilberto Rocha que, em suas aulas, sempre nos desafiaram a problematizar metodologicamente.

Tenho agradecimento especial ao meu orientador, Gilberto Rocha, que soube identificar meus conhecimentos empíricos e direcioná-los para a temática de desenvolvimento de ativos territoriais.

O trabalho não seria possível também sem a boa receptividade das pessoas de Curralinho e do rio Canaticu, especialmente dos membros da Cooperativa Sementes do Marajó, nas figuras de Carlinhos e Herde. Agradeço também ao Marquinhos, pelas aulas, e a Vicente, Wartinho e Rose, do porto Tartaruga, que finalmente me fizeram entender a diferença entre o fundo e o caixinha.

RESUMO

Investiga o processo de construção social de ativos territoriais na Amazônia e como estes, ao emergirem, revelam territórios, configurados pelas características gerais de uma economia pós-fordista. Os ativos territoriais são resultado da metamorfose que tem origem em recursos genéricos (ativos virtuais) que passam a ativos (genéricos) por meio do mercado e que podem ou não, a depender do engajamento do sistema territorial de atores, se tornarem ativos específicos ou territoriais. Essa dinâmica territorial se caracteriza por ser um processo eminentemente vivo e diligente de formulação e resolução de problemas, em sua maioria inéditos, relacionados à produção, que permite revelar recursos latentes e valorizar o território. A pesquisa estudou o caso do açaí do rio Canaticu em Currealinho, no arquipélago do Marajó (PA), desde sua época de recurso genérico (ativo potencial) até sua fase atual de ativo genérico/recurso em especificação. Teve como arcabouço teórico-conceitual a (nova) sociologia econômica e os estudos sobre a especificação de ativos territoriais. A pesquisa, de abordagem qualitativa, escolheu o Método do Estudo de Caso (*case studies*) para buscar compreender a dinâmica de formação socioterritorial do rio Canaticu e de suas redes de atores sociais, especialmente por possibilitar o necessário enfoque interpretativo sobre o fenômeno contemporâneo da qualificação de ativos territoriais dentro de um contexto social vivo, sem limites claros entre o fenômeno e o contexto social. A escolha do método foi corroborada pelo entendimento de que o ambiente tecnicamente único da pesquisa ofereceria muito mais variáveis de interesse do que fonte de dados e, nesse sentido, ter-se-ia que se basear em várias fontes de evidências e em proposições teóricas prévias para conduzir a coleta e análise dos dados. A pesquisa de campo percebeu dois processos de ativação territorial paralelos e interdependentes: (a) a dinâmica de formação de uma rede de ativação territorial do rio Canaticu, a partir da constituição incrustada na história longa da rede de atores em busca de direitos; e (b) a ativação do açaí, processo de transformação de ativo genérico em ativo do território, a partir de aprendizados e inovações territoriais que permitem a construção coletiva da qualidade territorial.

Palavras-chave: Ativos territoriais, desenvolvimento territorial, açaí, sociologia econômica.

ABSTRACT

It investigates the process of social construction of territorial assets in the Amazon and how they emerge and reveal territories, shaped by the general characteristics of a post-Fordist economy. Territorial assets are the result of the metamorphosis that originates from generic resources (virtual assets) that pass to (generic) assets through the market. They may or may not become specific or territorial assets, depending on the engagement of the territorial system of actors. An eminently alive and diligent process of formulation and resolution of problems, mostly unpublished, related to production, which allows revealing latent resources and enhancing the territory, characterize this territorial dynamic. The research studied the case of the açai of the Canaticu River in Curralinho, in the archipelago of Marajó (PA), from its potential resource time to its current phase of generic asset/resource in the process of a specification. It had as a theoretical-conceptual framework the (new) economic sociology and the studies on the specification of territorial assets. This case study research tries to understand the dynamics of the socio-territorial formation of the Canaticu River and its networks of social actors. The choice of method allowed the necessary interpretive focus on the contemporary phenomenon of the qualification of territorial assets within a living social context, without clear limits between the phenomenon and the social context. Moreover, the technically unique research environment, with many more variables of interest than data sources, corroborated the choice of method. Thus, the research relied on various sources of evidence and previous theoretical propositions to conduct data collection and analysis. Field research has identified two processes of territorial activation and interdependent: (a) the dynamics of formation of a network of territorial activation of the Canaticu River, from the constitution embedded in the long history of the network of actors in search of rights; and (b) the activation of açai, a process of transformation of generic assets into assets of the territory, based on learning and territorial innovations that allow the collective construction of territorial quality.

Key words: Territorial assets, territorial development, açai, economic sociology.

LISTA DE FIGURAS

Quadro 1	Tipologia dos fatores de concorrência espacial.....	21
Figura 1	Processo SECI.....	33
Figura 2	Marajó: Microrregiões e Regiões Imediatas.....	37
Gráfico 1	Distribuição dos PAEs entre os municípios da mesorregião do Marajó (PA) em 2017.....	45
Figura 3	Mapa de Localização dos Rios, Braços, Furos e Ilhas do Rio Canaticu e suas localidades.....	84
Foto 1	Rio Tartaruga - Vista das Casas.....	86
Foto 2	Frutos "bem pretinhos" e "tuíras".....	90
Foto 3	(1) Rasa, Lata e Basqueta (esquerda .p. direita) / (2) Basqueta equivale a duas rasas/latas.....	92
Foto 4	(3) Passagem do Açaí da rasa para a lata / (4) Açaí medido passado para a basqueta.....	93
Foto 5	Novo Porto Açaí do Tartaruga.....	95

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Estimativas da População residente nos Municípios da Mesorregião do Marajó com data de Referência em 1º de julho de 2016.....	35
Tabela 2 - Número de Projetos de Assentamentos Agroextrativistas (PAEs), Capacidade de famílias, Famílias assentadas e Área do Assentamento, na mesorregião do Marajó, por município, no ano de 2017	40
Tabela 3 - Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) dos municípios da mesorregião do Marajó na faixa de desenvolvimento humano considerada muita baixa com base no Censo de 2010	41
Tabela 4 - Percentual de pessoas extremamente pobres, pobres e vulneráveis à pobreza no Brasil, no Pará e nos municípios da mesorregião do Marajó no ano 2010	42
Tabela 5 - Percentual de pessoas extremamente pobres, pobres e vulneráveis à pobreza no Brasil, no Pará e nos municípios da mesorregião do Marajó no ano 2010	43
Tabela 6 - Informações sobre os assentamentos de reforma agrária no município de Curalinho (PA) até o ano 2011	46
Tabela 7 - Açaí (fruto) Quantidade produzida na extração vegetal (Toneladas).....	48
Tabela 8 - Açaí (fruto) - Valor da produção na extração vegetal (Mil Reais).....	49
Tabela 9 – Lista de pessoas entrevistadas com nome, idade, classificação e especificação	57

LISTA DE SIGLAS

AL	– Alagoas
AMAM	– Associação dos Municípios do Arquipélago do Marajó
APA	– Área de Proteção Ambiental
CODETEM	– Colegiado de Desenvolvimento Territorial do Marajó
ES	– Espírito Santo
IG	– Indicações geográficas
INCRA	– Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
MC	– Marcas coletivas
MPE	– Micro e pequenos empreendimentos
PAEs	– Projetos de Assentamentos Agroextrativistas
PB	– Paraíba
PE	– Pernambuco
PCT	– Povos e comunidades tradicionais
RN	– Rio Grande do Norte
RJ	– Rio de Janeiro
SC	– Santa Catarina
SE	– Sergipe
SIAL	– Sistemas Agroalimentares Localizados
SR	– Superintendência Regional do INCRA
FETAGRI	– Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado do Pará
SAGRI	– Secretaria de Agricultura do Estado do Pará

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	12
2	REFERENCIAL TEÓRICO-METODOLÓGICO	16
2.1	Recursos e Ativos Territoriais	16
2.2	Teorias heterodoxas e os mercados agroalimentares	22
2.2.1	Nova Sociologia Econômica (NSE) e os mercados tradicionais	24
2.3	Aprendizados e Inovações territoriais	30
2.4	Contextualizando o território – o Marajó	34
2.4.1	Curralinho e o rio Canaticu	44
2.5	Contextualizando o produto – o açaí	47
2.6	Contextualizando os Atores – Povos e comunidades tradicionais	51
2.7	Procedimentos de pesquisa	55
3	RESULTADOS E DISCUSSÃO	60
3.1	A formação da rede de ativação territorial do rio Canaticu	60
3.1.1	Das Redes de aviação para Redes de Comunidades.....	60
3.1.2	O Rio Canaticu e a formação das redes de ativação territorial	68
3.1.3	Açaí do Canaticu – 1º round: comercializar juntos.....	69
3.2	Aprendizados e inovações territoriais e ativação da qualidade	75
3.2.1	O manejo dos açaizais – “Tudo começa pelo manejo”	77
3.2.2	Açaí do Canaticu – 2º round: Qualificar	80
3.2.3	O Porto Açaí do Tartaruga	85
3.2.4	A qualidade do Porto Açaí do Tartaruga e a ativação territorial do Canaticu	88
3.2.5	O Fundo Solidário – Diversificação econômica	93
4	CONSIDERAÇÕES FINAIS	95
	REFERÊNCIAS	98

1 INTRODUÇÃO

Ao longo de sua história, a Amazônia não alcançou promover seu desenvolvimento de forma duradoura e permanente (HOMMA, 2012), prevalecendo de forma continuada a lógica produtivista na ocupação do território, concentrada na implantação de infraestruturas energéticas e de transportes para atender aos interesses de grandes empreendimentos agroexportadores ou complexos industriais (PEIXOTO, 2009), o que não conseguiu melhorar as condições de vida da maioria de sua população, especialmente de seus povos e comunidades tradicionais (PCT).

A pobreza dita as condições de vida da maioria dos povos indígenas, comunidades remanescentes de quilombos, extrativistas, pescadores, agricultores familiares de assentamentos, dentre outros, resultado dos diversos ciclos econômicos fortemente apoiados na utilização e destruição de seus recursos naturais e de seus meios de vida (ROGEZ, 2000). Somase a isso a dificuldade de se criar alternativas de renda e emprego para o conjunto dessas pessoas (HOMMA, 2012).

A reação dos diversos setores da sociedade e do aumento das exigências e condicionantes ecológicas/sustentáveis de organismos internacionais de financiamento nas últimas décadas, no entanto, acabaram por estimular o surgimento de novos conceitos e práticas econômicas alternativas para o desenvolvimento da Amazônia (MORETTO et al., 2012; ZHOURI e LASCHEFSKI, 2010; MELO, 2003).

Nesse novo contexto institucional, direitos territoriais são reivindicados por povos e comunidades tradicionais e novas políticas públicas são implementadas para a agricultura familiar (BRASIL, 2009).

Frutas, óleos, méis, farinhas outros produtos agroalimentares relacionados à conservação da floresta são bens emergentes e valorizados em diversos mercados diferenciados. São ativos da biodiversidade brasileira e amazônica, mas são também indissociáveis da cultura, dos meios de vida de povos e comunidades tradicionais (PCT) e de agricultores familiares, que contribuem para a manutenção e valorização das práticas e saberes. São assim produtos da sociobiodiversidade (BRASIL, 2009).

Em paralelo, nas últimas décadas, tanto no Brasil quanto em toda a América Latina, produtos agroalimentares diferenciados por sua origem têm sido promovidos e valorizados nos mercados alimentares (ANJOS, 2011; NIEDERLE, 2011).

Assim, em boa medida, para o desenvolvimento de áreas rurais tem sido pensado, como forma de ativação endógena do território, estratégias de promoção de seus produtos típicos (NIEDERLE e AGUIAR, 2012). Essa composição de uma oferta de qualidade distingue um

território entre os demais na dinâmica de concorrência promovida pela deslocalização da globalização e representa uma alternativa à lógica do produtivismo (PECQUEUR, 2006b).

Os produtos da sociobiodiversidade amazônica se encaixam na categoria de produtos territorializados e poderiam ser promovidos por sua diferenciação de qualidade vinculada à origem. Para os povos e comunidades tradicionais, o território é o patrimônio de socialização do grupo que garante a produção e reprodução da comunidade como um todo, dentro de princípios de reciprocidade e coletividade mais do que competitividade (ZHOURI e LASCHEFSKI, 2010).

Esses povos e comunidades desenvolvem produtos únicos, resultado da sociobiodiversidade, arraigados em suas identidades culturais e territorialidades específicas, e especiais pelos seus modos de fazer e produzir (SANTILLI, 2005). As possibilidades que se abrem para a ativação de seus territórios de origem com complementação desses negócios com turismo e gastronomia são significativas (PECQUEUR, 2006b), especialmente considerando suas outras dimensões simbólicas (sustentável, orgânico, familiar, agroecológico, entre outros).

Infelizmente os desafios para os micros e pequenos empreendimentos, especialmente os de caráter coletivo e comunitário em espaços rurais na Amazônia, são também consideráveis, devido principalmente às características resultantes da maneira como a Amazônia historicamente foi “integrada” economicamente ao restante do país (MELO, 2003; PEIXOTO, 2009), especialmente na função de fornecedora de energia e matérias-primas.

Em termos mais operacionais e práticos, produtos da sociobiodiversidade da Amazônia em geral esbarram em uma série de limitantes de ordem estrutural que impedem a ampliação e reprodução localmente de experiências que foram bem-sucedidas em outras regiões do país e do exterior, como, por exemplo, (BRASIL, 2009):

- Ausência de regularização fundiária que impossibilita o acesso ao crédito e ao licenciamento dos projetos;
- Ausência de infraestrutura de transporte para o escoamento e energia para a produção de caráter comunitário;
- Elevadas taxas de analfabetismo, especialmente nas zonas rurais, barreiras aos processos de gestão e capacitação;
- Consideráveis lacunas de conhecimento nas áreas de produção, manejo, beneficiamento e industrialização; além da significativa falta de assistência técnica;

A região do Marajó, no Pará, enquadra-se nesse contexto. Apesar de apresentar um patrimonial cultural material e imaterial reconhecido na região e, em certo nível, nacional e

internacionalmente; com produtos de qualidade e reputação consolidadas, e com demanda significativa em diversos mercados, como o açaí, o palmito, pescados e camarões, queijo, e seu artesanato, para citar alguns, não consegue sair do círculo vicioso da pobreza e estagnação econômica.

A ativação territorial, a partir da promoção de produtos com diferencial de origem, tem sido uma estratégia proposta por diversos agentes de desenvolvimento como forma aglutinar esforços para o desenvolvimento sustentável de áreas rurais pobres da Amazônia. No Pará, o potencial de indicação geográfica, por exemplo, de diversos produtos começa a ser estimulado por agentes públicos e privados e a ser pesquisado pela academia como a Farinha de Bragança (DE OLIVEIRA, 2015), Queijo do Marajó (CRUZ et al, 2015; CRUZ, 2017), o Cacau da Transamazônica (VALENTE, 2012), entre outros.

Entretanto, o reconhecimento de indicação geográfica ou qualquer outro signo distintivo não é garantia de impulso às dinâmicas de desenvolvimento territorial, embora possa colaborar para o trabalho dos atores locais na promoção dos ativos do território (NIEDERLE, 2009).

Esta é a linha de argumentação desta pesquisa: concorda-se que Indicações Geográficas, assim como outros instrumentos de proteção e valorização de ativos territoriais, podem ser estratégias de aglutinação de esforços e de indução do desenvolvimento territorial de áreas do Pará e da Amazônia; no entanto, argumenta-se que se necessita previamente de ativos territoriais para se proteger e valorizar, ou seja, o sucesso desses processos, enquanto catalisadores de desenvolvimento territorial, só será possível como resultado da ativação/especificação de recursos específicos em ativos territoriais.

O objetivo da pesquisa é justamente compreender como os ativos territoriais são construídos e consolidados no território. A hipótese é que eles são resultado de sistemas territoriais de atores que incorporam organizações produtivas e aprendizados territoriais para resolução de problemas e desafios inerentes às dinâmicas de desenvolvimento territorial e assim revelam recursos inéditos, que se constituem em inovações.

A pesquisa se baseou nos quadros analíticos oferecidos pelos estudos sobre ativos territoriais e pelas perspectivas da nova sociologia econômica para analisar o açaí do Marajó.

O açaí é um produto da sociobiodiversidade da Amazônia que desponta no mercado agroalimentar nacional, galgando importantes espaços até mesmo em mercados internacionais.

Contudo, embora seja um produto tradicional da cultura alimentar amazônica, como sua comercialização tem aproximadamente três décadas (BRONDÍZIO, 2006, BRASIL, 2007), pode-se afirmar que açaí é ainda um mercado em construção, especialmente em termos de

formalização e padronização de seus procedimentos na cadeia produtiva e da construção de seus parâmetros de qualidade (ROGEZ, 2000).

Ao se estudar sobre o açaí, têm-se uma oportunidade ímpar de se acompanhar, mesmo que não em seu nascedouro, o processo de transição de um mercado informal de proximidade baseado na confiança em redes sociais para um mercado formal que alcança circuitos mais extensos. Nesse processo de construção social, ocorre também a institucionalização da noção da qualidade, especialmente em sua interface evidenciada nas relações de atores enraizados em redes sociais de territórios tradicionais com o mercado contemporâneo, a partir de negociações, aprendizados e inovações ocorridos territorialmente.

2 REFERENCIAL TEÓRICO-METODOLÓGICO

2.1 Recursos e Ativos Territoriais

Justificada pela necessidade de se erigir padrões de qualidade reconhecíveis e aceitáveis em quaisquer mercados, a homogeneização dos produtos (comoditização) nos mercados agroalimentares foi impulsionada fortemente pela globalização (MASCARENHAS, 2008).

Essa dinâmica homogeneizadora da globalização se manifesta no violento deslocamento das empresas ao redor do mundo, graças ao pressuposto de que os fatores trabalho, capital e matéria-prima seriam os mesmos em qualquer lugar, variando apenas suas combinações, o que possibilitaria então a redução das condições de produção à uma mesma escala (PECQUEUR, 2006a, p. 81). No sistema agroalimentar industrial, esse processo de deslocalização acelerado resultou no “alimento de lugar nenhum” (NIEDERLE et al., 2016).

Vale pontuar que há duas estratégias básicas de valorização de recursos produtivos: por seus baixos custos de produção e/ou por sua capacidade de compor uma oferta distinta da concorrência, ampliando assim a margem de lucro (PECQUEUR, 2006b).

O *food from nowhere*, que se orienta pela primeira estratégia, é consequência da implementação do padrão fordista-industrial na produção agroalimentar e expressa a desconexão entre os alimentos e uma origem identificada (NIEDERLE et al., 2016), já que as condições de disponibilidade, qualidade e preço dos alimentos ofertados à população são estabelecidas pelas opções de desenvolvimento do território, refletidas na estruturação produtiva do sistema agroalimentar (MALUF, 2004).

Contudo, esses impactos causados pela globalização, em especial o deslocamento das atividades econômicas e o êxodo rural, têm motivado reações na escala local, como o dinamismo de espaços criados pelos atores nos “*pays*” franceses ou nos distritos industriais italianos com suas formas territorializadas de produção (PECQUEUR, 2005).

O paradoxo é que essas condições de padronização têm estimulado também a busca de novos recursos com características *sui generis* fornecidos por sistemas produtivos localizados (SPL) que representam nichos produtivos que, em tese, não deveriam existir nessa nova realidade (PECQUEUR, 2006b, p. 135).

Segundo Courlet (2006, p. 61), a noção de sistema produtivo local emerge como uma forma de organização de processos econômicos coletivos e “situados” que considera o “*pertencimento* a uma história consubstanciada em regras e representações coletivas” e se estabelece “pela proximidade de problemas e pela coordenação de expectativas e ações

individuais”, resgatando assim tanto a história, o tempo histórico, quanto a geografia e a distância para as abordagens de análise espacial.

A valorização de produtos ancorados em territórios, em vários mercados alimentares, é uma dinâmica associada aos movimentos emergentes de oposição à padronização de produtos agropecuários e em prol da “relocalização das práticas alimentares” (MASCARENHAS e TOUZARD, 2015; NIEDERLE et al., 2016).

São inúmeros movimentos surgidos nos últimos tempos contrários às dinâmicas de desterritorialização, artificialização, padronização e oligopolização, inerentes ao regime sociotécnico dos mercados alimentares, e favoráveis à legitimação de novos valores que buscam reconstruir e requalificar a trajetória social dos alimentos, lastreada no enraizamento sociocultural da produção e do consumo alimentar (NIEDERLE, 2014).

A lógica de reconexão que busca *food from somewhere* ou, de forma mais enfática, *food from here* é impulsionada tanto por consumidores preocupados com o que estão comendo, quem o produziu, onde foi produzido e em quais condições socioambientais; quanto por mercados crescentemente mais orientados por essa demanda (NIEDERLE et al., 2016).

No sistema agroalimentar, a coordenação horizontal de atores inseridos em redes alternativas e territoriais, ou seja, produtores e consumidores que se conhecem e confiam uns nos outros, tem sido fundamental para a estruturação dos mercados de alimentos específicos, contornando os problemas de incertezas qualitativas relacionadas com as assimetrias de informações, especialmente de produtos detentores de atributos difíceis de serem observados na compra (FLEXOR, 2005).

Esses produtos, com características relacionadas ao território, estão vinculados às “condições naturais, o saber-fazer e a existência de cooperação dos atores”, diferentemente de “produtos genéricos” que podem ser produzidos em qualquer lugar (DENARDIN, 2016, p. 51). A atividade produtiva “situada” mantém nítida relação com as características mais relevantes do meio biofísico e social correspondente (PECQUEUR, 2006b).

Há, contudo, diferentes graus de intensidade no vínculo entre um produto e sua origem e esse vínculo pode ou não representar uma característica diferenciadora ou uma qualidade específica (CHAMPREDONDE, 2016). Essa especificidade é uma noção que se apoia, sobretudo, numa concepção cultural da produção anterior à troca capitalista de bens e serviços padronizados (PECQUEUR, 2005).

A identificação e ativação dos recursos específicos do território constituem então o desafio estratégico para os processos de desenvolvimento territorial (DENARDIN, 2016). Essas estratégias territoriais de especificação, na medida que contribuem para a qualificação do

processo de desenvolvimento, “podem ser consideradas formas de valorização das vantagens sustentáveis dos territórios” (DALLABRIDA, 2016, p. 188).

A oferta de recursos, ou sua raridade, e de serviços no território é a condição que normalmente determinava o tipo de desenvolvimento do local e que posicionava esse mesmo local na competição com outros territórios na atração de investimentos e empresas, como têm sido os casos de locais com abundante disponibilidade de dotações de fatores como recursos naturais ou mão de obra com baixo nível salarial, por exemplo (PECQUEUR, 2005).

O território, no entanto, pode oferecer também dotações que não são postuladas, que são resultado do acúmulo do saber-fazer vinculado ao processo histórico ou ainda do financiamento pela coletividade da produção de bens coletivos, apropriados exclusivamente pelos utilizadores (PECQUEUR, 2005).

Os recursos assim podem ser "dados" ou "construídos" e essa diferença de naturezas é o que caracteriza o tipo de oferta e determina a estratégia do território (PECQUEUR, 2005).

Em paralelo a esses processos de qualificação, o território emerge gradativamente como fator de suporte ao desenvolvimento em diversas abordagens acadêmicas e estratégias sociais (DALLABRIDA, 2012). A “ancoragem territorial” constitui agora um dos elementos principais na regulamentação global da economia “pós-fordista” (PECQUEUR, 2006a).

O território deixa então de ser visto somente como a superfície para o melhor processamento de sua reserva de recursos genéricos (apropriáveis, imitáveis e transferíveis) e transforma-se em uma espécie de organização focada na qualificação permanente de recursos e competências e detentora de lógicas próprias de reprodução e de desenvolvimento (MASCARENHAS e TOUZARD, 2015).

Os processos de qualificação desses recursos do território são considerados como construções sociais que se baseiam em critérios “acordados no marco dos valores e representações comuns” (CHAMPREDONDE, 2016, p. 21). Nesse sentido, a abordagem do tipo “territorial” é uma dinâmica particular e um processo original de desenvolvimento (PECQUEUR, 2005).

Assim estratégias de desenvolvimento baseadas na identificação e ativação de recursos tangíveis e intangíveis do território dependem da articulação dos atores na resolução de problemas inerentes à produção e, nesse sentido, os recursos territoriais e a coordenação dos atores são decisivos para o desenvolvimento territorial baseado na valorização da origem (DENARDIN, 2016).

Para Pecqueur (2005, p.12) o desenvolvimento territorial¹ é **“todo processo de mobilização dos atores que leve à elaboração de uma estratégia de adaptação aos limites externos, na base de uma identificação coletiva com uma cultura e um território”** (grifo do autor).

Essa definição comporta três afirmações, segundo Pecqueur (2005, p. 12): o desenvolvimento territorial, como uma construção dos atores, não é passível de “ser implantado por decreto”, embora essa dinâmica possa ser potencializada por políticas públicas apropriadas; é uma estratégia de adaptação, reativa em relação à globalização, visando “permitir aos atores dos territórios reorganizarem a economia local face ao crescimento das concorrências na escala mundial”; e, finalmente, essa territorialização tem como princípio-base a especificação dos ativos.

É importante fazer uma ressalva sobre as diferenças de sentido e de necessidades acerca de desenvolvimento territorial entre os países da Europa Ocidental e no Brasil, especialmente porque foi o referencial empírico desses países, com expressivos indicadores de desenvolvimento e com agricultores representando parcela muito pequena da população, que baseou as formulações teóricas pioneiras sobre o tema (CARRIÈRE e CAZELLA, 2006).

A ponderação que se deve ter, que, no entanto, não invalida em nada as proposições, diz respeito ao fato que enquanto no Brasil o objetivo maior é luta contra a pobreza no campo, em países como a França, o foco é a redução de disparidades entre regiões mais avançadas e as com piores indicadores socioeconômicos. No Brasil, as populações pobres, especialmente do campo, não têm suas necessidades básicas garantidas, enquanto na França, mesmo em áreas rurais de regiões menos ricas, como as montanhas, “quase todos os agricultores dispõem de automóveis, os acessos até suas propriedades são asfaltados, e suas residências dispõem de água corrente e de aquecimento central” (CARRIÈRE e CAZELLA, 2006, p. 24).

Da definição de Pecqueur (2005) emergem duas concepções acerca do território: o território “dado” e o território “construído”. O território dado é a porção de espaço onde se postula o território como pré-existente, o território *a priori*, onde não se analisa sua gênese e as dinâmicas de sua formação, apenas se observa e se analisa o que ali acontece como se o mesmo fosse apenas um suporte. Geralmente, o território dado confunde-se com os territórios institucionais como regiões, distritos, províncias, etc.

A perspectiva do território construído entende que o mesmo é resultado do processo de construção social de seus atores, ou seja, não é postulado. O território construído não se

¹Pecqueur (2005) acha preferível hoje o termo desenvolvimento territorial em substituição ao local, que remete a uma dimensão simplista de “pequeno” e “localista”.

manifesta em todos os lugares, pelo contrário, podem-se “encontrar espaços dominados pelas leis exógenas da localização e que não são territórios” (PECQUEUR, 2005).

A principal característica desse sistema territorial, que tem capacidade de revelar recursos inéditos e inovar, é que sua dinâmica de desenvolvimento territorial foi construída pelos atores em um processo histórico longo, não sendo, portanto, “apenas, uma forma de otimizar dotações em fatores supostamente pré-existentes” (PECQUEUR, 2005, p.12).

Assim a governança territorial nesse sistema irá se caracterizar por ser um processo eminentemente dinâmico de formulação e resolução de problemas, em sua maioria inéditos, relacionados à produção, porém que, ao mesmo tempo, ao ligar atores entre si, permite revelar recursos latentes e valorizar o território (PECQUEUR, 2006b).

Como consequência da qualificação do produto por sua origem, o território passa a contabilizar ativos específicos ancorados territorialmente que são resultado do processo de ativação dos recursos latentes, através da deflagração da ação coletiva dos atores ancorados nesse território (REQUIER-DESJARDINS, 2013).

Para demonstrar os desafios dessa dinâmica territorial, Benko e Pecqueur (2001) oferecem uma tipologia que distingue, por um lado, ativos territoriais de recursos territoriais e, por outro, os qualifica, segundo sua natureza, enquanto genéricos ou específicos.

De forma simplificada, nessa perspectiva, ativos genéricos e específicos seriam fatores do território em uso, já incorporados ao processo produtivo, seja para criação de mercadorias seja na oferta de serviços; já os recursos genéricos e específicos seriam fatores a explorar, a serem ainda revelados e terem seus potenciais desenvolvidos (DALLABRIDA, 2016; DENARDIN, 2016; CARRIÈRE e CAZELLA, 2006; PECQUEUR, 2005; BENKO e PECQUEUR, 2001).

Ativos ou recursos de natureza genérica são totalmente transferíveis e têm seus valores ou seus potenciais determinados por uma oferta e uma demanda de caráter quantitativo, ou seja, são independentes de participação no processo produtivo e sem vínculo com o “gênio do local”, sendo assim apreciados apenas em função do preço de seu valor de troca (BENKO e PECQUEUR, 2001; PECQUEUR, 2005; DENARDIN, 2016) e pouco podem contribuir para o processo de desenvolvimento territorial, na medida em que não propiciam uma diferenciação consistente desse território (DENARDIN, 2016, p. 57).

Os recursos específicos, que “surtem de processos interativos carregados de cultura e saber-fazer local”, possibilitam a diferenciação duradoura do território e podem colaborar na concepção de uma dinâmica de desenvolvimento territorial (DENARDIN, 2016, p. 57). Não podem ser mensurados em preços de mercado e são de “difícil transferência, pois resultam de

um processo de negociação entre atores que dispõem de diferentes percepções dos problemas e diferentes competências funcionais” (CARRIÈRE e CAZELLA, 2006, p. 34). São, portanto, resultado do acúmulo de memória e da aprendizagem cognitiva coletiva da história longa (BENKO e PECQUEUR, 2001).

Os ativos específicos existem como tais, no entanto, seu valor vive em função das condições de seu uso e, embora em tese, eles possam ser transferíveis, o custo implicado nessa transferência seria de significativo montante e irrecuperável (BENKO e PECQUEUR, 2001; PECQUEUR, 2005).

A tabela a seguir esquematiza essa tipologia de ativos e recursos:

Quadro 1 - Tipologia dos fatores de concorrência espacial

	Genérico	Específico
Recursos	1 Fatores de localização <i>não utilizados</i> , discriminados pelos preços e o custo do transporte (cálculo, otimização).	4 Fatores incomensuráveis e intransferíveis nos quais o valor depende da organização que os criou
Ativos	2 Fatores de localização <i>não utilizados</i> , discriminados pelos preços e o custo do transporte (cálculo, otimização) -alocação ótima dos ativos	3 Fator comparável onde o valor é ligado a um uso particular: - custos de irreversibilidade - custos de reatribuição

Fonte: Benko e Pecqueur (2001)

A metamorfose do recurso genérico em ativo específico representa uma estratégia de desenvolvimento que pode ser decomposta em dois fluxos particulares: (a) recurso ao ativo (genérico) e (b) ativo genérico ao ativo específico. Esses processos de mudança estrutural, na medida em que dificilmente permitem ao objeto considerado retroceder ao estágio anterior, são de uma irreversibilidade incompleta (PECQUEUR, 2005).

No caso da ativação do “recurso (genérico) potencial e pré-existente” em ativo genérico, o mercado é o local e o meio dessa metamorfose; já no caso do recurso específico (virtual), a ativação pode ocorrer como fluxo contínuo de processo particular de engajamento da rede territorial de atores (PECQUEUR, 2005, p. 15).

Por fim, a mobilização para a qualificação de um determinado produto vai depender da natureza do vínculo entre esse produto, o grupo social que o produz e o território referenciado (CHAMPREDONDE, 2016).

2.2 Teorias heterodoxas e os mercados agroalimentares

Esse contexto de crise das sociedades rurais na década de 90, com mudanças na agricultura e na produção agroalimentar, somadas à emergência de problemas socioambientais e de novas preocupações com o consumo de alimentos, impôs aos pesquisadores e às organizações de desenvolvimento a necessidade de se elaborar novos conceitos e abordagens para estudar esses novos fenômenos e enfrentar essa nova realidade (MUCHNIK, 2006).

Na América Latina, em geral, e no Brasil, em específico, nos últimos anos, a Indicação Geográfica (IG) em especial, mas também outros mecanismos de diferenciação pela origem têm emergido como temática estratégica para a promoção de produtos agroalimentares, tanto no campo da pesquisa acadêmica quanto para organizações públicas e privadas de desenvolvimento (ANJOS, 2011; NIEDERLE, 2011).

Essa recente dinâmica dos mercados de diferenciação de bens pela qualidade ancorada no território originou um esforço das ciências sociais em renovar o arcabouço teórico sobre as instituições econômicas (NIEDERLE, 2013, p. 440).

Diversas estratégias de desenvolvimento de áreas rurais têm concebido as indicações geográficas (IG) e outros signos distintivos como ferramentas potenciais de ativação endógena do território (NIEDERLE e AGUIAR, 2012) já que a capacidade de compor uma oferta distinta da concorrência pela lógica da qualidade “oferece aos territórios atualmente em crise ou em processo de transformação uma alternativa ao produtivismo” (PECQUEUR, 2006b, p. 135).

Signos distintivos são mecanismos que diferenciam e singularizam um produto, estimulando sua promoção junto aos consumidores e reforçando-o enquanto propriedade tanto na cadeia produtiva quanto ciclo comercial, além de orientarem as estratégias mercadológicas de seus *stakeholders* (CRUZ, 2017, p. 61). Podem se desenvolver tanto na esfera do sistema de Certificações quanto no Regime de Propriedade Intelectual.

Contudo, analisar e refletir sobre os micro e pequenos empreendimentos (MPE) do mundo rural, restringindo-se à teoria econômica, não permite uma compreensão adequada, especialmente quando estes buscam uma inserção mais autônoma no mercado agroalimentar, ao invés de simples fornecedores dos atores agroindustriais dominantes (WILKINSON, 2002, p. 807).

Segundo Niederle et al (2016), nesse processo de reconexão dos alimentos às suas origens são percebidas duas estratégias inter-relacionadas: a construção de novos mercados para aproximação de produtores com consumidores (circuitos curtos e de proximidade, descentralização de sistemas, mercados institucionais, comércio justo e economia solidária); e a promoção de novos conjuntos de certificação, registro e reconhecimento de atributos

valorativos dos produtos (IGs, orgânicos, agroecológicos, agricultura familiar, reforma agrária, quilombola, indígena, entre outros).

Esses novos fatos econômicos, resultantes de processos de qualificação de recursos do território pela origem, têm sido interpretados de forma inovadora a partir do emergente intercruzamento de teorias heterodoxas, o que tem se revelado um novo paradigma de análise (NIEDERLE, 2013).

A Economia Neoclássica se mostrou incapaz de explicar a coordenação dos atores para o chamado *quality turn*, especialmente em um contexto de incertezas extremas (NIEDERLE, 2013, p. 440).

Nesse campo, estudos da Economia das Convenções têm se destacado. A contribuição fundamental da Economia das Convenções é demonstrar que o mercado somente estabiliza seu funcionamento com a institucionalização de regras, normas e padrões legitimados por valores (heteróclitos) resultantes de processos de negociação entre diferentes atores sociais (NIEDERLE, 2013, p. 461).

A Teoria das Convenções apresenta conceitos analíticos para compreender como esses pequenos empreendimentos agroalimentares rurais podem funcionar à distância, deslocados de suas redes sociais de origem e, mesmo assim, garantirem a percepção e a identificação de qualidade específica de seus produtos, através de regras, normas e convenções próprias (WILKINSON, 1999).

A teoria das convenções, como uma abordagem "não-padrão", caracteriza-se por uma orientação fortemente interdisciplinar. Nesse sentido, dependendo do prisma, pode ser vista como complementar à teoria da regulação francesa, considerando sua evolução desde suas origens "marxistas"; mas pode também ser percebido seu diálogo crítico frequente com a teoria dos jogos. Suas proposições básicas foram elaboradas por Luc Boltanski e Laurent Thévenot em *De La justificacion* (WILKINSON, 1999).

Outro campo de estudos emergente são os Sistemas Agroalimentares Localizados (SIALs). Os SIALs são uma abordagem de pesquisa e intervenção que contribui para processos de identificação, resgate e valorização de ativos do território (REQUIER-DESJARDINS, 2013).

A perspectiva dos SIALs evidencia a consolidação de uma identidade territorial como estratégia de desenvolvimento de regiões deprimidas, a partir das especificidades do arranjo resultante das relações entre os diversos atores envolvidos no sistema agroalimentar (organizações e entidades de produção, serviços associados e consumidores), dos debates

extralocais/regionais e da construção histórica do sentimento de pertencimento (SILVEIRA et al., 2011).

O conceito de SIAL surge, como resultado de uma construção progressiva, principalmente com estudos de pesquisadores franceses do *Centre de coopération internationale en recherche agronomique pour le développement* (CIRAD), tendo assim como termo original: *Systèmes Agroalimentaires Localisés* (Syal) (MUCHNIK, 2006; REQUIER-DESJARDINS, 2013).

O SIAL tinha, em seu nascedouro, como objeto de estudo o conjunto de todas as organizações tanto de produção quanto de serviços associadas por suas características e seu funcionamento em um território específico. O estudo se interessava pela forma de organização agroalimentar em uma dada escala espacial, a partir da combinação do meio, dos produtos, das pessoas, das suas instituições, do saber-fazer, de hábitos alimentares, de redes de relações presentes nesse território (MUCHNIK, 2006).

Progressivamente, os SIALs trouxeram novas perspectivas para a análise dos fatores físicos, institucionais, culturais, e relacionais do território de arranjos locais, percebendo o processo dinâmico de criação, persistência e evolução desses arranjos (MASCARENHAS; TOUZARD, 2015).

Essas abordagens permitem avançar sobre as limitações dos instrumentos analíticos da teoria econômica para o estudo dos MPE rurais e agroindustriais brasileiros e seus conceitos básicos identificam aspectos da dinâmica do atual mercado agroalimentar e das condições para a sobrevivência e conquista desses novos mercados (WILKINSON, 2002, p. 807). Entretanto essa pesquisa se assentará sobre outro quadro analítico, fornecido pela Nova Sociologia Econômica.

As contribuições da sociologia econômica têm colaborado no entendimento das estratégias de perpetuação e o dinamismo de mercados agroalimentares tradicionais do meio rural no contexto da globalização, especialmente a partir da qualificação territorial de seus produtos (WILKINSON, 2002).

2.2.1 Nova Sociologia Econômica (NSE) e os mercados tradicionais

Ao apresentar a evolução e o desenvolvimento de sua pesquisa sobre as transformações ocorridas nas últimas décadas no sistema agroalimentar e como a economia informal da agricultura familiar e os mercados alimentares locais brasileiros têm persistido e têm se reproduzido no contexto da urbanização, Wilkinson (2008) defende a utilização da sociologia

econômica como quadro analítico de grande relevância, por identificar que as relações sociais que moldam as transações nestes mercados se assentam em bases distintas de confiança.

A Sociologia Econômica é um projeto intelectual que tem raízes em eruditos como Karl Marx, Joseph Schumpeter, Karl Polanyi e Max Weber, com destaque para esses dois últimos (SWEDBERG, 2004).

Do enfoque de Weber, a sociologia econômica pesquisa tanto o setor econômico na sociedade (fenômenos econômicos) quanto a forma pela qual esses fenômenos influenciam o resto da sociedade (fenômenos economicamente condicionados), além do modo pelo qual o restante da sociedade os influencia (fenômenos economicamente relevantes) (SWEDBERG, 2004, p.7).

Embora tenha como fundadores economistas (Marx, Pareto) ou estudiosos que ocupavam cátedras de economia (Weber) ou que elaboraram suas teorias sociais a partir de uma reflexão crítica da teoria econômica (Durkheim), a sociologia institucionalizou-se pela análise das instituições e das organizações não econômicas da vida moderna ou tratando apenas dos aspectos não econômicos das instituições econômicas, embora a importância de se desenvolver uma sociologia econômica tenha sido defendida em diversos trabalhos (WILKINSON, 2002, p. 808).

Assim a conjuntura, nos anos de 1980, em que Mark Granovetter deu início ao revigoramento da sociologia econômica, ao propor fundir as ideias de Karl Polanyi sobre “enraizamento” com a análise de redes, para pesquisar a estrutura de funcionamento das ações econômicas, era de forte sensação, entre os sociólogos, da necessidade de se desenvolver uma abordagem própria sobre os fenômenos econômicos, contudo, “os sociólogos andavam bastante perdidos em matéria de teoria” (SWEDBERG, 2004, p. 16).

Esse ambiente de separação entre sociologia e economia era bastante evidente nos Estados Unidos, onde a economia era dominada pela tradição neoclássica e a sociologia pelo funcionalismo-estruturalista (WILKINSON, 2002).

Na Inglaterra, com forte influência marxista, a integração entre análise econômica em perspectiva social foi proposta pela sociologia do trabalho. Na França, encontrava-se um campo mais alentador com sua tradição de análise interdisciplinar oriunda especialmente da teoria de regulação e da teoria de convenções, seu complemento micro (WILKINSON, 2002).

Nesse sentido, para a construção dessa nova abordagem de pesquisa, nem as ideias Max Weber em *Wirtschaftssoziologie* serviram como uma herança que foi aproveitada, por serem pouco conhecidas nessa época, tampouco o trabalho de Marx parecia uma opção (SWEDBERG, 2004).

Assim a (nova) sociologia econômica teve como conceito fundador uma nova noção de *embeddedness* (enraizamento ou imersão). Esse conceito foi emprestado por M. Granovetter de K. Polanyi e retrabalhado de forma original, à luz da noção de redes sociais (WILKINSON, 2002).

Polanyi argumenta em *A Grande Transformação* que até o século XIX a vida econômica em todas as sociedades costumava obedecer a regras e costumes da organização social e essa esfera econômica da sociedade não era sinônimo de mercado. O mercado funciona a partir de sistemas de reciprocidade entre famílias e demais grupos, e como redistribuição entre Estado e a sociedade, com variações a depender de cada sociedade, o que, nesse sentido, o caracterizava apenas como um aspecto subordinado da organização das trocas econômicas (WILKINSON, 2002, p. 810).

Já em sociedades modernas, essa perspectiva defende que o comportamento econômico seria definido por cálculos racionais baseados em interesses individuais, não mais arraigados por compromissos sociais ou de parentesco (GRANOVETTER, 2007).

Segundo Polanyi, o mercado auto-regulador é um fenômeno que surge no século XIX que somente foi possível devido a libertação da ingerência social de três fatores fundamentais: terra, trabalho e dinheiro (WILKINSON, 2002, p. 810).

Por um longo tempo, essa noção de que as transações econômicas em sociedades pré-mercantis eram profundamente imersas/enraizadas² (*embeddedness*) nas relações sociais dominou o pensamento de sociólogos, antropólogos, cientistas políticos e historiadores, assim como a noção de que em sociedades modernas essas transações foram se tornando mais autônomas, em uma esfera separada e diferenciada da sociedade (GRANOVETTER, 2007, p. 3).

Como Polanyi entendia que, nas sociedades tradicionais, a esfera econômica sempre foi delimitada pelo enraizamento de regras e costumes (conduta social), enquanto que nas sociedades modernas, desenraizamento das ações econômicas era predominante (WILKINSON, 2002), as propostas fundamentadas no *embeddedness* de Polanyi defendem que os comportamentos e as instituições são altamente compelidos pelas relações sociais e seria assim uma falha grave interpretá-los dissociados dessas relações (GRANOVETTER, 2007, p. 3).

²GRANOVETTER (2007, p. 3) detalha que a imersão, enquanto perspectiva, associa-se na Antropologia à escola “substantivista”, e na história e nas ciências políticas à ideia de “economia moral”.

Já a Teoria Econômica, dominada pela visão de Adam Smith, defendia que as ações econômicas sempre foram resultado de cálculos instrumentais do ser humano (WILKINSON, 2002).

Granovetter (2007, p. 3) percebe que tradição utilitarista (economia clássica e neoclássica) parte do pressuposto que as relações sociais pouco influenciam a vida econômica, por defender a predominância de um comportamento racional nas decisões pessoais, o que invocaria esquemas mentais idealizados, sem rebatimento na realidade concreta.

O conceito de enraizamento elaborado por Granovetter surge de uma revisão crítica do enraizamento de Polanyi complementada pela oposição à visão predominante da economia ortodoxa em que o agente econômico é apenas motivado pelo cálculo instrumental em sua ação econômica. Nessa abordagem, a ação econômica determinada pela herança de normas e regras de Polanyi é denominada de supersocializada; e a ação desprovida de cálculo, de comportamento a-histórico, imune de regramento social, é chamada de subsocializada (WILKINSON, 2002, p. 811).

Granovetter defende que nem a ação econômica em sociedades tradicionais foi supersocializada nem a economia em sociedades modernas é subsocializada: as ações econômicas sempre foram elaboradas e filtradas a partir da inserção do ser humano em redes sociais (WILKINSON, 2002).

Meu ponto de vista diverge de ambas as escolas de pensamento. Afirmo que o nível de imersão do comportamento econômico é mais baixo em sociedades não reguladas pelo mercado do que o sustentado pelos substantivistas e teóricos do desenvolvimento, e que esse nível mudou menos com o processo de “modernização” do que esses autores defendem; mas sustento também que esse nível sempre foi e continua a ser mais substancial do que o considerado pelos formalistas e economistas (GRANOVETTER, 2007, p. 4).

Assim, a Sociologia econômica entende que não existe o *homo economicus*, na verdade, o que há são atores econômicos apenas, concretos, inseridos em contextos diversos, com experiências baseadas na idade, gênero, entre outros. Sendo assim “todos os fenômenos econômicos são sociais por sua natureza; estão enraizados no conjunto ou em parte da estrutura social” (SWEDBERG, 2004, p. 8).

A sociologia econômica, na visão de Granovetter, deveria analisar a vida econômica a partir da natureza das redes sociais e da posição dos atores nessas redes (WILKINSON, 2002, p. 811).

Em resumo, a vida econômica flui pelos complexos caminhos das redes de relações interpessoais e não pela trilha sucinta e direta da maximização como defendido pelos

economistas, que falharam em não perceber a importância da estrutura social na economia (SWEDBERG, 2004).

Granovetter (2007, p. 29), embora considere que sua teoria consiga explicar a maior parte dos comportamentos, concentra-se na profunda imersão do comportamento econômico em redes de relações interpessoais, afirmando que “essa abordagem evita os extremos das visões sub- e supersocializada da ação humana”.

Nesse sentido, constituir-se em uma ferramenta flexível que alcança um número significativo de fenômenos sociais é sem dúvida uma de grandes vantagens da análise de redes proposta que, inclusive, muitas vezes, “tem sido usada para explorar diversos tipos de interações econômicas que não podem ser classificadas nem como costumes nem como alguns tipos de organização econômica” no que são referidas como formas de organização em rede (SWEDBERG, 2004, p.18).

Com sua tese de doutorado e com seus outros trabalhos, a partir dos anos 70, Granovetter defendeu que as redes sociais determinavam a dinâmica dos mercados e, assim, estabeleceu o enfoque e a metodologia da nova sociologia econômica (NSE) (WILKINSON, 2002).

A noção de redes sociais de Granovetter foi formatada a partir de uma pesquisa sobre o mercado de emprego realizada com profissionais em Boston, EUA, que investigou a origem de seus empregos atuais e concluiu que o mercado de emprego, em sua maior parte, não funciona com a racionalidade da oferta e demanda; que os meios formais de recrutamento e seleção de emprego somente eram buscados quando da falta de inserção em redes sociais; e que os empregos obtidos através de meios formais eram, em regra, pior remunerados (WILKINSON, 2002, p. 811-812).

Nessa pesquisa Granovetter descobriu que a informação sobre a disponibilidade de vagas de emprego era veiculada como um “subproduto” das relações sociais e não através de indicadores monetários (RAUD-MATTEDI, 2005).

Wilkinson (2002, p. 812) apresenta diversos estudos que utilizaram o enfoque de Granovetter para demonstrar como as redes sociais influenciam o funcionamento dos mercados e assim confirmar o enraizamento da ação econômica em redes sociais.

Os estudos Granovetter, por exemplo, ajudaram teorizar o sucesso empreendedor de pessoas no estrangeiro em oposição a quando moravam em seus países de origem, onde “os laços familiares podem impedir ou bloquear essa capacidade empreendedora” (SWEDBERG, 2004, p. 21).

Granovetter estuda também a construção social dos mercados a partir da análise entre redes sociais estendidas. Esse enfoque explica o surgimento de diversos tipos de mercados, no

passado e na atualidade, através de processos migratórios, onde identifica que o tipo de rede social se correlaciona com a maneira do mercado funcionar (WILKINSON, 2002, p. 813).

O aprofundamento desse *insight* em outros estudos da sociologia econômica tem demonstrado o peso do prolongamento das redes de parentesco e étnicas tanto na criação de mercados quanto na divulgação de produtos em novos espaços e no funcionamento à distância de certos mercados em bases de informalidade e confiança (WILKINSON, 2002).

Um conceito incorporado à análise das redes sociais pela sociologia econômica é *The Strength of Weak Ties* (A Força de Laços Fracos) que explica que os atores situados nos pontos de interligação entre as diferentes redes têm seus papéis destacados (WILKINSON, 2002).

Os laços fortes seriam resultado das relações pessoais mais imediatas como famílias, amigos, entre outros; e os laços fracos estariam relacionados às relações mais afastadas, mas que tiveram origem em laços fortes e/ou em outros laços fracos, que permitem ao ator ter contato com outras redes e outros universos distintos (RAUD-MATTEDI, 2005).

O “poder dos vínculos fracos” indica o estabelecimento de contatos e relacionamentos eventuais e superficiais entre diferentes redes, enquanto vínculos fortes sugerem a coesão e densidade nas redes (comunidades ou conjuntos) (PAULI e COSTA, 2012).

A importância da "força de laços fracos" está no potencial de articulação de contatos sociais estratégicos que tem uma pessoa de posição relevante na rede, mas que trafega em diversas redes em relação a uma pessoa isolada dentro de uma mesma rede social (WILKINSON, 2002, p. 814).

A ideia de rede permite explicar que a atuação de um ator pode se expandir (rede estendida) independentemente de um espaço circunscrito, estando relacionada ao seu poder de conectar os pontos fracos (PAULI e COSTA, 2012).

Granovetter desenvolveu o conceito da "força de laços fracos" ao aprofundar os estudos sobre a construção social dos mercados. Esse conceito surgiu da hipótese acerca importância estratégica de um ator transitar em diversas redes com características diversas, não sendo absorvido exclusivamente por nenhuma em particular (WILKINSON, 2002, p. 813).

O elo fraco é visto como um agente potencial de conexões e contatos privilegiados, um construtor de pontes, com capacidade para combinar recursos conhecidos, porém dispersos, distribuídos em diferentes redes ou grupo sociais e, desse jeito, “forjar redes com diferentes graus de inovação na combinação de recursos novos e/ou antigos dispersos no mercado” (PAULI e COSTA, 2012, p. 96).

Nas últimas duas décadas, a sociologia econômica cresceu de forma bastante dinâmica e novas frentes conquistaram espaço e alguns tópicos antigos se ampliaram como, por exemplo, riqueza, capacidade empresarial e o papel do direito na economia (SWEDBERG, 2004).

Dentre as áreas de pesquisa em que a sociologia econômica assumiu a dianteira está a sociologia das finanças em que diversos estudos "instigantes e imaginativos foram empreendidos, por vezes com uma dimensão etnográfica" (SWEDBERG, 2004, p. 13).

Wilkinson (2002, p. 814), a partir dos *insights* de Granovetter, propõe a análise dos mercados de micros e pequenos empreendimentos (MPE) no meio rural como o prolongamento de relações das redes, ou seja, seriam mercados de proximidade onde garantias formais sobre a qualidade dos produtos são dispensadas em razão da confiança no produtor.

Sem defesa analítica, a teoria econômica compreende a persistência das MPE rurais tradicionais em países como o Brasil como reflexo da competitividade falseada permitida pela sonegação e pobreza, além da baixa de conscientização dos clientes. Nesse sentido, esses empreendimentos estariam fadados a desaparecer com a consolidação das novas exigências de regulamentação de sanidade e qualidade (WILKINSON, 2002, p. 807).

A Sociologia Econômica, com os conceitos de Granovetter do "enraizamento" da ação econômica em redes sociais, de rede social estendida, de "força dos elos fracos" pode contribuir para a compreensão da persistência de atividades econômicas tradicionais e como estes podem ser impulsionados por mercados de qualidade à distância (WILKINSON, 2002), desafios crescentes para os diversos produtos da sociobiodiversidade da Amazônia, como é o caso do açaí do Marajó.

2.3 Aprendizados e Inovações territoriais

Há diversos nexos teóricos que justificam a importância da pesquisa sobre o fenômeno de processos de aprendizagens coletivos cognitivos e as dinâmicas territoriais, especialmente quando se utiliza como pressuposto que aprender envolve mudanças nas cognições (conhecimento, habilidades, crenças...) e que essas são **construídas** e **situadas**, e não automaticamente adotadas pelo contato com os conhecimentos explícitos.

O aprendizado envolve a aquisição e modificação de conhecimentos, habilidades, estratégias, crenças, atitudes e comportamentos e estas podem assumir diferentes formas. A aprendizagem humana é complexa, elaborada, rápida e tipicamente envolve linguagem (SCHUNK, 2012).

Dois campos de pesquisas se destacam por situarem territorialmente a aprendizagem: a aprendizagem social e a economia do conhecimento/aprendizagem.

Rocha (2016) fornece insights para transpor o estudo da aprendizagem para uma abordagem territorial. Inspirado na **comunidade de prática**, princípio apresentado no modelo de aprendizagem com perspectiva social postulado por Jean Lave e Étienne Wenger, sua hipótese é que “a aprendizagem social constitui também um processo que pode se manifestar territorialmente” (ROCHA, 2016, p. 16).

Embora existam divergências sobre a definição de aprendizagem e suas causas, processos e consequências, para as teorias com enfoque cognitivo, um conceito que apresenta os critérios mais aceitos seria que a aprendizagem é uma mudança no comportamento ou na capacidade de se comportar com efeito de longo prazo, resultada da prática ou de outras formas de experiência (SCHUNK, 2012).

Sobre as mudanças no comportamento ou na capacidade de comportamento, é importante esclarecer que a aprendizagem é inferencial. Nesse sentido, o aprender não é observado diretamente, mas sim seus resultados e produtos. Um exemplo é a capacidade de se comportar de maneira específica quando em um determinado contexto, o que demonstra, por exemplo, que a aprendizagem ocorreu sem ter sido demonstrada no momento de sua ocorrência (SCHUNK, 2012).

Não há consenso sobre qual a duração temporal que as mudanças devem persistir para serem classificadas como aprendidas, mas como o critério trata de longo tempo, de imediato dois tipos de mudanças são descartados: (a) temporárias que são consequências de fatores como drogas, álcool e cansaço; e/ou (b) muito breves com duração de poucos segundos ou minutos (SCHUNK, 2012).

O terceiro critério é o que mais interessa para o desenvolvimento do conceito de aprendizagem territorial: o aprendizado ocorre através da experiência. O aprendizado não deve ser confundido com as mudanças comportamentais que são determinadas pela hereditariedade, principalmente, como por exemplo, as mudanças mentais em crianças (“*maturational changes in children*”), pois o desenvolvimento efetivo dos comportamentos particulares depende do meio ambiente, que permite a observação, as interações sociais e a prática (SCHUNK, 2012).

Aqui há um recorte que explica a proposição do termo aprendizado territorial: o contexto da experiência de construção territorial. Ou seja, todo aprendizado territorial é um aprendizado social (coletivo) cognitivo, mas nem todo aprendizado social cognitivo é um aprendizado territorial.

O aprendizado territorial está ancorado na construção territorial resultante do processo de especificação de ativos (inovações) realizado por atores sociais na história longa.

A partir dos desafios inerentes às relações entre local x global, esse aprendizado permite inovações de toda ordem que buscam a geração de riqueza através do desenvolvimento de ativos territoriais. A inovação emerge como necessária para a governança territorial resultante da interação entre os processos derivados da globalização e seus rebatimentos na escala local (ROCHA, 2016).

Nesse sentido, o outro campo chamado a agregar ao conceito é a abordagem transversal e integradora da economia do conhecimento/aprendizagem. “Esse campo é uma agregação da economia baseada no conhecimento” (*knowledge-based economy*) com economia da aprendizagem (*learning economy*).

A economia da aprendizagem (*learning economy*), conceito defendido pela escola de Aalborg, foca sua abordagem na capacidade de aprendizagem e nos processos de formação estimulados pela interação permitida nos contextos específico e social, diferentemente da centralidade dada aos aspectos formais, codificados, científicos e tecnológicos do conhecimento da abordagem “economia baseada no conhecimento” (*knowledge-based economy*) da Organização de Cooperação de Desenvolvimento Econômico (OCDE) (SANTOS, 2009).

Como a abordagem da economia da aprendizagem entende a inovação como um processo interativo de aprendizagem, incrustado social e territorialmente e contextualizado cultural e institucionalmente, reveste essa de uma noção mais inclusiva de que a proposta pela *knowledge-based economy* que valoriza sobremaneira processos de investigação e desenvolvimento (I+D), centrados na ciência e na tecnologia, como formas de produzir inovação (SANTOS, 2009).

Contudo, ao mesmo tempo, como se reconhece a importância dos processos formais de I&D na criação de conhecimento, mesmo se afirmando que essa não é exclusividade da ciência, pode ocorrer em outros processos de aprendizagem, decidiu-se integrar estas duas perspectivas no conceito de economia baseada no conhecimento/aprendizagem (SANTOS, 2009).

Nas últimas décadas, a transição da sociedade e da economia com bases industriais para ancoradas no conhecimento/aprendizagem, rompeu também o paradigma do território industrializado para o território centrado no conhecimento/aprendizagem, o que já se percebe claramente nas nações mais ricas (SANTOS, 2009). Na sociedade contemporânea, o conhecimento é o principal gerador de riqueza da economia atual (STEINER, 2006).

As estratégias e as políticas de desenvolvimento do território foram reorientadas pela emergência da importância estratégica do conhecimento nesse tipo de economia capitalista do conhecimento/aprendizagem, onde o capital humano (conhecimento incorporado nos indivíduos) e conhecimento organizacional (conhecimento nas tecnologias e nas organizações) estão no centro dos processos de competitividade (SANTOS, 2009).

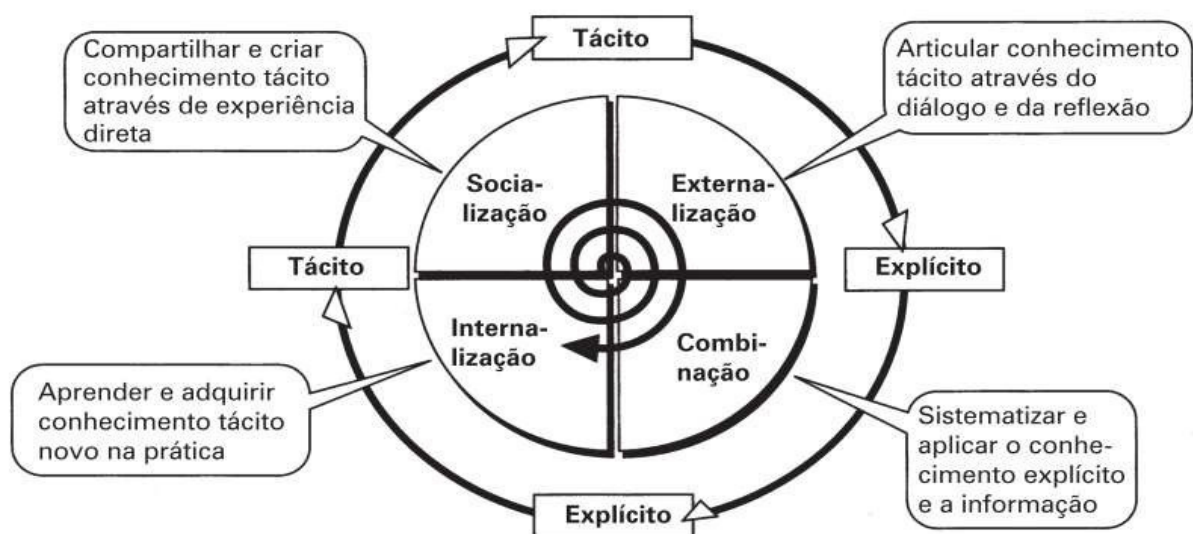
A capacidade de produzir riqueza está intimamente ligada à inovação resultante do conjunto de atividades relacionadas ao conhecimento que vão desde sua geração pura (ciência) à sua aplicabilidade na vida prática (tecnologia) (STEINER, 2006).

A geração, a utilização, a partilha e a difusão do conhecimento são essenciais para processos de crescimento e desenvolvimento econômico que percebem a importância da inovação (SANTOS, 2009).

Nesse contexto, Takeuchi e Nonaka (2008) explicam que o conhecimento explícito é o que pode ser expresso em palavras, números ou sons, e compartilhado e transmitido rapidamente aos indivíduos, formal e sistematicamente; por outro lado, o conhecimento tácito é eminentemente pessoal, de difícil formalização e visualização e não facilmente explicável, como palpites, intuições e inspirações, sua dimensão técnica, ou crenças, percepções, ideais, valores, emoções e modelos mentais, sua dimensão cognitiva.

Contudo o conhecimento, por sua natureza inerentemente paradoxal, é tanto explícito quanto tácito. Takeuchi e Nonaka (2008) apresentam, em seu espiral SECI, a forma como os conhecimentos tácito e explícito se amplificam em termos de qualidade e quantidade, assim como de indivíduo para o grupo e, então para organização.

Figura 1 - Processo SECI



Fonte: Takeuchi e Nonaka (2008, p. 24)

Percebe-se que o que impulsiona o processo de amplificação e, até mesmo de criação, do conhecimento é a interação contínua, dinâmica e simultânea entre o conhecimento tácito e o conhecimento explícito e entre indivíduos e grupos sociais (TAKEUCHI e NONAKA, 2008).

Nesse sentido, a capilaridade da aprendizagem para a economia estará vinculada ao contexto do capital social, tanto em forma quanto em presença, já que em uma “sociedade extremamente individualista ou na qual a lealdade está estreitamente relacionada com uma família, a aprendizagem partilhada pode tornar-se muito difícil” (LUNDVALL, 2001, p. 204).

Aqui não se quer discorrer sobre campos de pesquisa e conhecimento que são estudados há bastante tempo e têm seus canais próprios de balizamento científico, o que se pretendeu foi apenas demonstrar, em uma primeira abordagem, superficial, que a noção do aprendizado situado ou enraizado no contexto social e, especialmente, territorial está bastante consolidada nesses campos.

A aprendizagem territorial seria um componente da territorialização, em seu permanente processo de produção, vivência e aprendizado, a partir da relação global-local. Esse “processo pedagógico de cunho político e geográfico, socioeconômico e cultural, de despertar coletivo” é fator estratégico no ambiente de relações de poder multidimensional (ROCHA, 2016, p. 17).

Aproveitando-se desses *insights*, propõe-se o conceito de aprendizado territorial, como um aprendizado tanto ancorado no território quanto enraizado na rede de atores sociais do processo de construção territorial.

2.4 Contextualizando o território – o Marajó

O Arquipélago do Marajó, região composta por inúmeras ilhas, situa-se na confluência das bacias hidrográficas do rio mais volumoso do planeta, o Amazonas, com a do Tocantins que desaguam no oceano Atlântico, formando o maior arquipélago fluviomarinho do Planeta (BRASIL, 2007; GONÇALVES et al, 2016), daí sua importância planetária.

Seu território se estende “desde a sua face leste atlântica até sua complicada planície deltaica da região de Breves, e no interespaço que se estende desde a embocadura norte do Amazonas até o emboque do Rio Pará” (AB'SABER, 2010, p. 22).

O Arquipélago é composto de uma grande ilha, Ilha do Marajó, ilhas de porte médio, Caviana e Mexiana, ilhas menores como dos Porcos, Mututi e Uituquara, e numerosas outras pequenas ilhas e canais, compondo um conjunto singular na Amazônia de ecossistemas e variedade de biodiversidade (AMARAL et al, 2007) com especial riqueza de recursos hídricos (BRASIL, 2007).

A Ilha do Marajó é toda drenada por um complexo sistema fluvial de rios, furos, canais, igarapés, paranás e lagos que sofrem influência das flutuações das marés, sendo essa formação melhor visualizada em seu lado ocidental, na conhecida popularmente como **região dos furos** (LISBOA, 2012).

Até o ano de 2017, antes do IBGE modificar a metodologia de divisão regional do Brasil, o Marajó também era denominação de uma mesorregião do Estado do Pará, que além do arquipélago com seus 12 municípios, abrangia outros 4 municípios do continente.

Os municípios que fazem parte do Arquipélago do Marajó são: Afuá, Anajás, Breves, Cachoeira do Arari, Chaves, Curralinho, Muaná, Ponta de Pedras, Salvaterra, Santa Cruz do Arari, São Sebastião da Boa Vista e Soure (BRASIL, 2007; MEIRELLES FILHO, 2012).

A Mesorregião Geográfica do Marajó era composta por três microrregiões: Arari, Furos de Breves e Portel. A tabela a seguir apresenta a distribuição populacional por microrregião e município, nos moldes da classificação anterior:

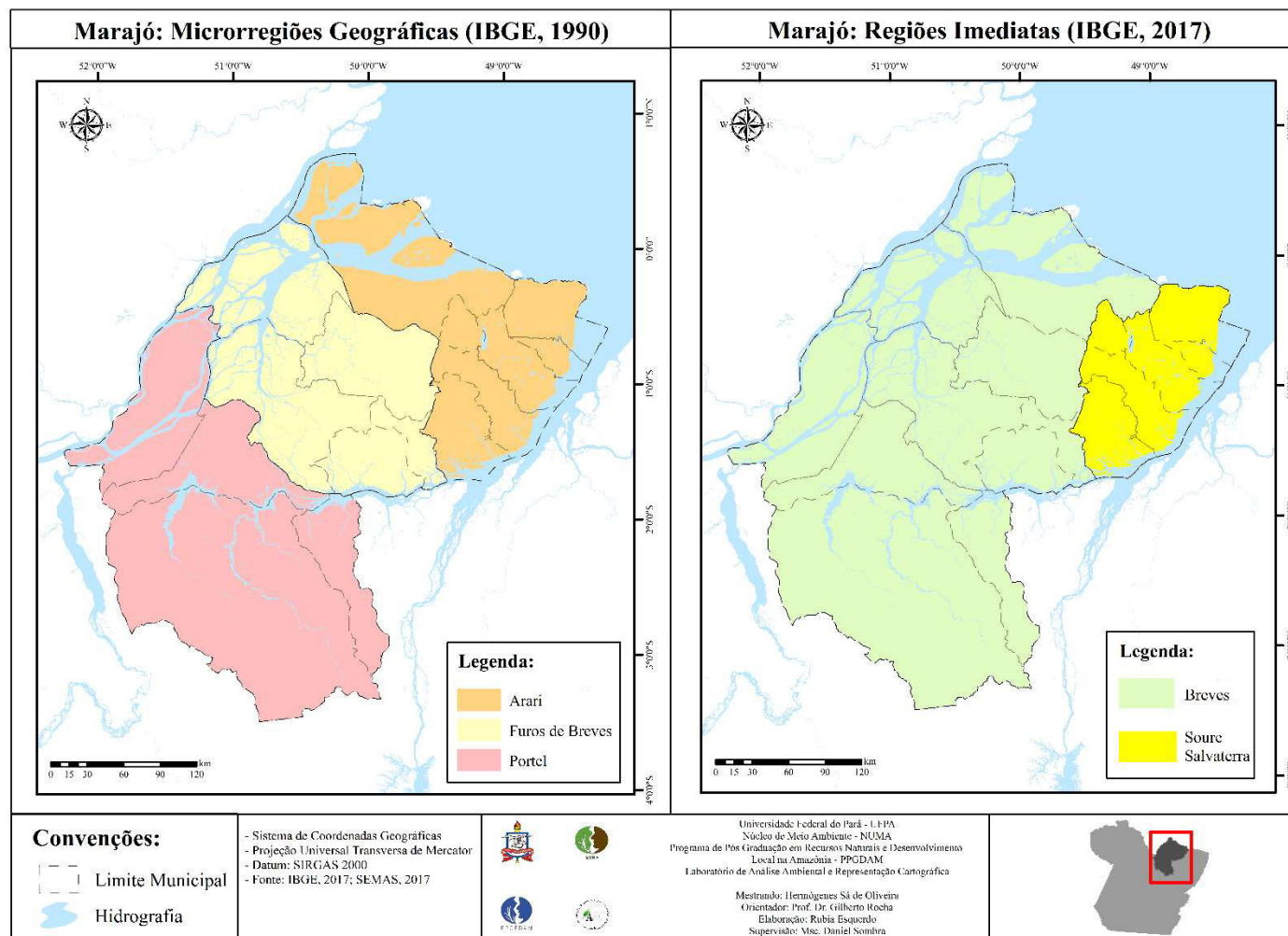
Tabela 1 - Estimativas da População residente nos Municípios da Mesorregião do Marajó com data de Referência em 1º de julho de 2016

Microrregião	Nome do Município	População Estimada
Arari	Cachoeira do Arari	22.786
Arari	Chaves	22.821
Arari	Muaná	38.616
Arari	Ponta de Pedras	29.700
Arari	Salvaterra	22.740
Arari	Santa Cruz do Arari	9.635
Arari	Soure	24.488
Subtotal Microrregião do Arari		170.786
Furos de Breves	Afuá	37.778
Furos de Breves	Anajás	28.012
Furos de Breves	Breves	99.080
Furos de Breves	Curralinho	32.881
Furos de Breves	São Sebastião da Boa Vista	25.540
Subtotal Microrregião dos Furos de Breves		223.291
Portel	Bagre	29.065
Portel	Gurupá	32.049
Portel	Melgaço	26.652
Portel	Portel	59.322
Subtotal Microrregião de Portel		147.088
Total Mesorregião do Marajó		541.165

Fonte: adaptado de IBGE - Estimativas de população 2016

Com a nova metodologia, a mesorregião do Marajó é substituída pela **Região Geográfica Intermediária de Breves** e os 16 municípios são agrupados em duas regiões geográficas imediatas: **Região Geográfica Imediata de Breves** e **Região Geográfica Imediata de Soure-Salvaterra** (IBGE, 2017).

Figura 2 - Marajó: Microrregiões e Regiões Imediatas



Fonte: IBGE (1990, 2017)

Os municípios de Chaves, Afuá, Anajás, Gurupá, Breves, Melgaço, Portel, Bagre, Currálinho e São Sebastião da Boa Vista pertencem à Região Geográfica Imediata de Breves. Já os municípios de Muaná, Ponta de Pedras, Cachoeira do Arari, Salvaterra, Soure e Santa Cruz do Arari fazem parte agora da Região Geográfica Imediata de Soure-Salvaterra. De certa forma, essa nova divisão político-administrativa espelha, não em sua totalidade, o "dualismo geográfico" dos campos naturais, a leste, e da proeminência das florestas, à sudoeste (CRUZ et al., 2015).

Por sua relevância histórica enquanto território identitário, a Constituição do Estado do Pará³ declarou o Arquipélago do Marajó como um bem estadual e o considerou como Área de Proteção Ambiental (APA), embora nunca implementada.

O território do arquipélago alcança aproximadamente 50 mil quilômetros quadrados de extensão (AB'SABER, 2010). Já a superfície de todos os 16 municípios (antiga mesorregião do Marajó e atual Região Geográfica Intermediária de Breves) soma aproximadamente 104.140 km² (BRASIL, 2007) o que representa, a título comparativo, área maior que oito estados brasileiros (RJ, ES, PE, PB, AL, SC, SE, RN) (MEIRELLES FILHO, 2012).

Com mais de 35 séculos de ocupação humana (SCHAAN, MARTINS E PORTAL, 2010), o Arquipélago do Marajó se mostra como uma oportunidade especial para estudos de interação entre sociedades humanas e o meio ambiente (GONÇALVES et al, 2016), especialmente a partir do excepcional conjunto de patrimônio material pré-colombiano disponível (MEIRELLES FILHO, 2012). Infelizmente muitos desses sítios estão ameaçados pela atividade pecuária sobre os tesos e outras modificações ambientais antrópicas (MEIRELLES FILHO, 2012; SCHAAN, MARTINS E PORTAL, 2010).

O processo de colonização do arquipélago do Marajó ou dos diversos "Marajós" foi demasiado intenso, o que acarretou a total dizimação de todas suas nações indígenas, contudo persistiu nesse território marajoara uma diversidade de crenças, costumes, tradições que expressam a luta de reafirmação de identidades de negros da África e dos "negros da terra" em sua busca por meios de vida autônomos, não determinados por grupos e poderes coloniais (PACHECO, 2010).

Nesse cenário merece destaque o Museu do Marajó, em Cachoeira do Arari, uma experiência de construção de uma identidade marajoara, a partir de processos populares de

³ Art. 13, § 2º - Constituição do Estado do Pará promulgada em 05 de outubro de 1989.

etnografia e de valorização da arqueologia marajoaras (LINHARES, 2007) que, no entanto, atualmente se encontra com sérias dificuldades institucionais de se manter.

A população rural é composta de inúmeras comunidades tradicionais, com destaque para extrativistas e produtores de açaí, pescadores e quilombolas, que em sua maioria sofrem da falta de acesso a serviços públicos como fornecimento de água, saneamento básico, energia elétrica, saúde etc. (MEIRELLES FILHO, 2012).

Especificamente sobre comunidades quilombolas, o avanço não foi tão significativo, embora atualmente estejam em curso diversos processos de regularização fundiária no INCRA e no ITERPA de comunidades quilombolas de Salvaterra, onde em muitas há conflitos envolvendo a disputa pela terra (MEIRELLES FILHO, 2012).

O Plano de Desenvolvimento Territorial Sustentável do Arquipélago do Marajó aponta a existência de, ao menos, 40 comunidades quilombolas em, pelo menos, nove municípios da ilha: Anajás, Bagre, Cachoeira do Arari, Curralinho, Gurupá, Muaná, Ponta de Pedras, Salvaterra e Soure (BRASIL, 2007). Desses, segundo o plano, apenas as algumas comunidades de Gurupá tiveram suas terras reconhecidas e regularizadas.

A insegurança fundiária é outro problema histórico, embora nos últimos anos tenha havido avanços. Parte das comunidades tradicionais foi atendida pelos Projetos de Assentamentos Agroextrativistas (PAEs) do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), o que possibilitou aumento da garantia de direitos fundiários, especialmente na porção ocidental da região. Na época da pesquisa, segundo a Superintendência Regional Pará/Belém (SR 01)⁴ do INCRA, no Marajó existiam 152 PAEs que atendiam aproximadamente 28 mil famílias.

O PAE é uma modalidade de assentamento criada em 1996 com o objetivo de explorar áreas dotadas de riquezas extrativas, por meio de atividades economicamente viáveis, socialmente justas e ecologicamente sustentáveis (PORTARIA INCRA nº 268, de 23/10/1996). Estabelecia que a destinação das áreas para os projetos dar-se-ia mediante concessão de uso, em um regime comunal decidido pelas comunidades concessionárias (associativista, condominial ou cooperativista).

Esse instrumento posteriormente foi a forma encontrada pela Secretaria do Patrimônio da União e o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária, através de Termo de

⁴Informações gerais sobre os assentamentos da Reforma Agrária. Disponível para download em: <http://painel.incra.gov.br/sistemas/index.php>. Acesso em: 11/09/2017.

cooperação técnica⁵, para atender reivindicações históricas dos ribeirinhos do Pará. A ampliação na implementação dessa estratégia, através da parceria SPU/INCRA, veio garantir segurança fundiária para parte das famílias da Amazônia moradoras das ilhas e terras de várzea pertencentes à união. Além disso, incluía essas famílias na relação de beneficiários da reforma agrária, o que permitiu acesso às políticas públicas específicas do programa.

Tabela 2 - Número de Projetos de Assentamentos Agroextrativistas (PAEs), Capacidade de famílias, Famílias assentadas e Área do Assentamento, na mesorregião do Marajó, por município, no ano de 2017

	Município	Nº de Assentamentos	Capacidade de Famílias	Famílias Assentadas	Área (ha)
1	AFUÁ	18	5138	4425	534.388,86
2	ANAJÁS	2	341	238	120.152,97
3	BAGRE	9	805	756	32.207,14
4	BREVES	22	7875	6583	614.892,91
5	CACHOEIRA DO ARARI	2	647	578	4429,3684
6	CHAVES	2	106	67	4.813,50
7	CURRALINHO	29	2798	2459	237.730,80
8	GURUPÁ	7	2246	1695	412.443,70
9	MELGAÇO	9	2801	2376	392.477,37
10	MUANÁ	29	2665	2385	49.951,50
11	PONTA DE PEDRAS	3	433	422	5.155,56
12	PORTEL	1	550	541	37.033,58
13	SÃO SEBASTIÃO DA BOA VISTA	18	3835	3214	67.540,46
14	SOURE	1	2200	2187	27.463,58
	TOTAL	152	32.440	27.926	2.540.681,29

Fonte: adaptado de INCRA - Informações gerais sobre os assentamentos da Reforma Agrária

Nota: Disponível: <http://painel.incra.gov.br/sistemas/index.php>. Acesso em: 11/09/2017.

Ainda na temática ordenamento fundiário, foram criadas no Marajó 6 unidades de conservação federais de Uso Sustentável, que abrangem uma área de mais de 700 mil hectares correspondentes a 7% da área total do Arquipélago (BRASIL, 2007). Além dessas, o Estado do Pará criou o Parque Estadual de Charapucu com 60 mil hectares no município de Afuá (MEIRELLES FILHO, 2012).

A evolução econômica marajoara, principalmente de sua região oriental, esteve atrelada ao comportamento da pecuária desenvolvida nos campos naturais, formando grandes latifúndios (CRUZ et al., 2015). Essa atividade pecuária bovina e bubalina historicamente ocupa grandes extensões de terras e causa profundo impacto nos campos naturais. Trata-se de atividade pouco produtiva e baixa geradora de renda (MEIRELLES FILHO, 2012).

⁵Termo de cooperação técnica publicado no Diário Oficial da União de 22/11/2005. Secretaria do Patrimônio da União (SPU) autoriza Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) a criar projetos de assentamento na modalidade agroextrativista em terrenos de marinha.

Essa estrutura fundiária desses municípios é herança do processo histórico de formação da região, baseada na apropriação de grandes extensões de terra por portugueses, através das concessões de sesmarias, primeiramente a ordens religiosas, e posteriormente a militares, comerciantes e oficiais da Corte Portuguesa (CRUZ et al., 2015).

Na atual Região Geográfica Imediata de Breves, outras atividades rurais foram adaptadas aos outros ecossistemas presentes, especialmente o extrativismo vegetal madeireiro e não-madeireiro. Breves e Portel se destacavam no estado do Pará como polos de extração e o processamento madeireiro (BRASIL, 2007), antes da crise do setor, primeiro com a Operação Arco de Fogo e depois com a crise internacional de 2008 que reduziu as exportações.

Em termos não-madeireiro, essa parte ocidental do Marajó merece destaque o extrativismo do Açaí e do palmito, predominantes na região conhecida como Furos de Breves. Contudo, o extrativismo vegetal não-madeireiro como um todo representa a principal atividade econômica dessa região tanto em termos de distribuição de renda e quanto em participação da agricultura familiar (BRASIL, 2007).

Há ainda atividades de produção agrícola e pesca, basicamente, para subsistência. As famílias ribeirinhas normalmente utilizam para suas atividades produtivas pelo menos dois ecossistemas terrestres, além do aquático para a pesca. A especialização da atividade (extrativismo ou produção agrícola) em cada localidade varia ao longo do ano (sazonalidade) ou conforme a oferta de recursos, necessidades cotidianas e oportunidades de mercado (BRASIL, 2007).

Os municípios do Arquipélago do Marajó há muito tempo apresentam os piores indicadores de desenvolvimento econômico e social no Estado do Pará, reverter esse quadro é um desafio do poder público, em suas três esferas, junto com a comunidade local (BRASIL, 2009).

Para exemplificar, segundo o Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil, em seu Ranking do Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) composto por 5.565 municípios, estão 6 dos 16 municípios marajoaras na faixa de desenvolvimento humano considerada muita baixa (índice entre 0,000 - 0,499). Sendo que Melgaço tem a pior classificação do Brasil.

Tabela 3 - Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) dos municípios da mesorregião do Marajó na faixa de desenvolvimento humano considerada muita baixa com base no Censo de 2010

Município	IDHM	Posição Nacional
-----------	------	------------------

Afuá	0,489	5543
Anajás	0,484	5550
Portel	0,483	5553
Bagre	0,471	5558
Chaves	0,453	5560
Melgaço	0,418	5565

Fonte: adaptado de *Ranking* do Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM)

Nota: Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil

Disponível: <http://atlasbrasil.org.br/2013/pt/ranking>. Acesso: 15/10/2017

A exclusão social é generalizada, onde a maioria da população vive em situação de pobreza e miséria, em proporções muito maiores do que as encontradas no restante do estado e do Brasil, como pode ser visualizado na tabela a seguir.

Tabela 4 - Percentual de pessoas extremamente pobres, pobres e vulneráveis à pobreza no Brasil, no Pará e nos municípios da mesorregião do Marajó no ano 2010

Espacialidades	% de extremamente pobres	% de pobres	% de vulneráveis à pobreza
	2010	2010	2010
Brasil	6,62	15,2	32,56
Pará	15,9	32,33	55,99
Belém (PA)	3,54	13,04	33,26
Afuá	45,65	64,88	83,32
Anajás	38,53	62,02	82,27
Bagre	28,34	59,68	85,93
Breves	32,09	56,22	79,45
Cachoeira do Arari	36,27	54,4	73,24
Chaves	43,41	63,04	78,69
Currálinho	35,17	60,34	79,52
Gurupá	33,07	54,73	75,96
Melgaço	43,92	73,43	89,26
Muaná	24,12	52,07	75,81
Ponta de Pedras	31,76	52,26	72,33
Portel	39,4	60,55	80,46
Salvaterra	23,43	42,33	67,15
Santa Cruz do Arari	28,79	62,21	86,78
São Sebastião da Boa Vista	31,46	56,65	77,28
Soure	16,69	38,22	62,45

Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil

Nota:

Disponível: <http://atlasbrasil.org.br/2013/pt/consulta>. Acesso em: 15/10/2017

O recorte desse mesmo quadro para a situação somente das crianças mostra o estado de abandono do Marajó. Em média, nessa região, aproximadamente 85% das crianças estavam vulneráveis à pobreza em 2010, sendo 40% viviam na extrema pobreza.

Tabela 5 - Percentual de pessoas extremamente pobres, pobres e vulneráveis à pobreza no Brasil, no Pará e nos municípios da mesorregião do Marajó no ano 2010

Espacialidades	% de crianças extremamente pobres	% de crianças pobres	% de crianças vulneráveis à pobreza
	2010	2010	2010
Brasil	11,47	26,01	49,41
Pará	22,76	44,85	70,23
Belém (PA)	6,22	21,36	47,63
Afuá	52,92	72,92	89,14
Anajás	47,7	72,71	89,88
Bagre	35,54	68,84	90,95
Breves	40,96	68,14	87,71
Cachoeira do Arari	42,92	63,91	81,76
Chaves	51,32	72,33	85,93
Curralinho	39,94	68,64	86,36
Gurupá	41,66	65,43	85,16
Melgaço	50,31	79,56	92,81
Muaná	30,22	63,23	82,62
Ponta de Pedras	39,04	63	80,59
Portel	48,47	70,4	87,53
Salvaterra	31,96	56,07	78,37
Santa Cruz do Arari	35,82	70,25	92,39
São Sebastião da Boa Vista	37,18	65,86	84,58
Soure	23,06	48,99	74,28

Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil

Nota:

Disponível: <http://atlasbrasil.org.br/2013/pt/consulta/>. Acesso em: 15/10/2017

Todos esses fatores reforçam a necessidade de esforços conjuntos para a promoção de oportunidades de desenvolvimento econômico atreladas à conservação e uso sustentável dos recursos naturais da Região do Marajó.

O Marajó, como a Amazônia, ao longo de sua história experimentou um suceder de ciclos econômicos de exploração altamente excludentes socialmente e com alto custo ecológico

(BRASIL, 2007). Os índices socioeconômicos da região confirmam isso, são os piores do Pará e, em muitos casos, os piores do Brasil.

No entanto o Marajó, ambientalmente, é uma das regiões mais complexas do Brasil, com alta biodiversidade e considerado pelo Ministério do Meio Ambiente como área prioritária para a conservação⁶. É também uma região produtora de inúmeros produtos consolidados no mercado paraense e nacional que poderiam ser valorizados a partir de melhores arranjos socioprodutivos, inclusive com proteção de signos distintivos (IG, marca coletiva etc.) e gerar melhores retornos socioeconômicos para a Região.

2.4.1 Currallinho e o rio Canaticu

Em 1850 surge, de uma fazenda particular com posição estratégica para a criação de um núcleo populacional, a Freguesia de São João Batista de Currallinho. Em 1865, essa torna-se vila e já em dezembro do ano seguinte, instala-se como município (FAPESPA, 2016).

O município de Currallinho, ao norte, tem fronteiras com São Sebastião da Boa Vista e Breves; ao leste, com São Sebastião da Boa Vista; ao sul, com Limoeiro do Ajuru e Oeiras do Pará; e a Oeste, com Breves (FAPESPA, 2016).

A Floresta Densa Aluvial e as Áreas de Cerrado e Capoeira marcam a cobertura vegetal de Currallinho, que é representada também por um relevo bastante moderno, com presença predominante de terraços e várzeas, típicos de Planaltos Rebaixados da Amazônia (FAPESPA, 2016).

O rio Canaticu é um dos 4 grandes rios de Currallinho. Os outros 3 são: Piriá, Mutuacá e Guajará, todos seguindo para o rio Pará, ao sul do município (FAPESPA, 2016). Estima-se que o Rio Canaticu tenha uma população de cerca de 1.500 famílias, aproximadamente 6.000 pessoas, distribuídas em mais de dezenas de localidades entre comunidades católicas e congregações evangélicas (POTIGUAR e COSTA, 2015). Em toda área rural do município vivem aproximadamente 17 mil pessoas (FAPESPA, 2016).

É perceptível na pesquisa de campo que o rio é bem mais que um elemento da hidrografia e da circulação regional, é explícito que se trata de um espaço social, um espaço comunitário de vivência e produção, onde se aglutinam várias comunidades que o referenciam como localização geográfica, mas também como morada, espaços vividos, espaços de vida.

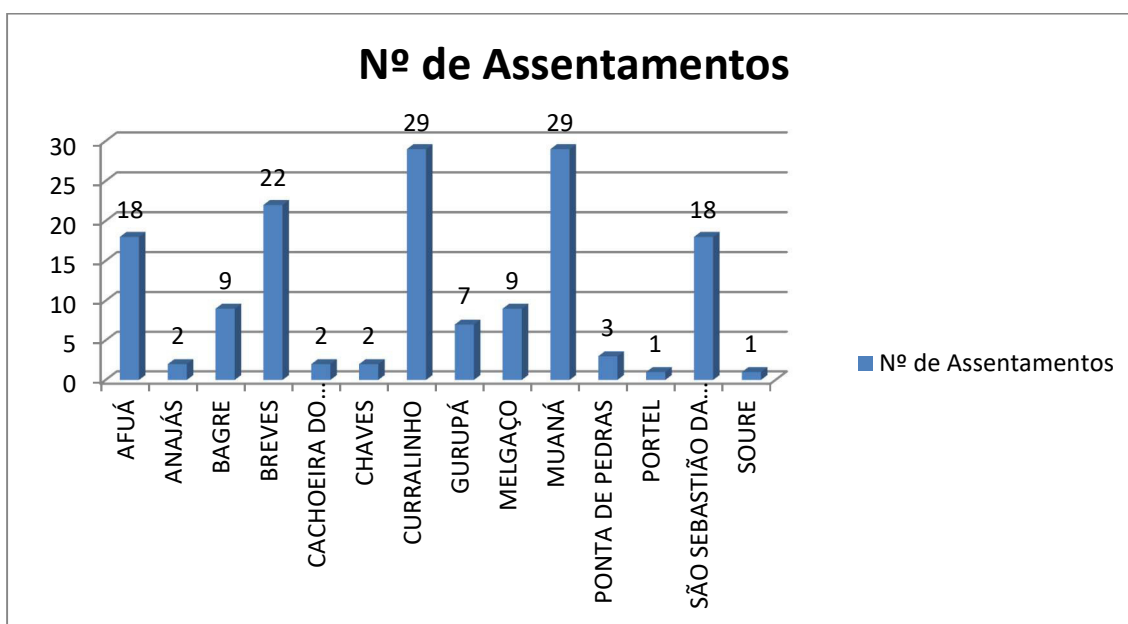
⁶Mapa das áreas prioritárias para a conservação dos biomas brasileiros. Disponível em: http://www.mma.gov.br/estruturas/chm/_arquivos/maparea.pdf. Acesso em: 03/03/2017.

Localmente, o rio é dividido em porções geográficas – Baixo Canaticu, Médio Canaticu e Alto Canaticu. Essa divisão tem origem nos trabalhos da igreja católica que remontam aos anos de 1960. Em sua porção alta, há a Reserva Extrativista Terra Grande Pracuúba (RESEX).

Possui diversos afluentes, habitados ou não. À margem direita, os afluentes habitados são: Timbotuba, Aramaquiri, Jatiboca, Buçuteua, Tracuateua, Croarí, Massaranduba, Furo do Cacau, Cupijó, Araçacá, Pariacá, Pariacazinho, Boa Esperança (Pagão), Curupuú, Mututi, Escondido e Uruá. Já à margem esquerda, os afluentes habitados são – Miritipucu, Cuiapí, Lagarto, São José, Chapada, Camucu, Limão, Sorva, Tartaruga, Ipanema, Oleiro, Pucu, Santa Maria e Inajatuba (POTIGUAR e COSTA, 2015).

Como apresentado no capítulo sobre o Marajó, Curralinho tem 29 projetos de assentamentos agroextrativistas (PAEs) e esse é um exemplo significativo da organização social do rio Canaticu. Percebe-se que Curralinho, embora sendo um dos menores municípios em extensão territorial e em população, é, juntamente com Muaná, o município onde mais foram implantados PAEs, que além de representarem maior segurança fundiária para as famílias, permitem às mesmas acessarem os benefícios da reforma agrária, como assistência técnica e extensão rural, além de diversas linhas de crédito e financiamento. O gráfico a seguir apresenta a distribuição geográfica dos PAEs ao longo da mesorregião do Marajó.

Gráfico 1 - Distribuição dos PAEs entre os municípios da mesorregião do Marajó (PA) em 2017



Fonte: Elaborado pelo autor com informações do INCRA - Informações gerais sobre os assentamentos da Reforma Agrária

É importante pontuar que embora muitos direitos tenham sido garantidos por leis federais e políticas públicas tenham sido implementadas de forma aparentemente exógena, muitos grupos sociais do Marajó e, até mesmo de outros rios de Currálinho, não foram contemplados nesse processo, o que demonstra certo poder de governança territorial dos atores do rio Canaticu, ao conseguirem avançar nesse problema histórico da Amazônia.

Para se ter uma ideia, até o ano de 2011, quando haviam sido implantados somente 25 PAEs no município, 13 já eram no rio Canaticu (CARVALHO, 2013).

Tabela 6 - Informações sobre os assentamentos de reforma agrária no município de Currálinho (PA) até o ano 2011

Localização	Nº de Assentamentos	Nº de Famílias	Área (ha)
Rio Canaticú	13	1071	18.800,29
Rio Pará	05	251	6.881,95
Rio Guajará	03	94	8.720,61
Rio Mutuacá	02	100	16.343,34
Rio Piriá	01	75	885,976
Canaticú/Piriá/Mutuacá/Guajará (RESEX - Terra Grande-Pracuúba)	01	540	184.917,819
TOTAL	25	2.138	236.549,99

Fonte: Carvalho, 2013.

É importante esclarecer que os PAEs são uma forma de regularizar a situação fundiária das famílias que moram em ilhas, ou seja, em tese, todas as ilhas habitadas deveriam ser atendidas pelo programa. Entretanto, como qualquer política pública, os recursos são limitados e, como consequência, o calendário de implementação é determinado a partir de pressões sociais, o que é normal em uma democracia.

2.5 Contextualizando o produto – o açaí

O açaizeiro⁷ (*Euterpe oleracea*) é uma palmeira que ocorre em toda a bacia amazônica, principalmente, ao longo da extensão do estuário do rio Amazonas no Pará, sendo, contudo, encontrada do Maranhão ao Amapá (ROGEZ, 2000; SHANLEY e MEDINA, 2005; BRASIL, 1998; NOGUEIRA et al., 2013); presente predominantemente em solos de várzea ao longo dos rios, mas também nos solos de terra firme e de igapós (ROGEZ, 2000, YUYAMA et al., 2013; TAVARES e HOMMA, 2015, p. 08).

São dois os subprodutos de valor econômico fornecidos pelo açaizeiro: o palmito, encontrado no caule, e os frutos, que originam o “vinho”, que pode também ser vendido como polpa congelada (SHANLEY e MEDINA, 2005; ROGEZ, 2000).

O açaí é parte integrante das refeições da maioria da população paraense, especialmente das famílias ribeirinhas (SILVA et al., 2006, p. 27; SANTANA et al., 2012, p. 21). Seu consumo tem origem há vários séculos (ROGEZ, 2000, p. 84). Isso pode explicar suas “etnovarietades”: as comunidades ribeirinhas têm diversos adjetivos para os frutos do açaí de acordo com suas características ou das árvores das quais provêm como, por exemplo, roxo, preto, tinga, branco, espada e malhado etc. (SHANLEY e MEDINA, 2005, p. 166).

Somente em Belém do Pará, o açaí é oferecido em mais de três mil pontos de venda nos diversos bairros da cidade (MEIRELLES FILHO, 2006). Normalmente é consumido no almoço ou, eventualmente, também como sobremesa, acrescido de açúcar. No interior, o açaí é consumido nas principais refeições da família (3 vezes ao dia) durante o ano todo e até por bebês, a partir dos seis meses de idade (ROGEZ, 2000, p. 85).

Apesar da importância do açaí para a segurança alimentar, contudo, a indústria do palmito começou na Amazônia antes da indústria do fruto, tendo origem ainda nos anos de 1970 (SHANLEY e MEDINA, 2005, p. 166). Antes da valorização do fruto, diversas áreas de ocorrência natural de açaizeiros (os açazais) sofreram destruição considerável para atender ao mercado de palmito, o que motivou inclusive diversas legislações nas várias esferas de poder, com destaque para a Lei nº 6.576/1978 assinada pelo presidente Geisel que proibia a derrubada das árvores, o que na prática não teve efeito (TAVARES e HOMMA, 2015, p. 2).

⁷Segundo Tavares e Homma (2015, p. 2) são três as espécies de palmeiras que podem fornecer a bebida do fruto do açaí: a *Euterpe oleracea* que é grande responsável pela produção, com predominância no Pará e Amapá; a *Euterpe precatória* (‘açaí do mato’), presente no estado do Amazonas; e a *Euterpe edulis* que tem como *habitat* a Mata Atlântica, mas que sofreu elevada destruição em virtude do mercado do palmito.

Ao longo do tempo, contudo, o fruto do açaí para bebida foi gradualmente ultrapassando o valor econômico do palmito, ao conquistar novos mercados no Pará, no Brasil e também no exterior (SILVA et al., 2006, p. 27).

A inexistência de dados oficiais confiáveis sobre a produção do açaí (do extrativismo tradicional, de áreas manejadas e do plantio em terra firme) dificulta sobremaneira estimar a real economia dessa cadeia produtiva (TAVARES e HOMMA, 2015).

Essa situação é um indicador de um mercado em construção ainda. Há outros fatores que reforçam essa ideia como, por exemplo, a não parametrização de suas unidades de medida. Nos elos iniciais da cadeia produtiva, até bem pouco tempo atrás, a unidade de comercialização era a rasa, espécie de paneiro amazônico que serve para o transporte e armazenamento de frutas e camarões na região. Gradativamente essa unidade vem sendo convertida em lata, outra unidade que também não existe no Sistema Internacional de Unidades, mas que ao menos tem como parâmetro convencionado o peso de 14 Kg.

O IBGE apresenta os seguintes valores oficiais sobre a quantidade produzida:

Tabela 7 - Açaí (fruto) Quantidade produzida na extração vegetal (Toneladas)

Brasil, Unidade da Federação, Mesorregião Geográfica e Município	Período 2014 a 2016		
	Anos		
	2014	2015	2016
Brasil	198.149	216.071	215.609
Pará	109.759	126.027	131.836
Marajó (PA)	31.740	32.789	32.172
Currálinho (PA)	970	990	1.100

Fonte: IBGE - Produção da Extração Vegetal e da Silvicultura

Já no mercado consumidor paraense final, o açaí continua sendo vendido em litros nos inúmeros pontos de venda tradicionais, somente nos supermercados, ele passou a ser comercializado em quilos recentemente.

De todo modo, a partir de deduções matemáticas, Santana et al. (2012, p.22) estimam que, em 2011, 60% do consumo do açaí ocorria na Região Norte, 30% em outras regiões do Brasil e 10% eram destinados ao exterior.

Tavares e Homma (2015), a partir da sistematização e análise de diversas bases de dados, estimam que em 2014 foram exportadas do Pará para outros estados do Brasil 50 mil toneladas de polpa; para o exterior, os autores estimaram de 5 mil a 6 mil toneladas. São Paulo, Rio de Janeiro e Minas Gerais seriam os estados brasileiros que mais importam açaí, já Estados Unidos e Japão lideraram a lista dos 31 países importadores identificados (TAVARES e HOMMA, 2015).

Em termos de valor de produção, o IBGE estima os seguintes montantes:

Tabela 8 - Açaí (fruto) - Valor da produção na extração vegetal (Mil Reais)

	Anos		
	2014	2015	2016
Brasil	422.064	480.450	539.836
Pará	289.485	327.935	401.874
Marajó (PA)	78.774	76.601	93.372
Currálinho (PA)	3.880	3.465	3.960

Fonte: IBGE - Produção da Extração Vegetal e da Silvicultura

Com demanda crescente e superior à oferta, a nova dinâmica do mercado do açaí se caracteriza por mudanças estruturais ocorridas nos últimos anos, como por exemplo, a expansão dos açazais manejados em áreas de várzeas e o incremento de novas técnicas de manejo em áreas de terra firme (NOGUEIRA et al., 2013; SILVA et al., 2006). Nos últimos anos, o plantio de açazais em áreas de terra firme, utilizando ou não irrigação, cresceu significativamente (TAVARES e HOMMA, 2015, p. 08).

As inovações mais evidentes nos processos agrícolas na cadeia produtiva do açaí se revelam especialmente na mudança da base produtiva extrativista para uma base de produção do açaí cultivado em terra firme, o que foi possível graças à mobilização de organizações oficiais de pesquisa para o desenvolvimento de mecanismos de enfrentamento das adversidades inerentes às monoculturas na Amazônia (CARVALHO e SANTANA, 2008, p. 152), diferentemente da falta de assistência técnica básica para negócios de base familiar e/ou comunitária.

De todo modo, o crescimento do mercado impulsionou também o manejo das áreas de ocorrência natural o que tem gerado o aumento da “densidade, transformando florestas de várzeas heterogêneas em uma floresta oligárquica dominada pelos açazeiros” (TAVARES e HOMMA, 2015, p. 08). Nesse sentido, recentemente nas comunidades produtoras de açaí é inegável a geração de vantagens econômicas (SILVA et al., 2006), com uma clara elevação da renda e do poder aquisitivo das famílias.

Carvalho e Santana (2008, p. 153) corroboram essa informação ao analisarem a dinâmica econômica do açaí. Segundo os autores, no período de 1999 a 2004 o preço médio do fruto saltou de R\$ 472,86/t para R\$ 699,96/t, o que corresponde no período a um crescimento com taxa média anual de 8,08%, e o valor bruto da produção saltou de aproximadamente R\$ 53,00 milhões em 1996 para R\$ 317,00 milhões em 2004, o que equivale a um crescimento com taxa anual de 5,50%.

A tabela a seguir mostrar como no período de 10 anos aumentou a participação do açaí no valor da produção da extração vegetal no Brasil, no Pará, no Marajó e em Curralinho. No ano de 2006, o valor da produção do açaí em relação ao total produzido no Brasil representava 2,78%. Já em 2016, o fruto do açaí representou 12,2% do valor produzido na extração vegetal de todo o Brasil.

Tabela 10 - Açaí (Fruto) Valor da produção na extração vegetal - Total e Açaí e percentual do total geral

Brasil, Unidade da Federação, Mesorregião Geográfica e Município	2006			2016		
	Total	Açaí	% do açaí no total geral	Total	Açaí	% do açaí no total geral
Brasil	3.716.852,00	103.215,00	2,78	4.426.293,00	539.836,00	12,2
Pará	1.224.924,00	95.140,00	7,77	1.278.798,00	401.874,00	31,43
Marajó (PA)	150.387,00	23.411,00	15,57	370.290,00	93.372,00	25,22
Curralinho (PA)	4.027,00	1.163,00	28,88	5.841,00	3.960,00	67,8

Fonte: IBGE - Produção da Extração Vegetal e da Silvicultura

Os pontos de venda em Belém que, em um passado recente, concentravam-se em bairros periféricos, hoje estão também presentes em grandes redes de supermercados, academias de esporte e lanchonetes do Pará (NOGUEIRA et al., 2013).

Os principais atores da cadeia produtiva do açaí são extrativistas, produtores, intermediários, indústrias de beneficiamento e batedores artesanais (TAVARES e HOMMA, 2015, p. 02), além de associações e cooperativas locais, prestadores de serviços comunitários e “financiadores” informais (POTIGUAR e OLIVEIRA, 2016).

2.6 Contextualizando os Atores – Povos e comunidades tradicionais

Os povos e comunidades tradicionais são, em termos analíticos, sujeitos sociais emergentes que têm na força da coletividade, fundada na autoconsciência cultural e uso comum de recursos naturais imprescindíveis à sua reprodução física e social, a expressão de sua identidade (ALMEIDA, 2007).

O empoderamento dos povos e comunidades tradicionais é um processo que ocorre pelo desenvolvimento das capacidades de obter acesso e controle sobre os seus meios de vida. Frequentemente ao se deslocarem de suas terras, seja qual o motivo, os povos e as comunidades tradicionais não conseguem retomar os modos de vida de seu local de origem. A desterritorialização significa o desmoronamento da memória e da identidade centradas no lugar (ZHOURI; LASCHEFSKI, 2010).

Os direitos sociais e territoriais conquistados nas últimas décadas pelos Povos e Comunidades Tradicionais ratificam sua pauta de reivindicações junto a diversos países, em âmbito global, e ao Brasil, em particular. Dentro deste arcabouço normativo internacional e nacional, destacam-se:

- **Pacto Internacional dos Direitos Civis e Políticos**, de 1966 – Estabelece a proteção das minorias étnicas, linguísticas e religiosas (Art. 27)
- **Decreto n.º 80.978**, de 12 de dezembro de 1977 - Promulga a Convenção Relativa à Proteção do Patrimônio Mundial, Cultural e Natural, de 1972;
- **Constituição da República Federativa do Brasil**, de 1988;
- **Decreto n.º 2.519**, de 16 de março de 1998 - Promulga a Convenção sobre Diversidade Biológica, assinada no Rio de Janeiro, em 5 de junho de 1992;
- **Declaração Universal sobre a Diversidade Cultural**, de 2001;
- **Decreto n.º 5.051**, de 19 de abril de 2004 - Promulga a Convenção n.º 169 da Organização Internacional do Trabalho – OIT sobre Povos Indígenas e Tribais;
- **Convenção sobre a Proteção e Promoção da Diversidade das Expressões Culturais**, de 2005;
- **Decreto de 27 de dezembro de 2004** - Cria a Comissão Nacional de Desenvolvimento Sustentável das Comunidades Tradicionais e dá outras providências
- **Decreto de 13 de julho de 2006** - Altera a denominação, competência e composição da Comissão Nacional de Desenvolvimento Sustentável das Comunidades Tradicionais e dá outras providências

- **Decreto n.º 6.040, de 7 de fevereiro de 2007** - Institui a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais
- **Decreto n.º 8.750, de 9 de maio de 2016** - Institui o Conselho Nacional dos Povos e Comunidades Tradicionais.

Ampliando o enquadrando dos povos e comunidades tradicionais enquanto minorias, poder-se-ia defender que o primeiro momento de proteção específica para esses grupos foi o artigo 27 do Pacto Internacional dos Direitos Civis e Políticos de 1966 que estabeleceu o direito à diversidade cultural de minorias étnicas, religiosas ou linguísticas. No entanto, esse pacto somente foi ratificado pelo Governo brasileiro no Decreto n.º 592, de 6 de julho de 1992, após o período da ditadura militar, quando seus artigos principais já haviam sido garantidos pela Constituição Federal de 1988.

A Constituição Brasileira de 1988 (CF/88) refletiu em boa medida o contexto internacional de reconhecimento e garantia do direito à diversidade étnica e cultural (DUPRAT, 2007). Tem-se, como exemplo, a Convenção Relativa à Proteção do Patrimônio Mundial, Cultural e Natural, promulgada pelo Decreto n.º 80.978, de 12 de dezembro de 1977, e aprovada pelo Congresso Nacional, através do Decreto Legislativo n.º 77 de 30 de junho de 1977 que tratava do estabelecimento de mecanismos de reconhecimento e proteção do patrimônio cultural e natural de valor universal excepcional do ponto de vista histórico, estético, etnológico ou antropológico.

Da CF/88, destacam-se:

- Os artigos 215 e 216 reconhecem a diversidade cultural brasileira e tratam do direito ao pleno exercício da cultura enquanto manifestação e expressão da identidade dos diversos grupos, em seus modos próprios de criar, fazer e viver;
- Nos artigos 231, 232 e 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (ADCT) são reconhecidos os direitos culturais e territoriais dos povos indígenas e das comunidades quilombolas.

É importante mencionar que esses direitos se enquadram como direitos fundamentais, assim sendo, a Constituição Federal estabelece aplicação imediata.

Até esse momento, os povos e comunidades tradicionais, na acepção atual dos direitos socioterritoriais, não estavam plenamente protegidos. Posteriormente duas convenções estabeleceram (a) o sentido de “tradicional” a esses povos e grupos sociais e (b) o direito a autodefinição coletiva (ALMEIDA, 2007). São elas:

- Convenção nº 169 sobre Povos Indígenas e Tribais, de 27 de junho de 1989, da Organização Internacional do Trabalho – OIT - Decreto nº 5.051, de 19 de abril de 2004.
- Convenção sobre Diversidade Biológica, de 5 de junho de 1992 - Decreto nº 2.519, de 16 de março de 1998.

A Convenção 169, ao reconhecer fatores étnicos e identidades coletivas autoidentificados e distintos de outros segmentos da população nacional, instrumentaliza os povos e comunidades tradicionais em busca de direitos. A autoidentidade desses grupos é a grande inovação e instrumento estratégico de garantia de direito dessa Convenção. Estabelece ainda o direito de propriedade e de posse das terras tradicionalmente ocupadas por esses grupos.

Apesar do termo *tribal*, em um sentido *lato senso*, tem-se reconhecido no mesmo o significado de “povos” e/ou “comunidades” e essa ratificação de seus direitos tem permitido reforçar reivindicações acerca da política agrária nacional, assim como das políticas ambiental e étnica (ALMEIDA, 2007).

Em 1992 no Rio de Janeiro, na Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, é pactuada a Convenção sobre Diversidade Biológica (CDB). Foi promulgada pelo Decreto nº 2.519, de 16 de março de 1998, e aprovada pelo Congresso Nacional em 03 de fevereiro de 1994 (Decreto Legislativo nº 2).

Essa convenção estabelece o respeito, a preservação e manutenção do conhecimento, inovações e práticas das comunidades locais e populações indígenas com estilo de vida tradicionais relevantes à conservação e à utilização sustentável da diversidade biológica. Incentiva e protege sua aplicação de forma ampla, desde que aprovada, a partir de processos participativos, pelos detentores desse conhecimento, inovações e práticas. Nesse sentido, encoraja a repartição equitativa dos benefícios oriundos da utilização desse conhecimento, inovações e práticas.

Novos dispositivos da normativa internacional são incorporados para afirmação dos direitos dos Povos e Comunidades Tradicionais. A Declaração Universal sobre a Diversidade Cultural apresenta os princípios da diversidade cultural e para promoção e preservação da cultura, reafirmando sua relação indissociável com os direitos humanos. Na Convenção sobre a Proteção e a Promoção da Diversidade das Expressões Culturais, os signatários se comprometem a promover ações efetivas de proteção e valorização da diversidade de expressões culturais.

Por fim, após longos anos de falta de reconhecimento, de conflitos territoriais e por acesso a recursos ambientais, de reivindicações de direitos, em 7 de fevereiro de 2007, através

do Decreto nº 6.040, é instituída a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais (PNPCT).

O principal objetivo dessa política é promover o desenvolvimento sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais. Enfatiza o reconhecimento, fortalecimento e garantia dos direitos territoriais, sociais, ambientais, econômicos e culturais desses povos e comunidades, respeitando e valorizando suas identidades, suas formas de organização e suas instituições. A Política apresenta o conceito de Povos e Comunidades Tradicionais:

Grupos culturalmente diferenciados e que se reconhecem como tais, que possuem formas próprias de organização social, que ocupam e usam territórios e recursos naturais como condição para sua reprodução cultural, social, religiosa, ancestral e econômica, utilizando conhecimentos, inovações e práticas gerados e transmitidos pela tradição. (BRASIL, Decreto nº 6.040/2007, Art.3, I).

A PNPCT foi elaborada pela Comissão Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais (Decreto de 13 de julho de 2006), revogado posteriormente pelo Decreto nº 8.750, de 9 de maio de 2016 que alterou seu nome para Conselho Nacional dos Povos e Comunidades Tradicionais, órgão colegiado de caráter consultivo, integrante do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS).

Nesse sentido, o arcabouço jurídico apresentado contribui, enquanto instrumento de reivindicação e garantia de direitos, para reduzir os excessos de desigualdade e promover a justiça social. Tem como motivação garantir, em sentido amplo, a todos os homens e a todas as mulheres oportunidades iguais de educação, de cultura, de saúde, de acesso ao trabalho, emprego e renda, de condições de moradia, lazer, segurança, e de proteção à maternidade e à infância, dentre outros.

2.7 Procedimentos de pesquisa

O rio Canaticu foi escolhido para o estudo inicialmente por sua realidade peculiar no Marajó: diversas comunidades tradicionais produtoras de açaí que se uniram para criar uma cooperativa que busca melhores condições de comercialização do fruto. A escolha se mostrou acertada no desenrolar da pesquisa quando se observou que esse arranjo socioprodutivo buscava bem mais que melhores preços, estava em processo de ativação de uma qualidade territorial para esse produto. Foi percebido também que havia uma dinâmica de formação socioterritorial no rio que deveria ser estudada.

Para essa pesquisa, de abordagem qualitativa, escolheu-se o Método do Estudo de Caso (*Case Studies*) para buscar compreender a dinâmica de formação socioterritorial do rio Canaticu e de suas redes de atores sociais, especialmente por possibilitar o necessário enfoque interpretativo sobre o fenômeno contemporâneo da qualificação de ativos territoriais dentro de um contexto social vivo, sem limites claros entre o fenômeno e o contexto social (YIN, 2001).

A escolha do método foi corroborada pelo entendimento de que o ambiente tecnicamente único da pesquisa (logística amazônica, localidades isoladas, mercado informal e em construção, ausência de registros etc.) ofereceria muito mais variáveis de interesse do que fonte de dados e, nesse sentido, ter-se-ia que se basear em várias fontes de evidências e em proposições teóricas prévias para conduzir a coleta e análise dos dados (YIN, 2001).

Nesse sentido seria importante o uso de uma variedade de materiais empíricos, permitidos pelo método, disponibilizados por esses grupos sociais como experiências pessoais, histórias de vida, memória coletiva, relatos de introspecções, entre outras fontes ricas de significado descritivo e interpretativo (CESAR, 1999).

Embora admitindo o próprio território como objeto de análise, essa pesquisa foi desenhada entendendo a importância de se compreender outras unidades ou subunidades de análise como comunidades, associações, recursos naturais, mercado, redes sociais e a cooperativa. Nesse sentido, o estudo buscou captar a multiplicidade de evidências que espelhassem as saliências do caso, através da investigação parcial das subunidades (CESAR, 1999).

O processo de pesquisa começou com uma revisão bibliográfica das temáticas relacionadas às indicações geográficas, sistemas produtivos locais, desenvolvimento territorial, sociologia econômica e redes sociais e teoria das convenções.

A partir da revisão bibliográfica sobre a temática e a determinação do caso, a pesquisa efetivamente começou com a escolha do referencial teórico. Na sequência, a fase de coleta e análise dos dados iniciou com o estudo de documentos disponíveis sobre o Marajó e sobre o

açai. Alguns documentos destacam-se para o entendimento amplo desses objetos de estudo. No caso do Marajó é fundamental a leitura do “Plano de Desenvolvimento Territorial Sustentável para o Arquipélago do Marajó” (BRASIL, 2007). No caso do açai, o livro de referência indispensável é “Açai: Preparo, Composição e Melhoramento da Conservação” (ROGEZ, 2000).

A segunda etapa dessa fase envolveu as entrevistas junto às pessoas relacionadas ao caso; observações diretas, com visitas a áreas (terrenos e rios) do território, e participativas, em eventos comunitários e da cooperativa.

Para enriquecer a compreensão da realidade estudada, foram também realizados registros fotográficos em campo. Foram ainda georreferenciadas as localidades e os portos do açai visitados para elaboração de mapas.

O trabalho de campo começou com uma pesquisa exploratória de mapeamento dos entrevistados e das temáticas a serem analisadas. Nesse primeiro momento foram realizadas as seguintes atividades: conversas de prospecção com lideranças locais, participação em reuniões e assembleias da cooperativa Sementes do Marajó e em reuniões da ONG Lupa Marajó.

Após a análise e reflexão sobre esse primeiro momento, foram elencados os eixos que deveriam ser aprofundados na pesquisa de campo para melhor compreensão da dinâmica de qualificação do açai do Canaticu. Os eixos de pesquisa escolhidos para serem aprofundados foram: Comunidades Eclesiais de Base; dinâmica do açai, formação da noção de comunidade, enraizamento em redes, força dos elos fracos, redes estendidas, formação territorial do Canaticu e Ativação da qualidade.

A pesquisa deveria considerar as dimensões históricas, éticas, políticas e socioculturais do território e, na medida do possível, incorporar os fatores físicos, institucionais, culturais e de relações entre os atores.

É importante reconhecer os desafios significativos de tentar reconstruir parte da história do rio Canaticu, como de muitas outras regiões da Amazônia, com base somente na memória dos seus moradores. As principais dificuldades são a profundidade da memória social e a dificuldade que os entrevistados têm de lembrarem-se dos fatos passados e posicioná-los cronologicamente (ALENCAR, 2009, p. 2).

Contudo, em um processo coletivo, os grupos sociais ou a própria sociedade reforçam e estimulam uma memória coletiva, qual seja o conjunto de lembranças que referenciam a própria existência do grupo, que, no entanto, não se limita somente à somatória das memórias individuais (ALENCAR, 2009, p. 2).

Os estudos sobre memórias coletivas, a partir da análise e interpretação sobre a “teia complexa de significados” captada nas narrativas, representações, símbolos e instituições, buscam compreender projeto interpretativo derivado da intersubjetividade da coletividade estudada (SANTOS, 2013, p. 62).

Em sequência, foi formulado o **guia de entrevistas da pesquisa** (anexo 1) com questões abertas, agrupados por temáticas direcionadas às classes de entrevistados: produtores⁸ de açaí, membros da cooperativa, lideranças locais e moradores antigos. Nesse sentido nem todos os entrevistados deveriam responder a todas as questões de todas as temáticas do guia.

Entre junho e novembro de 2017 foram realizadas 21 entrevistas semiestruturadas com diversos atores locais. Nesse processo, houve casos de entrevistas em que tanto a esposa como o marido responderam juntos. Também houve casos de grupos respondendo pela coletividade.

Todas as entrevistas foram gravadas e transcritas, o que possibilita uma avaliação por pares e evita críticas comumente feitas às pesquisas qualitativas, de modo geral, e as que utilizam desse método, em específico. As críticas acusam pesquisas que utilizam o método do estudo de caso de serem facilmente distorcidas para validar, de forma mais efetiva, as questões levantadas e os resultados obtidos (CESAR, 1999).

Ainda na esfera das críticas quanto ao método, está o questionamento sobre à possibilidade de generalização que provém do entendimento que um caso representaria uma amostra frágil de uma população. Nesta pesquisa, no entanto, o caso é entendido como uma unidade de análise que permite compor um quadro sobre um fenômeno complexo.

Dos 21 entrevistados, 13 são produtores de açaí. Da amostra de produtores, 3 são mulheres e 9 fazem parte da Cooperativa Sementes do Marajó. Na pesquisa, há um cooperado que não se declara produtor, o que aumenta para 10, o número de cooperados entrevistados.

A tabela a seguir apresenta de forma sintética os entrevistados:

Tabela 9 – Lista de pessoas entrevistadas com nome, idade, classificação e especificação

Entrevistado (a)	Idade	Classificação	Especificação
Anésia Oliveira	42	Professor	Professora e pesquisa sobre o Rio Canaticu
Antônio Correa de Oliveira	73	Morador antigo	Aposentado e ex-extrativista

⁸ Essa pesquisa não pretende avançar em discussões epistemológicas sobre o termo extrativista. Preferiu-se o termo produtor de açaí por dois motivos básicos: (1) todos entrevistados fazem alguma espécie de manejo e (2) todos usam a expressão “produção de açaí”. Contudo, é importante pontuar que seus terrenos não ultrapassam 5 hectares e a base do trabalho é de mão de obra familiar.

Carlos Roberto Baratinha Oliveira	44	Liderança	Professor. Acompanhou a Central das Associações. Atualmente Articulador da Cooperativa Sementes do Marajó
João D. Brito de Arruda	73	Morador antigo	Aposentado. Liderança formada nas CEBs, ex-vereador e ex-sindicalista.
Marcos Baratinha	42	Liderança	Professor, ex-vereador, Liderança social. Atualmente Articulador da Cooperativa Sementes do Marajó
Marília Tavares	40	Liderança	Coordenadora Técnica da AMAM. Articuladora do CODETEM
Padre Raimundo	66	Morador antigo	Padre. Acompanhou as CEBs.
Aguinaldo P. de Oliveira	47	Produtor (a)	Cooperado.
Edir Pinheiro de Oliveira	42	Produtor (a)	Responsável pelo Porto Sagrada Família
Lídia Santana de Oliveira	37	Produtor (a)	Cooperado.
Márcio dos Santos Barreiros	29	Produtor (a)	Participou do início dos portos
Manoel Freitas	38	Produtor (a)	Organizador Porto Sorva
Neivaldo Serrão (Jonny)	35	Produtor (a)	Organizador Porto Sorva e diretoria da Cooperativa
Roseli Furtado	16	Produtor (a)	Organizadora Porto Sorva
Rosivaldo de Souza Furtado	41	Produtor (a)	Organizador Porto Sorva
Herde Barreto Maia	32	Produtor (a)	Presidente da Cooperativa e vice tesoureiro da Comunidade Sagrado Coração de Jesus. Idealizador do Porto Tartaruga e da Cantina (Fundo Solidário)
Roseane Espirito Santos dos Santos	32	Produtor (a)	Secretária do Fundo Solidário
Vicente de Paulo Firmino de Oliveira	59	Produtor (a)	Cooperado e Diretor Financeiro Fundo Solidário. Acompanhou CEBs.
Walter Firmino Maia	42	Produtor (a)	Cooperado e Presidente do Porto Tartaruga
Edilson Pinheiro de Oliveira	35 anos	Produtor (a)	Cooperado
Jaderlino Santana de Oliveira	102	Morador antigo	Aposentado e ex-extrativista.

A análise dos resultados da pesquisa se baseou na elaboração de categorias para a sistematização dos dados oriundos da análise documental, dos registros de observações em campo e da transcrição das entrevistas. As categorias elencadas foram: tempo dos padrões; comunidades eclesiais de base e formação das comunidades; açaí e a rede social do Canaticu; açaí enquanto ativo territorial; portos comunitários e a ativação da qualidade do açaí; e a Cooperativa Sementes do Marajó e os aprendizados e inovações territoriais. Essa categorização

se mostrou uma escolha acertada para a identificação dinâmicas e posterior desenvolvimento da narrativa.

3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

A pesquisa de campo permitiu perceber o estágio atual de dois processos de ativação territorial paralelos e interdependentes:

(a) a dinâmica de formação de uma rede de ativação territorial do rio Canaticu, a partir da constituição incrustada na história longa da rede de atores em busca de direitos;

(b) a ativação do açaí, processo de transformação de ativo genérico em ativo do território, a partir de aprendizados e inovações territoriais que permitem a construção coletiva da qualidade territorial.

3.1 A formação da rede de ativação territorial do rio Canaticu

3.1.1 Das Redes de aviamento para Redes de Comunidades

A pesquisa tentou alcançar o início do processo atual de organização socioterritorial do Rio Canaticu. Duas dificuldades típicas de pesquisas que buscam lembrar os aspectos sociais e econômicos do processo histórico de ocupação humana na Amazônia foram encontradas (ALENCAR, 2009, p. 2): em primeiro lugar, em resposta às transformações dos sistemas produtivos e do próprio ambiente, além dos conflitos fundiários, a migração era frequente para muitas famílias daquela época; em segundo, a ausência de referências materiais nesses territórios como construções de alvenaria e obras públicas.

Contudo, há marcos significativos sobre a formação socioterritorial na memória coletiva capturados na pesquisa de campo. Em todos os relatos, o evento inicial marcante para a atual configuração socioterritorial do Rio Canaticu, representada pela construção de uma territorialidade baseada na coletividade pela busca de direitos, foi a chegada dos padres italianos na região, no início da década de 60, e a implantação das Comunidades Eclesiais de Base (CEB's) nos principais rios e afluentes do município de Curralinho e de outros municípios vizinhos.

Segundo os moradores mais velhos e os entrevistados que guardam relatos orais do passado, até esse momento a lógica de ocupação e povoamento do rio Canaticu obedecia ao sistema de aviamento, o que não difere muito da forma de ocupação de outros rios da Amazônia no período.

O termo aviamento, cunhado na Amazônia na época colonial, foi consolidado no ciclo da borracha como sistema de produção, comercialização e de crédito, tornando-se elemento estrutural de regulação das relações sociais e da identidade da sociedade amazônica (ARAMBURU-OTAZU, 1994).

Nessa forma de crédito informal, o trabalhador rural, em troca de bens diversos fornecidos por comerciantes, comprometia sua produção futura, o que sempre acarretava uma grande dependência dos trabalhadores para com os seus “patrões” (ROGEZ, 2000).

Qualquer produto da região você vendia pra ele, mas você era obrigado a comprar o que tinha lá, ele não lhe dava nenhuma moeda sequer... então era assim, levado e trocado com aquilo que ele tinha (Vicente de Paulo Firmino de Oliveira, 59 anos).

Segundo os entrevistados, a economia na época se concretiza através de trocas dos produtos com patrões. Basicamente as atividades com finalidade econômica eram a madeira, borracha e alguns óleos.

Até então era o patrão que mandava você fazer. Tinham três coisas: cortar seringa, fazer roça e tirar madeira. Só eram essas três atividades e era o patrão que mandava você fazer estas coisas [...] dependendo da pessoa e do local: ‘esse aqui vai fazer roça, esse aqui vai tirar madeira e esse aqui vai fazer seringa’. E ele mandava em tudo, ele determinava a mercadoria pra você, dava a mercadoria, você tinha que pagar. Tinham dois ou três pessoas que mandavam o rio todinho, Canaticu todinho, Mutuacá todinho (Padre Raimundo, 66 anos).

Diferentemente dos outros rios de Currealinho, como o Piriá e o Mutuacá, o Canaticu não tinha um mercado tão dinâmico de madeira, apesar de ser uma das principais atividades econômicas das famílias. O açaí nessa época era somente mais uma fruta da floresta, como “hoje é o miriti”. Ele servia para a alimentação das famílias e para dar para os porcos e para pequenos animais, após amolecido. O palmito ainda não era comercializado. Aqui, percebe-se que o açazeiro era um recurso em potencial que futuramente iria gerar dois ativos genéricos: o palmito e o fruto do açaí.

Nessa época era explorado o cipó, era explorado resina, era explorado o óleo de patuá... Nesse tempo ninguém vendia açaí, era a borracha da seringueira, era leite de maçaranduba e madeira (João Arruda, 73 anos).

Os dois elementos centrais da rede social da atividade extrativista da época eram os mesmos identificados por Meira (1996) para o Rio Negro: os fregueses (produtores ou coletores) e patrões (comerciantes ou regatões).

Os patrões? Tinha um aqui, outro acolá... Cada pessoa trabalhava com um pessoal, depende do patrão... Se era borracha, era vendido ali, se era farinha, era vendido ali, se era madeira era vendido ali (...). Eles trocavam por café, açúcar, mantimentos, essas coisas (João Arruda, 73 anos).

Meira (1996) explica que a definição dessas categorias nativas é flexível, se modificando em razão da localização do ator dentro da estrutura social vertical de poder que funcionava como uma cadeia de patrões e fregueses, "ou seja, um 'patrão' pode ser também 'freguês' e vice-versa" (MEIRA, 1996, p.173).

Em Curralinho, duas famílias são lembradas como os patrões: os Fonseca e os Bordalo. Essas famílias de comerciantes exportavam diretamente para grandes empresas, especialmente madeireiras, mas a pesquisa não alcançou esses elos mais distantes da cadeia.

[...] aqui no Canaticu eles trabalhavam muito com madeira em tora. Então ele exportava. Os navios entravam lá dentro do Canaticu, na Ponta Alegre pra pegar madeira e ir embora. Os outros que trabalhavam com borracha, a mesma coisa, o navio pegava a borracha e ia embora. As mercadorias não chegavam via Brasil, vinham diretamente de Portugal (Padre Raimundo, 66 anos).

Utilizando como parâmetro-chave o poder econômico e político, historicamente os comerciantes da Amazônia, embora sejam uma categoria heterogênea, podem ser divididos em três tipos básicos: grandes, médios e pequenos (MEIRA, 1996, p. 177).

O sistema tinha como base de seu funcionamento o adiantamento a crédito, por parte dos aviadores (comerciantes ou patrões), de mercadorias e instrumentos de trabalho ao produtor (freguês) que deveria abater/quitar a dívida contraída com produtos do extrativismo ou da agricultura, em uma espiral que sempre extraía renda do trabalho rural para acumular nos elos da cadeia que forneciam crédito (ARAMBURU-OTAZU, 1994).

[...] a Família Fonseca foi o grande comércio daqui. Eles eram comerciantes e eles montaram, por exemplo, aqui a fábrica de dormente... Eles compravam dormentes [...], compravam borracha também. Aí por exemplo, essa relação deles com as grandes famílias, eles eram os patrões dessas grandes famílias. Eles financiavam 6 meses, eram os 6 meses de financiamento. É o que os nossos antigos contam aí. Então... toda a produção de dormentes e borracha vinha para esse patrão que financiava durante esses 6 meses e quanto mais a família era maior, era melhor para o patrão. [...] imagina que eles dizem que para comprar um corte, um pedaço de pano, para comprar um equipamento era um negócio que tinha que trabalhar anos produzindo para ter (Marcos Baratinha, 42 anos).

Aramburu-Otazu (1994) considera o sistema de crédito do aviamento mais eficiente que o sistema financeiro formal que até hoje é incapaz de alcançar os produtores na maioria das áreas rurais da Amazônia, embora esses dois sistemas de crédito (formal e informal) fossem complementares, na medida em que o sistema bancário injetava capital financeiro nas firmas aviadoras.

No entanto, a importância social dos padrões nessa estrutura ultrapassa o aspecto econômico em virtude do enraizamento dessa organização em relações de parentesco e compadrio. Presente desde o século XIX na Amazônia, o enraizamento nas relações de parentesco e compadrio entre patrões e fregueses, chamada por Meira (1996, p. 179) de embricamento, se fazia presente também nos rios de Curralinho.

Este trabalho não pretende polemizar sobre a adequação histórica que a literatura, em ensaios e romances, imprimiu ao regime de aviamento com a imagem generalizada de um inferno de exploração e maus tratos na floresta durante a economia da borracha, até porque após

esse ciclo, mesmo igualmente influente em todas as esferas da produção, o sistema se reformulou em termos menos policiais (ARAMBURU-OTAZU, 1994). Na pesquisa de campo, os relatos sobre os padrões do rio Canaticu transmitem uma relação bem mais fluida e dinâmica como descrito por Aramburu-Otazu (1994).

[...] não, eles não eram brabo, era umas boa pessoa... eram bom patrão, mas eles não davam dinheiro pra gente (Jaderlino Santana de Oliveira, 102 anos).

Nessa época, antes das CEBs, no rio Canaticu e seus afluentes, o espaço era identificado e delimitado pela capacidade de uso das famílias que o ocupavam. Os filhos herdavam, por exemplo, espaços de “50 seringueiras” e “2 igarapés”.

Até os anos 1960, não havia território fora dos rios na Amazônia brasileira, “somente espaço, espaço à geografia e à demografia imprecisas, mal delimitado em mapas, refúgio de povos nômades, fora do alcance do Estado e da lei” (LEROY, 2010, p. 94). Obviamente que quando o capital o demandava, o espaço encontrava limites e uma ordem.

O rio Canaticu, enquanto território identitário e unificador de uma coletividade, ainda não existia como em sua versão atual. As famílias estavam dispersas e isoladas ao longo dos rios em localidades formadas por, em média, três casas do mesmo grupo familiar.

Naquela época não tinha comunidade, né... então era conhecido por família. A gente, a minha família, a família dos Corrêas, era conhecida como a família dos Aniceto. [...] Tinha dos Corrêas lá na frente, tinha dos Gonçalves e tinha dos Palhetas e assim era tudo dividido assim (Antonio Correa de Oliveira, 73).

Com essa baixa densidade demográfica, dispersão e isolamento, as pessoas tinham sua identidade geográfica vinculada a uma composição entre família e o rio ao qual pertenciam.

O trabalho antes acontecia dentro da família, tanto é que tinham as famílias grandes, tinham muitos filhos e tudo era entorno da família, dos filhos. Então as famílias grandes tinham a maior produção na roça, no extrativismo (Anésia Oliveira, 42 anos).

Os relatos evidenciam ainda a total ausência de acesso à educação e saúde nesses locais. O analfabetismo era generalizado no território, com poucas escolas, que, quando existiam, eram atreladas a iniciativas e às propriedades dos padrões, e nenhuma escola municipal. A própria igreja só se fazia presente em raras ocasiões como festividades religiosas ou batizados, quando os padres eram “trazidos” pelos padrões.

Que escola? Não tinha escola aqui... Olha, estudei com uma velha que é vó da minha mulher agora, eu estudei aí, eu era pirralho, meu pai botou aí na comadre dele [...]. Todo dia eu parava com ela lá [...], mas aí eu cortava seringueira, eu trabalhava, estudava só pela noite (Jaderlino Santana de Oliveira, 102 anos).

Os relatos do rio Canaticu equivalem ao padrão de povoamento de outras áreas da Amazônia com os dois momentos de ocupação identificado por Alencar (2009, p. 5): "o tempo dos padrões" e o "tempo das comunidades".

No tempo dos patrões que, segundo Alencar (2009, p. 5), corresponderia ao período que iria do final do século XIX até a primeira metade do século XX, a economia era centrada fundamentalmente no extrativismo de produtos florestais; no comércio, que funcionava na área rural, constituído em torno do barracão dos patrões, e nas relações de trabalho marcadas pela sujeição dos trabalhadores aos grandes comerciantes.

Já o “tempo das comunidades”, corresponderia à segunda metade do século XX, dos anos 1960 em diante, quando agentes da igreja incentivaram as famílias que viviam, até então, dispersas a se juntarem em povoamentos e formar uma organização política com forte viés comunitário (ALENCAR, 2009, p. 5).

As Comunidades Eclesiais de Base (CEB) começaram suas ações na região de Currealinho nos meados da década de 60 com os padres italianos João e Júlio, como resultado direto dos trabalhos do Bispo D. Ângelo na recém fundada Prelazia de Ponta de Pedras.

Segundo Betto (1985) as Comunidades Eclesiais de Base (CEB's) eram pequenos grupos de natureza religiosa e caráter pastoral organizados em torno da paróquia (urbana) ou da capela (rural), por iniciativa de leigos, padres ou bispos, que surgiram por volta de 1960 influenciados pelo Concílio Vaticano II e que, posteriormente, foram ratificadas na II Conferência dos Bispos da América Latina em Medellín Colômbia em 1968, que permitiram que a hierarquia eclesial se aproximasse mais das classes populares.

Embora as CEB's tenham se espalhado como uma rede em todo o país, foi na zona rural que essas comunidades de base mais proliferaram, já que ao contrário do operário urbano, o homem do campo encontrava na Igreja seu principal referencial ideológico, em virtude de sua cultura estar impregnada de religiosidade (BETTO, 1985).

O termo comunidade em Currealinho origina-se com o trabalho desses padres nessa época, com o significado atrelado à religião católica. Segundos os relatos, as primeiras CEB's no rio Canaticu foram implantadas no rio Aramaquiri e no Tartaruga.

[...] aí você vai no Canaticu, eles ficaram lá, iam pra lá... passavam quinze dias no Aramaquiri, iam pra outro lugar. Mutuacá, era Três Bocas, Piriá, era vila do Piriá e Piriá-mirim, o Guajará, era Portugal, assim eles se localizavam lá e aí iam conversando com as famílias. O pessoal trabalhava durante o dia e quando chegava à noite, à tardezinha, né, quatro horas se reunia num local e eles iam conversar com as pessoas (Padre Raimundo, 66 anos).

Ainda hoje, o conceito de comunidade não está exclusivamente vinculado à origem geográfica ou a coletividade agrupado por laços de coletividade. Pelo seu histórico de ocupação, no rio Canaticu, comunidade é utilizado para determinar de qual comunidade católica a pessoa pertence. Tanto que os evangélicos do rio “corrigem” a pesquisa, informando a qual

congregação pertencem. Nesse sentido, para o aprofundamento da pesquisa utilizou-se o termo genérico localidade para designar comunidade/congregações em suas significações geográficas.

Esse momento dá início a modificações na forma de ocupação do espaço, nas dinâmicas demográficas e no uso de recursos naturais. Com a formação das CEB's, as famílias então são reunidas em uma nova concepção de coletividade, o que estimula com que os atores se identifiquem nas redes da organização comunitária.

O que mudou, na minha opinião, porque começou a agregar as pessoas pra oração né, a partir daí, também começou a unir as pessoas no trabalho. [...] eles traziam o padre pra lá. Lá é que tinha que batizar, era tudo por conta do Fonseca. Com a descoberta das comunidades, começou a libertar o povo né, porque já não era obrigado ir lá pra batizar o filho, já batizava na comunidade. Alguma coisa que precisava comprar já não precisava ir lá, já começava a comprar aqui (Vicente de Paulo Firmino de Oliveira, 59 anos).

Os entrevistados afirmam que, além da maior presença dos padres, com todo um patrimônio de conhecimentos formais e vivências de lutas baseadas na solidariedade, exógenos na região, soma-se o fato das CEB's estimularem outros aspectos não trabalhados até então pela Igreja como o incentivo à aprendizagem, ao trabalho coletivo, através de mutirões, e ao sindicalismo.

Nessa época surgem as diversas escolas comunitárias ligadas aos CEB's ao longo dos rios com professoras formadas na estrutura da igreja. Essas professoras eram em sua maioria jovens mulheres das próprias comunidades com algum grau de letramento anterior. Para as comunidades onde não havia esse capital humano, os padres recrutavam jovens de outras comunidades para atender esses locais. Muitas dessas jovens também foram enviadas para Belém onde estudavam até a quinta série e voltavam depois para suas comunidades. Algumas dessas adolescentes e jovens se tornariam professoras históricas do município.

[...] todas as comunidades passaram a ter escola; só aqui, como não tinha tantas professoras foi necessário ir de outros lugares. [...] porque a maioria da minha época, por exemplo, eu tava com 19 anos, eu nunca tinha ido na escola, eu fui na escola em 1970. Eu sou de 51. E assim todo mundo, né. Então, estudava lá, as meninas foram logo pra lá pra Belém que era pra se formar (Padre Raimundo, 66 anos).

Um evento anual marcante para muitas pessoas eram as Semanas Catequéticas que ocorriam em São Sebastião da Boa Vista anualmente e reuniam centenas de pessoas das diversas CEB's do Marajó para estudos religiosos e momentos de análise e reflexão sobre a situação social.

É dessa época também a estruturação do sindicato dos trabalhadores rurais e a formação das primeiras lideranças com visão de responsabilidade coletiva sobre as comunidades. As CEB's incentivaram e financiaram pequenos negócios como venda de roupas e remédios, e também algumas cooperativas, especialmente de serrarias, que não obtiveram muito sucesso.

O grande legado que ficou desse movimento todo é que o povo começou a sair do anonimato, do seu mundo individualista, do seu cantinho, e começou a ir para o coletivo, de alguma forma eles foram para o coletivo, aí foi trabalhando. Uma pena que não deu certo depois que eles foram embora. Os caras foram embora, aí quem assumiu essas comunidades aqui, foram os padres daqui formados pelo próprio Marajó [...]. Ficaram muito preso só na parte religiosa, a questão socioeconômica foi deixada de lado... mas ficou o legado da galera gostar de se reunir, tanto que a galera gosta de se reunir e discutir os problemas e buscar solução, esse foi o legado das CEB's (Carlos Baratinha Oliveira, 44 anos).

Os atores enraizados nas relações de parentesco e compadrio das redes entre patrões e fregueses do sistema de aviação passam a pertencer agora a uma rede com vínculo territorial baseado em comunidades.

[...] as pessoas para estarem à frente da comunidade deles, porque ver o município que tem mais de 50 comunidades... se tu não formas os líderes para tomarem conta das comunidades. Então eles começaram a formar para isso, porque era um padre... na verdade... na verdade não tinha padre. Então tu precisavas ter alguém ali, que fosse o líder daquela comunidade para que a comunidade pudesse crescer. Então é muito mais a formação para ser líder da comunidade (Marília Tavares, 45 anos).

Devido aos inúmeros conflitos em decorrência de suas atuações, esses padres receberam muitas ameaças. Em 1972 esses padres são transferidos para Manaus. Com a mudança dos padres, as CEB's direcionam sua abordagem para uma atuação mais focada na religião. Contudo, todos os entrevistados afirmam que as CEB's são o marco inaugural da formação da atual territorialidade do rio Canaticu.

Muitos desses caras, tipo Duquinha, Cabeça, o João Arruda, o próprio Padre Raimundo, esses caras mais antigos... esses caras, eles foram aqueles caras que passaram por várias travancas, desafios, alguns foram até presos, alguns deles foram presos pelo prefeito, naquele tempo não podiam se manifestar contra (Carlos Baratinha Oliveira, 44 anos).

Em paralelo, o sistema de aviação havia também sofrido significativas alterações na região como um todo. O declínio do sistema e suas causas não é um processo muito claro para a maioria dos entrevistados. Alguns apenas mencionam que as firmas de madeira foram embora.

Aramburu-Otazu (1994) apresenta dois fatores que contribuíram para o desmanche da cadeia aviadora da região: a proibição em 1973 da exportação de madeira em toras e a construção da Transamazônica e de outras rodovias na Amazônia ocidental.

Ao pesquisar o sistema de aviação em São Sebastião da Boa Vista, município marajoara vizinho à Currálinho, Aramburu-Otazu (1994) explica que embora a proibição visasse a modernização técnica para aumento da competitividade da indústria madeireira da Amazônia, as firmas decidiram por abandonar suas instalações e atividades comerciais; e que a ligação da região ao Sul do país através de rodovias acarretou na redução do fluxo de mercadorias pelos rios. De todo modo, dificilmente as firmas continuariam tendo condições de oferecer crédito com períodos prolongados de retorno sem os recursos financeiros oriundos da

exportação da madeira e com aumento do custo do dinheiro devido à nova conjuntura internacional pós-crise do petróleo, o que demonstra como fatos globais influenciam localmente.

Com o gradativo declínio da importância do extrativismo de madeira em tora, tanto pela ilegalização da atividade quanto pela própria diminuição da oferta do recurso, a pobreza se intensifica e outras estratégias produtivas são buscadas e/ou aprimoradas. Nesse período, o palmito do açazeiro emerge como produto local relevante para a economia familiar e a diversidade de atividades agroextrativistas se consolida como estratégia de sobrevivência das comunidades.

Meu pai conta que ele... disse: “minha filha, comparado ao patrão, era ruim que a gente era explorado, mas quando eles foram embora...”. Ele diz assim que piorou ainda mais porque não tinha aquela pessoa que dava suporte, aí eles precisaram partir para alguma saída, mas veio o momento de muito sofrimento. [...] na nossa época de criança a gente sofria muito, passava fome mesmo, fome da farinha, fome da comida, não tinha. Como não circulava o dinheiro, não tinha para quem vender, não tinha como trocar... aí veio um momento de muito sofrimento. Naquela época era na base assim, do extrativismo, na coleta do marisco, a caça... era que as famílias sobreviveram naquela época (Anésia Oliveira, 42 anos).

Ao se analisar esse período, para a pesquisa, alguns fatos são bastante significativos:

- Reconfiguração territorial de uma dimensão familiar e migratória para uma concepção de comunidade vinculada a um recorte espacial que passa a ser visto como um patrimônio necessário para sua produção e reprodução e a princípios de reciprocidade e coletividade (ZHOURI; LASCHEFSKI, 2010);
- Mudanças na rede em que os atores estão enraizados. De um enraizamento em relações de parentesco e compadrio com os patrões, passa-se, de forma gradativa, a um enraizamento em comunidades territorializadas.
- Formação das primeiras lideranças atentas ao território e a coletividade emergentes;
- Desenvolvimento da aprendizagem enquanto valor relacionado ao poder de transformação social;
- Início do processo de configuração, ainda de forma incipiente, do que se tornaria a atual rede de atores do território do rio Canaticu.

Nas décadas seguintes, com a consolidação e o crescimento das comunidades, além de novos desafios da própria natureza da vida cabocla, outras lideranças e redes sociais surgem ao longo do rio, mas a pesquisa não alcançou e, tampouco, era o objetivo o registro desse processo de transformação socioterritorial.

3.1.2 O Rio Canaticu e a formação das redes de ativação territorial

A pesquisa salta até a primeira década do século XXI em que outro processo marcante para a formação socioterritorial do rio Canaticu é percebido pela memória coletiva: a organização das localidades⁹ em busca da afirmação de direitos territoriais e melhores condições de trabalho e produção. Esse é, na verdade, um processo de ativação do território do rio Canaticu na medida em que vai representar a articulação dos atores locais na resolução de diversos problemas que impedem a qualificação de seus recursos territoriais, especialmente o açai, o que será visto mais detalhadamente no próximo capítulo.

É importante esclarecer que nesse ínterim, desde a criação das primeiras Comunidades Eclesiais de Base em meados dos anos de 1960, a dinâmica das redes sociais ancoradas no território estava se desenvolvendo e se aprimorando. As próprias comunidades cresceram e se fortaleceram enquanto territórios. Inclusive, nesse intervalo, com a propagação das igrejas evangélicas ao longo dos rios, surgem novas localidades e subdivisões das localidades anteriores. Há agora comunidades (católicas) e congregações ou comunidades evangélicas ao longo dos rios. As pessoas moram, por exemplo, no rio Tartaruga e pertencem à comunidade Sagrado Coração de Jesus, ou moram no rio Curupuí e são da Congregação Filadélfia. Por esse motivo, o trabalho utiliza o termo localidade para se referir aos povoados. Nesse período, globalmente, houve a emergência das preocupações ambientais. As questões ambientais ressignificaram problemas sociais antigos. Ribeirinhos e extrativistas da Amazônia passam de grupos sociais historicamente “invisíveis” sociopoliticamente (ADAMS et al., 2006; BRONDÍZIO, 2006) para atores estratégicos na conservação da floresta (BARRETO FILHO, 2006).

Internacionalmente uma série de acordos e convenções ratificam a emergência desses grupos como atores de direitos. Nacionalmente, todo um arcabouço jurídico é criado e uma série de políticas públicas são implementadas para comunidades tradicionais como pescadores, quilombolas, extrativistas e para a agricultura familiar, além claro também para povos indígenas.

É nesse ambiente que lideranças e movimentos sociais históricos na luta por direitos sociais básicos, do Marajó e de Curalinho, têm suas demandas ecoadas em diversas esferas de poder e segmentos sociais.

A pesquisa buscou compreender como esses atores se mobilizaram e articularam para a resolução de problemas que eram comuns ao rio Canaticu como um todo, já que no período,

⁹ Comunidades católicas e congregações e comunidades evangélicas.

uma série de eixos de atuação são iniciados: organização dos pescadores, regularização fundiária, assistência técnica para o manejo do açaí, organização da produção para melhorar comercialização, luta por acesso à educação e saúde, infraestrutura para energia, entre outros. A pesquisa, contudo, se ateve a duas consequências de processo: melhores condições de comercialização do Açaí e regularização fundiária.

3.1.3 Açaí do Canaticu – 1º round: comercializar juntos

Embora essa organização territorial tenha resultado em inúmeros benefícios para as localidades do rio, o impacto mais sentido está no aumento do preço do açaí no período. No início da década, a lata do açaí era vendida a R\$ 0,50 (50 centavos); 10 anos depois, o preço mínimo praticado era R\$ 10 (dez reais). Obviamente, parte desse impacto é relacionada à própria valorização do açaí no mercado, mas parte significativa do incremento do preço local deve-se a inovações para a comercialização.

Quando o fruto do açaí começou sua trajetória de ascensão, o palmito, embora em declínio, ainda representava retorno financeiro maior e mais rápido. De certa forma, em virtude da carteira de produtos da sociobiodiversidade disponível em Curralinho (palmito, madeira, camarão, farinha, peixes), o açaí não se posicionou de imediato como um ativo genérico diferenciado para geração de renda local, embora há algum tempo já fosse identificado, por muitos no território, com potencial para melhorar as condições de vida das famílias do rio Canaticu.

Já aqui no Canaticu, o que fortaleceu muito mais eles, é a questão de eles chegarem a um ponto que eles não tinham mais nada... como é que eles iriam viver? Então, eles a partir que eles voltaram a organizar mesmo, eles perceberam que o açaí seria a fonte de renda para eles, só que eles não podiam trabalhar individualmente, então eles encontraram um produto que eles perceberam que aquilo ali podia mudar a vida deles (Marília Tavares, 45 anos).

O ganho percebido em outros territórios fornecedores de açaí não era alcançado pelas famílias de Curralinho. O entendimento na época era que o grande problema seria a falta de poder de negociação sobre o preço do açaí. Nessa época, a rasa do açaí era vendida a 50 centavos (R\$ 0,50), quase que exclusivamente para pequenos compradores do Amapá.

[...] então aqui a rasa do açaí... quem determinava o preço não era o produtor, era o comprador de Macapá. Se eles dissessem é R\$ 0,50, quem não me vender, eu vou comprar de outro. Quem ditava o preço era eles [...] (Marcos Baratinha, 42 anos).

Esse contexto impulsiona a organização dos produtores para alcançar melhores condições de comercialização. No rio Canaticu havia todo um capital social preparado para a luta por direitos que, no entanto, estava restrito a atuações nas comunidades e congregações. No decorrer dessa década, o rio Canaticu chegou a ter 20 associações comunitárias. As 8

primeiras são significativas para o entendimento do processo de organização social, pois pautaram de forma pioneira uma série de temáticas difundidas no território. São elas: Bela Pátria, Nossa Senhora de Nazaré, Sagrado Coração de Jesus, Sagrada Família, São Jorge, São João do Paracá, Piedade e Santa Luzia. Essas associações espelhavam a configuração socioterritorial originada nas Comunidades Eclesiais de Base (CEB's).

Vou ser sincero. Nessa época... foi visando a questão do açaí, porque o açaí começou a ganhar um pouquinho essa expansão de mercado, essa visibilidade e a galera já percebeu isso... que a fábrica estava comprando [...] (Carlos Baratinha Oliveira, 44 anos).

Um fato marcante para a articulação da luta por direitos, segundo as entrevistas, é o “encontro” entre lideranças comunitárias, formadas no contexto das CEB's, com alguns jovens, ex-moradores do rio, que, por diversas razões, emigraram de Currálinho ainda crianças e adolescentes, e estavam então retornando. Alguns foram, por questões diversas, para Belém, e outros foram ser seminaristas em Ponta de Pedras e em Abaetetuba, apenas como forma de continuar os estudos. Nesses locais, esses homens e mulheres, além de uma educação melhor, tiveram acesso a outras redes sociais, especialmente a movimentos sociais ligados a luta por direitos.

Desse grupo que regressou no período, destacam-se Marcos Baratinha (Marquinhos), ligado a movimentos sociais em Belém, e Gracival, ex-seminarista em Ponta de Pedras. Das lideranças oriundas das CEB's são citados Duquinha, Cabeça, Dudu e Cantareli.

Na capital, por exemplo, Marquinhos conviveu com políticos emergentes, de partidos que iriam governar o Pará e o Brasil pelos próximos anos, por exemplo. Nesse contexto, pode-se verificar a **força dos elos fracos**.

O Marquinho, ele ia e voltava, então assim a gente começou [...] se envolvendo com questões de PT, questão de igreja e centro comunitário, [...] a gente transitava por esses movimentos lá, e nós aprendemos muitas coisas com essa galera... E chegou um tempo que o Marquinho, estava entediado com Belém, aconteceu algumas coisas por lá... ele disse: 'Carlinhos vou me embora daqui, vou voltar para Currálinho'... tu vai fazer o que pra Currálinho? ele disse: 'vou trabalhar com comunidade lá'... só que eu tinha vindo aqui, acompanhado esse momento dessas capelas religiosas, e via que há 30 anos o povo rezava, batia palma e nada acontecia no aspecto comercial (Carlos Baratinha Oliveira, 44 anos).

Ao retornarem para Currálinho, lideram o movimento de organização das comunidades, iniciado pelas localidades do médio Canaticu. No ano de 2002 houve a criação da rádio FM Canaticu, dos irmãos Baratinha. A rádio, mesmo com limitações orçamentárias, próprias de rádios de caráter comunitário, além de tecnológicas, próprias da época e da região¹⁰ (ausência

¹⁰ Até hoje no rio Canaticu não há sinal de internet e tampouco de telefone. Em certos locais, com ajuda de antena rural, funciona de forma precária rede de telefonia móvel.

de telefonia móvel e internet) tentava informar o preço do açaí em diversos pontos do rio, além de tentar conectar as diversas localidades a uma identidade comum. Por questões formais, a rádio precisava de uma personalidade jurídica constituída. Dessa necessidade, o grupo aproveita e cria a primeira associação local do período¹¹.

[...] A primeira surgiu assim, nós discutimos uma rádio comunitária para o Canaticu, Canaticu FM, foi uma doídice nossa. Bora fazer uma rádio, é pirata, mas bora fazer [...] tinha um cara que mexia, construía torre, vinha instalar. [...] então a rádio precisaria se legalizar, a princípio além dos problemas era uma exigência que tinha que ter um CNPJ para legalizar a rádio, então ela ganhou força também, a primeira... foi essa da Bela Pátria, que era para ser a personalidade jurídica da Rádio Canaticu FM e foi muito sucesso na época e a gente não dava conta de manter também (Marcos Baratinha, 42 anos).

A pesquisa percebeu que essas primeiras associações representavam a necessidade de formalização de grupos sociais “orgânicos”, surgidos de dinâmicas territoriais endógenas. As demais, em certa medida, foram criadas exclusivamente para atender às obrigações impostas de forma exógena por políticas de regularização fundiária que serão tratadas mais a frente. Aqui não se está afirmando que os grupos sociais não existiam, mas sim que eles estavam em outro nível de amadurecimento em relação às das associações pioneiras, e, a não ser por imposições burocráticas de políticas públicas, não precisariam se formalizar.

Esses são os dois motivos apontados por todos para o abandono da maioria das associações no rio Canaticu: o excesso de obrigações burocráticas e a criação de associações exclusivamente com vistas ao recebimento de benefícios.

Esse movimento de organização social do rio Canaticu aproveitou também o contexto socioambiental da época. Em um esforço de diversas organizações de desenvolvimento, especialmente às ligadas ao meio ambiente, ao longo da primeira década do ano 2000, uma diversidade de ações e projetos foi implementada em áreas pobres da Amazônia com recursos financeiros não reembolsáveis ou com crédito a fundo perdido, que aceitavam os riscos de um ambiente de aprendizagem.

Em Curralinho são citados pelos entrevistados: cooperativas criadas pelo programa Poema da Universidade Federal do Pará; discussões em torno da elaboração do Plano Marajó e da implantação do Território da Cidadania do Marajó; pequenos cursos de manejo florestal realizados por organizações de desenvolvimento; projetos da ONG Fase Solidariedade em municípios vizinhos.

¹¹ Das 8 associações pioneiras, 3 foram criadas ainda nas décadas de 80 e 90 por outras razões e em outros contextos, mas foram reativadas no período.

Todo esse arranjo institucional e de redes resultou na criação da Central das Associações em 2007, principal estratégia para melhorar a posição de poder dos produtores familiares na cadeia produtiva do açaí.

Essa central vinha sendo concebida desde 2004 como estratégia de enfrentamento do baixo preço de venda do açaí. Embora não tivesse uma personalidade jurídica, ela foi “fundada” no 1º Encontro de Trabalhadores Rurais e Extrativistas do rio Canaticu, em julho de 2007. A ideia era que, de forma rotativa, cada associação local emprestasse sua figura jurídica a cada 2 anos para essa associação-mãe. O objetivo seria estimular o aprendizado sobre as questões institucionais. Na prática, a associação do rio Pagão, mais fortalecida institucionalmente, incubou a associação até o fim de suas atividades, por volta de 2014 quando a recém-criada Cooperativa Sementes do Marajó assumiu essa função.

Eu acredito que o aprendizado que ficou, foi a união. Como eu volto a falar, se não tiver grupo unido, não tem força... que hoje tem cooperativa porque veio da associação. O povo via como é que se trabalhava, se é R\$ 1,00 para quantos, é R\$1,00 para todos. Então eu vejo que uns dos aprendizados foi essa incentivação do grupo, do povo, porque atrás não tinha (Herde Barreto Maia, 32).

A Central conseguiu reunir e comercializar a produção de todas as associações do rio Canaticu e com isso ser um *player* com poder de regulação da cadeia produtiva. A abrangência de sua atuação foi potencializada pela doação de um barco de 43 toneladas em uma articulação entre FETAGRI (Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado do Pará) com então SAGRI (Secretaria de Agricultura do Estado do Pará).

Essa ideia que foi que nós pensamos nesse movimento todo... bora pautar um barco. Aí uma pessoa daqui, que nasceu aqui no Canaticu, virou diretor na SAGRI, Secretaria de Agricultura do Estado e nós fizemos um ofício e mandamos para SAGRI, solicitando um barco e foi cair nas mãos dele. Quando ele olhou o ofício... nós justificamos a questão do atravessador, o valor muito baixo, enfim, fizemos um relatório, contando toda essa problemática e ele se interessou. Tinha colocado o telefone, ele me ligou, eu fui na SAGRI, ele começou a me questionar várias coisas e depois ele disse que era do Canaticu e que tinha interesse em ajudar, aí ele veio nesse encontro, no primeiro encontro onde foi fundada a Central de Associações (Marcos Baratinha, 42 anos).

A aquisição do barco demonstra mais uma vez a importância do enraizamento na tomada de decisões, no caso específico, a rede social estendida pelo processo migratório contribuiu para o funcionamento de um mercado em construção.

Ainda 2007, nos primeiros meses da safra, essa comercialização coletiva, auxiliada pelo barco, já gerou resultados. A lata passa de R\$ 0,50 para R\$ 5,00. Esse arranjo trouxe junto conflitos com os atravessadores tradicionais.

[...] quando o barco chegou aí nós começamos a comprar o açaí do pessoal fiado, que todas as associações estavam envolvidas nesse contexto, e aí nessa compra de açaí fiado, os macapaenses chegaram, o Miguel era o presidente, chegaram com o

Miguel... 'Miguel, é o seguinte, bora fazer um acordo aqui, bora colocar todo mundo R\$ 3,00 o preço do açaí'. [...] e o Miguel disse assim: 'não, nós não temos esse propósito'. [...] Aí o Miguel fez a reunião com os produtores e tudo mais, começou dizendo o seguinte: 'Olha, a gente vai levar o açaí, só vai tirar o frete, o que sobrar vai ser devolvido para vocês'. Aí fizemos um negócio com a empresa e tudo mais. Começa a R\$ 5,00 a lata o açaí nessa época (Marcos Baratinha, 42 anos).

Entre 2008 e 2011, a Central conseguiu vender diretamente para as fábricas de polpa de açaí de Belém. Conseguiu também certificar como orgânico o açaí de 49 famílias pelo IBD Certificações.

Em paralelo, os atravessadores de Macapá continuavam implementando uma guerra de preços tentando desestabilizar a estratégia de venda coletiva.

[...] os macapaenses compram uma briga com a Central de Associações na época. Miguel foi a 5, quando voltou, os macapaenses botaram a R\$ 5,50. Aí o Miguel botou 6 e quando ele voltou, estava a R\$ 6,50 e assim foi. Aí a Central deu conta em brigar com eles até R\$ 10,00. [...] aí isso foi bom porque de lá para cá não teve... [...] menos de R\$ 10,00, nunca mais começou a safra com menos de R\$ 10,00 (Marcos Baratinha, 42 anos).

Segundo os relatos, em 2011, a Central levou um calote de uma das fábricas compradoras. Por não ter uma personalidade jurídica e tampouco um sistema profissional de controles internos, seus relacionamentos comerciais eram altamente informais. A Central não conseguiu absorver o prejuízo e nunca mais conseguiu se recuperar. Contudo, estava semeada a percepção de que o açaí do Canaticu só conseguiria trazer benefícios às famílias através do trabalho coletivo.

[...] passava perto das pessoas, eu enxergava ele, mas não tinha aquela coisa de eu falar com ele e ele falar comigo. Hoje todo mundo quando está em reunião, a gente sai dela, onde a gente se encontra a gente se fala...criou um diálogo, ajuntou o Canaticu mais para perto (Herde Barreto Maia, 32).

A Cooperativa Sementes do Marajó surgiu em 2014 como resultado do processo de fortalecimento organização social do rio Canaticu. Como a Central não resultou em uma pessoa jurídica que conseguisse espelhar arranjo territorial e promover uma governança com representatividade de todo o território, além das limitações de uma atuação empresarial por parte de associações, os representantes de diversas comunidades resolveram criar a cooperativa.

A criação foi impulsionada também pela perspectiva de financiamento para uma fábrica de polpa de açaí através do Fundo Amazônia. Para a implantação dessa fábrica, as associações precisariam de uma pessoa jurídica que as representasse. Esse projeto continua em discussão, segundo informado. No entanto, é importante esclarecer que embora impulsionada por uma oportunidade exógena, a ideia de uma cooperativa para os grupos do rio vinha sendo discutida desde o início da formação das primeiras associações.

Eu acho que a cooperativa ela veio no momento certo... É porque aí as pessoas aprenderam a como conduzir uma associação, aprenderam a se juntar em várias

associações e a cooperativa, eu acho que assim, ela está no momento certo dela, o momento certo na valorização do açaí que é o principal produto [...] (Marília Tavares, 45 anos).

É um indicador do amadurecimento da organização social, o fato de que mesmo sem o financiamento do Fundo Amazônia e, sem nenhum financiamento externo, a Cooperativa vem se consolidando como ator estratégico do Canaticu e expandido seu negócio. Diferentemente de outros momentos, quando foram criadas associações ou cooperativas no território, em decorrência de uma demanda exógena, como são os casos da fábrica de palmito e da cozinha industrial da Cooperativa Mista de Pequenos Produtores Rurais de Currealinhos (COOPED) ou o caso das associações relacionadas aos Projetos de Assentamento.

A cooperativa, por tanto, “herdou” da Central das Associações a dinâmica de organização social do rio Canaticu com todos seus avanços e desafios.

[...] enquanto não tinha cooperativa, era o barco do atravessador... ele chegava aqui: ‘olha, o açaí está 10’. Ele chega aqui amanhã: ‘o açaí está 8’. Tem que apanhar o açaí... não vai ficar na árvore. A gente não está sabendo como está na fábrica, então ele vem chegar aqui, o açaí está 10, ele vai botar 8. Mas a cooperativa sabe! Não dá para aguentar...vai pagar os 10, aí ele vai ter que segurar os 10 dele, ou então ele não arruma produção, então isso é uma vantagem (Herde Barreto Maia, 32).

A primeira diretoria eleita foi composta pelos mesmos atores que estavam à frente da Central de Associações, o que de certa forma, não permitiu inovações organizacionais na sua atuação, mas garantiu uma unidade do grupo e uma segurança institucional nesse período de transição. No fim de 2016, houve eleição de uma nova diretoria. Embora composta por alguns atores históricos do rio, tanto das CEBs quanto da Central, os principais membros da nova diretoria são de uma geração mais nova, com uma média de idade de 35 anos.

Atualmente a Cooperativa tem 70 cooperados de diversas localidades do rio Canaticu. Seus principais clientes são fábricas do Pará e grandes atravessadores que vendem para fábricas tanto do Pará quanto do Amapá. A Cooperativa está sendo a grande responsável por identificar e sistematizar aprendizados e inovações das localidades relacionados à qualificação do açaí e difundir e consolidá-los ao longo de todo o território do rio Canaticu, como será visto no próximo capítulo.

Porém o importante desse período é que uma nova rede social emerge, unindo atores das diversas redes locais do rio. Essa nova rede social de atores se configura a partir da percepção que os problemas não estão circunscritos às famílias ou as localidades e sim ao território do rio Canaticu. Fica evidente para esses atores que o açaí pode ser um gerador (ativo) de diversos benefícios para esse território, contudo, somente se eles implementarem estratégias coletivas de atuação (ativação). É aí que o Canaticu se consolida como um território identitário e sua territorialidade está bastante enraizada na luta por direitos.

3.2 Aprendizados e inovações territoriais e ativação da qualidade

Os processos de construção territorial da qualidade do açaí do rio Canaticu são respostas de enfrentamento às novas realidades dos mercados agroalimentares e ao declínio de outras atividades tradicionais que não combinam com a emergência da temática ambiental, ambos impulsionadas pela globalização.

Por um lado, se no primeiro momento, o desafio era unir a produção do rio para comercializar de forma mais vantajosa, buscando competir em uma lógica de economia de escala; em um segundo momento, quando passam a fornecer mais frequentemente às fábricas exportadoras de polpas, a qualidade do recurso é o novo desafio para o território. Por outro lado, com o total declínio da madeira e o preço não competitivo do palmito, o fruto do açaí se consolida como principal fonte de renda das famílias.

Porque assim, de 96 para cá, eu já mais ou menos me lembro como era a questão do açaí, eu tinha 8 anos por aí... não que eu me lembre tanto, mas meu pai me conta como é que era feito as coisas. Apanhava pouco açaí e vendia por um preço bastante insignificante na verdade [...] Era melhor vender palmito. Isso, trabalhar no roçado, na roça, com madeira... a compra da madeira ainda tinha bastante e vender açaí não era resultado (Márcio dos Santos Barreiros, 29).

As condições enfrentadas pelos ribeirinhos para o escoamento interno nos rios, somadas à distância de mais 12 horas de barco para a Belém na época, além da oferta reduzida de barcos para esse trajeto, posicionaram a imagem do açaí de Currálinho relacionada à uma qualidade inferior para os compradores da capital.

Segundo Rogez (2000, p. 229) o tempo máximo de conservação entre a colheita dos frutos do açaí e o consumo do produto acabado, sem congelamento, seria de 48 horas, intervalo determinante para “as variáveis diretas como perda em água ou indiretas, como a perda de aromas e/ou a qualidade nutricional”.

Assim o açaí de Currálinho e dessa região mais distante de Belém começou a ser valorizado somente após a entrada dos pequenos atravessadores, com barcos de até 1.000 latas, que forneciam para o mercado consumidor de Macapá (AP).

Até bem pouco tempo atrás, o açaí de Currálinho não era vendido para Belém, considerado um mercado mais vantajoso; ou, quando o era, os atravessadores identificavam sua origem geográfica como de Oeiras do Pará (município vizinho).

Nessa época, para o escoamento da produção, os extrativistas tinham à disposição somente canoas a remo para acessar o mercado. Como os principais atravessadores somente percorriam os rios maiores e com maior produção, os extrativistas tinham como único canal de distribuição uma rede de pequenos atravessadores locais.

Ainda hoje no rio Canaticu, o mercado de açaí para o extrativista/produtor varia conforme sua localização geográfica no rio. Há basicamente dois tipos de atravessadores: os pequenos ou locais conhecidos também por Guaxinins¹², normalmente moradores do mesmo rio; e os maiores, conhecidos como macapaenses, por serem em sua maioria oriundos do estado do Amapá.

Os atravessadores locais atendem normalmente rios e furos nos quais os atravessadores maiores não percorrem. Nessa cadeia produtiva, têm a função de reunir os pequenos volumes produzidos e garantir o escoamento desses locais. Podem vender para outros atravessadores maiores e/ou diretamente para mercados de varejo próximos.

Os atravessadores maiores determinam pisos de volumes de negociação. Percorrem somente o rio principal e os maiores afluentes. Nesses últimos anos, se consolidaram como os fornecedores dos compradores de atacado, especialmente de fábricas de polpa do Amapá.

Ambos foram essenciais para o desenvolvimento da dinâmica atual do açaí e desempenham importante papel no funcionamento da cadeia na região. Contudo, por seu excesso de poder na definição dos preços no passado, foram os primeiros alvos a serem identificados para enfrentamento nas estratégias territoriais.

O processo de organização das famílias das diversas localidades do rio Canaticu se consolidou ao longo de toda a primeira década de 2000, como demonstrado no capítulo anterior. Contudo, essa estratégia foi desencadeada para enfrentar o poder excessivo dos atravessadores que não tinham, nesse momento, ainda preocupações com qualidade, apenas com preço, pois vendiam para o mercado de varejo, muitas vezes na “pedra”¹³ do porto de Macapá.

O pessoal de Macapá não fazia essa distinção, se era bom ou se era ruim, eles compravam. Por exemplo, a dificuldade de vender o açaí do Canaticu era Belém, Cametá... era ruim de vender o açaí de Currálinho (Marcos Baratinha, 42 anos).

Segundo a memória coletiva, o açaí, enquanto fruto, começou a ser comercializado em Currálinho por volta do ano de 1994 com o preço de R\$0,50 a rasa. A principal função econômica do açazeiro ainda era como fornecedor de palmito, mas esse próprio mercado, não era tão antigo, datava de apenas algumas décadas. Antes de ter valor como palmito, as famílias ribeirinhas usavam o açazeiro como fornecedor do “vinho” do açaí para sua alimentação e seus resíduos para ração dos porcos.

A pesquisa identificou o manejo dos açazais e os portos do açaí como as duas iniciativas fundamentais e complementares para o processo em curso da qualificação do açaí do rio

¹² Em referência ao animal que “só vai até a beira d’água”.

¹³ Pedra é uma expressão que representa vender na beira do porto, logo no desembarque das mercadorias dos barcos.

Canaticu, a primeira de natureza técnico-produtiva e a segunda, uma inovação de natureza organizacional.

Pode-se afirmar que hoje o açaí é um ativo genérico de todo o território marajoara. Entretanto, os processos em curso no rio Canaticu, que serão apresentados a seguir, permitem visualizar uma potencial mutação desse açaí para o estágio virtual de um recurso específico que poderá ou não se materializar no ativo Açaí do Canaticu.

3.2.1 O manejo dos açazais – “Tudo começa pelo manejo”

O primeiro momento de inflexão da qualidade relaciona-se com o processo de aprendizagem do manejo dos açazais ao longo do rio, embora a motivação local para implementação das técnicas não estivesse relacionada inicialmente com o incremento da qualidade do produto e sim com os benefícios observados no aumento da produtividade e em safras mais alongadas, aspectos quantitativos. Na realidade, inicialmente, muitas famílias não acreditavam que nem a produtividade aumentaria com o manejo.

[...] a partir de lá, desse curso que eles aplicaram lá no Rio Pagão, começou dá açaí na entressafra e aí, esse curso, essa prática dele, foi expandido para outras localidades inclusive a nossa (Márcio Barreiros, 29).

O manejo dos açazais consiste em técnicas aplicadas ao trabalho para a busca de uma distribuição adequada dos açazeiros com as demais espécies vegetais existentes, o que garante aumento da produção de frutos, com melhora na qualidade e no rendimento da polpa; racionaliza o uso de palmitos e madeiras, além de reduzir o trabalho posterior de limpeza dos terrenos (QUEIROZ E MOCHIUTTI, 2012).

Tentativas de incremento da produtividade do açaí com racionalização de técnicas de manejo ocorriam em diversos açazais em Curralinho e em outros rios do Marajó de forma pontual e circunscritas às unidades produtivas. Nesse sentido, um momento significativo para o rio Canaticu foi o ano de 2004, quando o movimento social das comunidades e congregações e o Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais de Curralinho (STTR), financiados pelo Ministério do Meio Ambiente, realizaram um projeto de capacitação em manejo de açazais. Foram 12 famílias participantes de 6 localidades do rio que deveriam depois multiplicar o conhecimento para as outras famílias.

Pela grande extensão do rio e de seus afluentes e pelo reduzido número de famílias participantes, o projeto causou um impacto surpreendente, pois todos os produtores entrevistados relacionam seu contato inicial com a temática a alguma dessas famílias participantes.

Houve outros momentos de capacitação em manejo, no entanto, além de serem pontuais, foram de cunho teórico e muitas vezes não adaptados ao nível de letramento dos participantes. São lembrados cursos de capacitação em manejo de açaiçais promovidos pela GTA (Grupo de Trabalho Amazônico) entre 2007 e 2008 e pela EMATER¹⁴ por volta de 2010 ambos na comunidade Boa Esperança do rio Pagão, afluente do rio Canaticu.

Na verdade, a maior dificuldade é quanto a assistência técnica para gente. Essa é a maior dificuldade porque a gente não tem. A gente já recebeu várias capacitações, capacitações de oficinas... essas coisas que trazem para a gente, mas assistência técnica sempre falta, porque a gente não sabe como manejar o nosso açaiçal diretamente. A gente recebe aquelas instruções no período de 20hrs, 18hrs, 12hrs. A gente não consegue ter essa assistência mais consistente com a gente, mais permanente, mais na prática... aí o nosso manejo às vezes ele deixa a desejar [...] (Márcio Barreiros, 29).

É interessante que os entrevistados afirmam que não praticam o “manejo correto”, já que falta assistência técnica frequente e permanente para acompanhá-los. Eles, contudo, entenderam as diretrizes gerais e, através do mecanismo da tentativa-e-erro, vêm aplicando e aprimorando o manejo à sua maneira.

A gente faz da nossa forma, assim, o manejo, né. [...] basicamente, assim, foi aprendizagem da vida mesmo [...] já foi feito alguns cursos... [...] é mais feito mais na teoria, né, mais na prática mesmo... aí se torna meio complicado e mais difícil. Diferente de quando vai fazer na prática (Edir Pinheiro de Oliveira, 42).

É importante pontuar que os entrevistados informaram que embora a EMATER tivesse escritório em Currealinho, eram poucos técnicos disponíveis e que esses infelizmente não conseguiam atender todos os rios e não atenderam nenhuma das comunidades entrevistadas.

Nós começemo fazer do nosso jeito e fomos levando. [...] deu certo. Mas não tá, assim... nosso trabalho de manejo ele não tá dentro da técnica. Porque até quando veio aqui, como é o..., aquele velhinho do SEBRAE [...] ele achou que tá errado nosso trabalho... ele achou que tá diferente porque nós deixa a touceira com muito filhotão. Ele falou que aquilo lá enfraquece as árvores. O espaçamento das árvores nosso não tá bem feito... tem muito filhotão na touceira. Muitos paus que não era pra nós derruba, nós derrubemo (Vicente de Paulo Firmino de Oliveira, 59).

Queiroz e Mochiutti (2012, p. 12) sugerem que por hectare um açaiçal bem manejado deveria ter aproximadamente “400 touceiras (com 5 açaizeiros adultos em cada touceira); 50 palmeiras de outras espécies; 200 árvores. ”.

O manejo nosso aqui é... corta as árvores altas, limpeza por baixo, afastar a touceira, a gente trabalha nessa parte desse manejo (Herde Barreto Maia, 32 anos).

Segundo Queiroz e Mochiutti (2012) as etapas do manejo seriam:

- limpeza do açaiçal, por meio da roçagem e eliminação de cipós;

¹⁴Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado do Pará

- demarcação do bloco de um hectare a ser trabalhado, com auxílio de cordas e outras ferramentas;
- classificação das árvores e palmeiras com medição dos troncos das árvores e contagem das outras espécies de palmeiras;
- seleção para conservação das árvores e palmeiras com maior valor econômico e cultural (madeira, frutos, fibras, látex ou de uso medicinal) e de algumas de valor desconhecido, e eliminação das demais;
- seleção das 40 melhores touceiras de açazeiros e eliminação dos pés muito altos, finos, tortos, além dos de baixa produção de frutos, com o aproveitamento do palmito.
- plantio de açazeiros, caso não se tenha alcançado o número suficiente para a formação desejada de pés de açai e de touceiras no bloco.

Como etapa complementar deve-se manter o açazeiro roçado e limpo, com manutenções periódicas, para garantir 5 açazeiros produtivos por touceiras e rebrotações suficientes para substituição dos açazeiros que alcancem altura que dificulte a colheita.

Olha... aonde o açazeiro tá muito fechado, a gente vai devastando as touceiras; onde tão as mais altas, vai deixando as mais baixas. Tirando aquelas árvores de pau que tão atrapalhando o açazeiro; folgando mais [...] A limpeza do terreno... a gente sempre faz todo ano [...] (Edir Pinheiro de Oliveira, 42).

Todos os entrevistados afirmam que o manejo foi a grande inovação produtiva na última década, responsável pelo aumento da produtividade e alargamento da safra. Afirmam ainda que nas áreas manejadas a extração é feita com menos dificuldades e com menos acidentes, especialmente pelo controle da altura das árvores e pelo menor risco de cobras.

Em termos de trabalho, com o manejo, o volume principal de esforços se deslocou da colheita para a “transformação” do açazeiro nativo em açazeiro manejado. No entanto, como esse processo é muito trabalhoso, os terrenos são manejados gradativamente, em blocos, normalmente de um hectare. Na medida que a área é manejada, basta depois realizar a manutenção periódica.

Com os benefícios observados no manejo, tem aumentado o interesse das famílias na ampliação de suas áreas manejadas, no entanto, como esse processo requer bastante trabalho, as famílias têm implementado estratégias de trabalho coletivo para a ampliação das áreas. O tradicional mutirão rural tem sido a forma utilizada nessas localidades para a ampliação das áreas para a produção do açai.

Por causa que quando termina a safra, a gente vamos... se reúne um grupo de trabalho e sai pra roçar na localidade de cada um. Aí quando chega a safra, já tá tudo limpo. E

tira aquelas arvore torta, né? Que não produziu... para as outras que tem, produza mais (Neivaldo Serrão, 35 anos).

Para o enfoque sobre a ativação da qualidade, duas dinâmicas relacionadas ao processo de difusão do manejo no rio Canaticu merecem ser destacadas: áreas manejadas como suporte para frutos de qualidade e o manejo como resultado de aprendizados territoriais.

As áreas manejadas permitem aos produtores ter maior domínio sobre seus terrenos e sobre a seleção dos frutos. Nesses terrenos pode-se monitorar com mais facilidade o crescimento e a maturação dos frutos, estimar o fluxo de trabalho e selecionar para extração os cachos no período certo, diferentemente de quando a área tem um adensamento mais “natural”, em que o excesso de trabalho, propicia uma retirada menos seletiva.

[...] eu digo que o açaí pra ele ser um açaí bom, de qualidade, a primeira coisa que tem que ser feita é o trabalho na área do açaí (Aguinaldo P. de Oliveira, 47 anos).

A pesquisa identificou que na difusão do manejo houve um processo de aprendizagem territorial. Os produtores receberam um conhecimento explícito, com códigos não contextualizados a suas vivências anteriores e a seus conhecimentos tácitos. Gradativamente, no entanto, eles foram internalizando empiricamente conhecimentos sobre o manejo oriundos do conhecimento formal captado e do “aprender fazendo”. Esses conhecimentos tácitos se acumularam e se recodificaram em momentos de análise e reflexão permitidos pela rede de atores do território, como os mutirões. Nesse processo, os aprendizados, enraizados na história e no território, tornam-se um saber-fazer difuso.

3.2.2 Açaí do Canaticu – 2º round: Qualificar

A principal inovação surgida no território para a qualificação do açaí e para a ativação territorial do rio Canaticu são os portos do açaí, organizações de caráter comunitário para comercialização coletiva do açaí com estímulo à poupança local, diversificação econômica e produtiva, sistematização dos aprendizados e fortalecimento da governança territorial. Essa estratégia foi incorporada à atuação da Cooperativa Sementes do Marajó que atualmente busca ampliá-la e potencializá-la ao longo de todo o rio.

Em seu nascedouro, os portos do açaí tiveram dois objetivos principais: melhorar o preço de venda nos afluentes do rio Canaticu e/ou garantir uma reserva financeira para o período da entressafra (1º semestre).

Nesses locais, embora o escoamento da produção familiar fosse garantido por uma rede de pequenos atravessadores, o preço de venda estava aquém do verificado em outros pontos do rio, ou seja, era percebido pela coletividade um potencial não explorado de aumento da renda. Os portos do açaí surgem como entrepostos de comercialização, pertencentes e gerenciados

pela coletividade que agora se empodera para negociar como atacadista. Os portos materializaram uma organização socioprodutiva que permitiu ao grupo social melhorar sua posição de poder nas negociações da cadeia produtiva.

A reserva financeira, chamada localmente de “caixinha”, iniciou com o depósito de R\$ 1,00 (um real) para cada rasa vendida no porto. Os registros eram feitos em cadernos e apresentados periodicamente em reuniões aos membros dos portos. No fim da safra, após a apuração do resultado, cada família produtora recebia sua parte. De imediato, percebem-se duas inovações nessa estratégia. O fato da poupança local ser referenciada pelas unidades vendidas (latas/rasas) por cada família, uma inovação por si só, trazia em seu bojo outra inovação tanto para o território quanto para a cadeia agroextrativista do açaí, o registro da produção de base familiar.

A aplicabilidade inicial da estratégia dos portos foi facilitada por três fatores principais: (1) era visível aos participantes a diferença acrescida no preço com a negociação conjunta, (2) o valor poupado ainda não havia sido, até o momento, contabilizado pelas famílias como parte de seus orçamentos familiares e (3) havia um nível significativo de confiança na rede, construído ao longo do tempo, para intermediar o processo.

Porque se ele não vem para o porto, dá te graça R\$ 1,00, R\$ 2,00. Ele dá te graça, não tem recompensa, e se ele vem para o porto, esse real, que mesmo ele deixando naquela hora lá, mas no final da safra, vem e vai reembolsar ele (Walter F. Maia, 42 anos, Porto Tartaruga).

A primeira experiência de porto do açaí no rio Canaticu surgiu da união de aproximadamente 20 famílias de localidades do rio Pagão, especialmente as famílias da comunidade Boa Esperança. Ao saber, através de relatos, da experiência pioneira do “Fundo Açaí” da comunidade Santo Ezequiel Moreno, uma das comunidades do rio Acuti-pereira, no município de Portel, também Marajó, as famílias do Pagão decidiram em 2012 replicar a estratégia.

Embora esse trabalho trate também de aprendizados e inovações territoriais, aqui não se discorrerá sobre o processo de replicação dos aprendizados de Portel para Currálinho, mesmo porque essa experiência foi somente mais um *insight* para um processo de ativação territorial longo e anterior do rio Canaticu.

O caixinha do Rio Pagão começou a funcionar na safra do açaí de 2013 e funcionou até por volta de 2015. Ele serviu de inspiração para outras iniciativas no território. Nas últimas safras, as lideranças à frente do porto resolveram não administrar mais esse fundo, permanecendo apenas a comercialização coletiva. As famílias então passaram a desenvolver

novos “caixinhas” em suas redes familiares e de amigos, com mecanismos próprios, não “indexados” mais ao número de latas vendidas.

[...] porque esse ano a gente tá trabalhando com caixinha, mas não do porto, né? Tá trabalhando com a caixinha da família, esse ano (Lídia S. Oliveira, 37 anos, Porto Sagrada Família).

Inspirado por essa iniciativa, surge, em 2014, o Porto do açaí da comunidade Sagrada Família com 14 famílias que trilhou caminho parecido: gerenciou de forma conjunta o recurso das famílias durante 3 safras e hoje cada família administra seus próprios recursos. No entanto, a comercialização coletiva se consolidou. O interessante desse porto foi que ele começou com depósitos de R\$ 1,00/rasa em 2014 e, em 2015, em assembleia, os participantes resolveram aumentar para R\$ 2,00/rasa o depósito que ficava no porto.

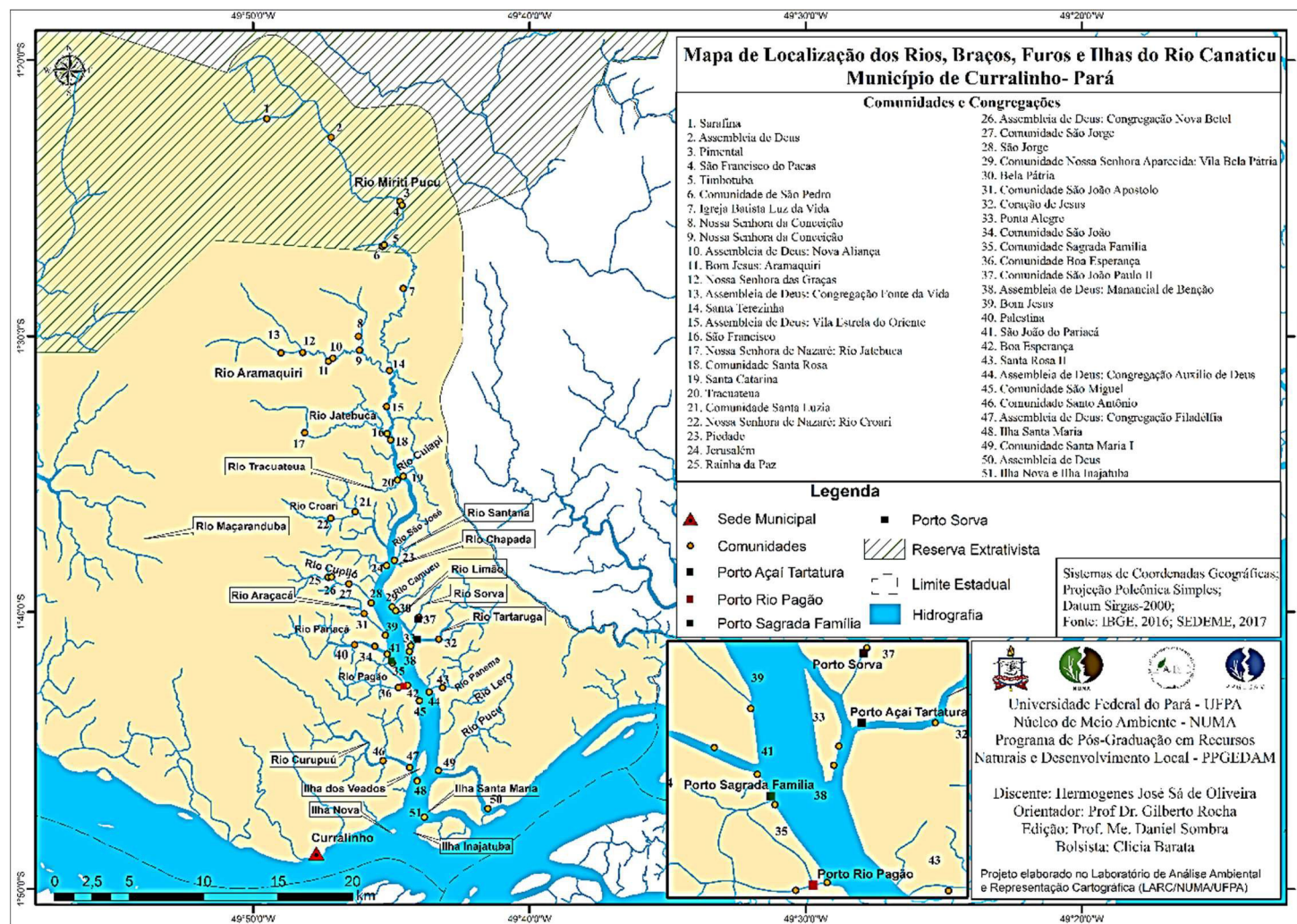
Em ambos os portos não ficou claro porque a estratégia foi modificada. Os entrevistados apenas informam que agora estão em caixinhas das famílias, de amigos e de conhecidos. Contudo a pesquisa tem como hipótese, baseada em algumas observações, que:

1. o gerenciamento do recurso de terceiros é muito trabalhoso e arriscado para esse pequeno grupo de lideranças locais, especialmente pela falta de recursos de controladoria, tanto técnicos quanto de equipamentos, e pela quase inexistente bancarização no Marajó;
2. após 3 anos de funcionamento, as famílias criaram o hábito de poupar e não precisam mais serem “tuteladas” pela coletividade;
3. a comercialização coletiva se consolidou e, com isso, o preço do açaí consegue acompanhar uma dinâmica mais justa dentro da cadeia de comercialização do rio Canaticu, o que fez também com que o preço adicional deixasse de ser percebido como um “extra” passível de ser poupado e passasse a ser contabilizado no fluxo de caixa da família;
4. o “caixinha” se tornou mais um aprendizado estratégico entre tantos na carteira de estratégias de sobrevivência e reprodução dessas famílias, que poderá ser acionado quando for necessário no futuro;
5. nessas localidades, esses “caixinhas” não conseguiram inovar e se institucionalizar em compromissos de maior longo prazo, como ocorreu no porto Tartaruga, o que será visto mais adiante;
6. e, por fim, os grupos desses primeiros portos eram bastante reduzidos e com a eventual não participação de alguns poucos membros, o grupo se desmobiliza.

[...] também aconteceu, assim, de... período de muita doença, né? Tem algumas pessoas que tavam na caixinha do ano passado, até aqui ainda não entregaram açaí ainda por causa da doença, né? Tão se tratando e... ainda não conseguiu reunir todos ainda pra conversar (Edir P. Oliveira, 42 anos, Porto Sagrada Família)

Atualmente, no rio Canaticu, segundo os membros da Cooperativa Sementes do Marajó, há três portos comunitários, como são chamados localmente: Sorva, Sagrada Família e Tartaruga. Somente o Porto Açaí do Tartaruga mantém atualmente o caixinha do porto.

Figura 3 - Mapa de Localização dos Rios, Braços, Furos e Ilhas do Rio Canaticu e suas localidades



Fonte: Adaptado de mapa e informações cedidas por Instituto Peabiru

3.2.3 O Porto Açaí do Tartaruga

A pesquisa identificou que, entre os portos comunitários do rio Canaticu, o Porto Açaí do Tartaruga é o que conseguiu, nos últimos anos, (a) uma reputação para a qualidade de seu açaí, refletida inclusive no preço diferenciado de venda; (b) aprimorar os aprendizados e inovações do território, a partir da institucionalização do Porto; (c) desenvolver inovações organizacionais que fortaleceram a estratégia inicial; (d) ser um *benchmark* no território para as demais localidades.

No rio Tartaruga moram 105 famílias, entre católicos e evangélicos. Liderando o porto, está a comunidade católica Sagrado Coração de Jesus, uma das primeiras a ser fundada pelas Comunidades Eclesiais de Base durante os anos de 1960.

As principais atividades econômicas são o extrativismo vegetal do açaí e da madeira e produção agrícola da mandioca. No rio, não existem fornecimento público de água nem de energia elétrica. Os moradores utilizam a água do rio tanto para afazeres da casa quanto para beber, após algum tratamento, e dependem de um gerador a diesel para fornecimento de energia durante algumas horas por dia.

Embora a grande maioria dos moradores tenha aparelho celular, não há sinal regular da rede de telefonia, apenas o sinal de uma operadora, da Vivo, é captado com ajuda de uma antena rural. De todo modo, não há acesso a internet.

Não há nenhuma unidade de atendimento de saúde, nem escolas. As crianças e adolescentes estudam em outras localidades mais centrais ao longo do rio. Ensino fundamental ocorre na localidade da Ponta Alegre e o ensino médio na Calheira. Entretanto, é garantido, pela prefeitura, o transporte escolar via barcos regionais. Ainda sobre o transporte, há um “barco de linha” privado que oferece transporte para a sede de Curralinho uma vez ao dia.

As casas, em sua maioria, palafitas, estão espalhadas ao longo rio. Quando há alguma concentração, não se ultrapassam mais que 4 casas próximas umas das outras, normalmente da mesma família. Os terrenos têm, em média, 5 hectares por família.

Foto 1 - Rio Tartaruga - Vista das Casas



Fonte: Autor.

Segundo os membros da comunidade entrevistados e a partir de observações de campo, o açaí do rio Tartaruga era considerado, até a instalação do porto, o pior açaí do Canaticu. Esse fator somado à pouca produção do rio, até aquele momento, inviabilizava melhores condições de venda para as famílias produtoras que dependiam de pequenos atravessadores locais para escoar sua produção.

Essa baixa qualidade era refletida no pior preço alcançado pela rasa no território. Os entrevistados afirmam que sempre havia uma diferença entre 3 a 5 reais no preço do açaí do Tartaruga em comparação ao de outros pontos do rio Canaticu. Está na memória coletiva que por volta de uns 5 anos antes da criação do porto, a rasa chegou a ser vendida por R\$ 1,00, valor há muito superado no restante do território.

De certa forma, a história da comercialização do açaí no rio Tartaruga espelha em menor escala a trajetória do açaí no próprio rio Canaticu. Ele era considerado o pior açaí de um recorte geográfico determinado pelo mercado, sendo atendido por atravessadores que não prezavam pela qualidade e que ofereciam os piores preços para a compra.

Porque assim, o atravessador, ele nunca vem dizer pro cara que ele quer um açaí de qualidade, bem medido, porque... na verdade, não é ele que vai vender lá na fábrica, ele vai entregar pra outro. Então, ele vinha, ele queria saber de quantidade... não queria qualidade. O caboclo ainda... nós somos meio... tolo em certas coisa, né? Porque nós tamo vendendo o nosso produto... quanto mais nós qualificar, mais preferência nós vamos ter pra vender. 'Ah, então é melhor, nós vamos ganhar dinheiro', porque ele compra parau, ele compra seco, ele compra açaí de dois dias... e era assim (Vicente F. Oliveira, 59 anos, Porto Tartaruga).

O porto surgiu na safra de 2014 em um movimento liderado por 3 produtores que conseguiram mobilizar mais outros 9. A ideia foi apresentada e discutida após uma missa de domingo. O pequeno número inicial de adesões à ideia demonstra que houve mais descrença do que otimismo na iniciativa.

[...] a partir de 2014, nós tivemos a ideia de juntar, né? Formemo uma reunião. Na reunião nós discutimo a questão de juntar pra um porto... uma qualidade melhor, uma medida bem medida, pra gente vê se o próprio comprador vinha direto aqui. E nós conseguimos... sabe que muitas pessoas não acreditaram... butemo 12 pessoas, começou com 12 pessoas em 2014. E aí foi que começou o trabalho aqui junto, coletivo. Aí foi crescendo, né? Mas aí aquelas pessoas que tavam de fora, perceberam que era melhor, começaram a passar pra cá. Hoje nós tamos com... 86, né, hoje (Vicente F. Oliveira, 59 anos, Porto Tartaruga).

No fim da safra de 2014, havia 48 famílias produtoras comercializando pelo porto. Todas haviam deixado um real por lata no porto que agora seria recebido de volta. Nas safras seguintes, o número cresceu e se consolidou em 86 famílias, como demonstrado na tabela a seguir:

Tabela 12 - PORTO - N° de Famílias Comercializando

PORTO - N° de Famílias Comercializando						
Safr 2014		Safr 2015		Safr 2016		Safr 2017
Início	Fim	Início	Fim	Início	Fim	Início
12 famílias	48 famílias	24 famílias	86 famílias	86 famílias	86 famílias	86 famílias

Fonte: Elaborado pelo autor

A variação no número de participantes entre o início e o fim da safra explica-se porque as famílias são livres para comercializar no porto, desde que respeitem as regras de qualidade que serão apresentadas mais a frente.

Logo na primeira safra, a iniciativa demonstrou seu potencial. Pelo porto, foram comercializadas 5.419 latas de açaí, o que gerou um faturamento de R\$ 154 mil. Na safra seguinte (2015), a produção comercializada mais que dobrou, registrando o total de 12.612 latas, o que, infelizmente, não foi refletido no faturamento, devido ao baixo o preço do açaí nessa safra.

Tabela 13 - PORTO - Volume de Produção e Comercialização

PORTO - Volume de Produção e Comercialização			
Safr 2014		Safr 2015 ¹⁵	
Latas Comercializadas	Faturamento (R\$)	Latas Comercializadas	Faturamento (R\$)

¹⁵ O registro de 2016, feito em diversos cadernos, ainda não foi sistematizado.

5.419	R\$ 154.000	12.612	R\$ 163.600
-------	-------------	--------	-------------

Fonte: Elaborado pelo autor

Com o porto, começa-se também o registro de uma série histórica dos preços mínimos e máximos do açaí ao longo da safra, como demonstrado na tabela abaixo:

Tabela 14 - PORTO - Preço Mínimo e Máximo do Açaí (Lata)

PORTO - Preço do Açaí (Lata)							
Safra 2014		Safra 2015		Safra 2016		Safra 2017	
Mínimo	Máximo	Mínimo	Máximo	Mínimo	Máximo	Mínimo	Máximo ¹⁶
R\$ 18	R\$ 38	R\$ 9	R\$ 21	R\$ 13	R\$ 18	R\$ 18	R\$ 22

Fonte: Elaborado pelo autor

As primeiras comercializações do porto demonstram novamente a **força dos elos fracos** das redes de atores. Um dos idealizadores do porto convenceu um primo que vendia açaí para Macapá a comprar o açaí do rio. Esse *macapaense* condicionou a compra ao mínimo de 100 latas.

Acontece que tem um primo do Éder, que ele é do ramo, né? Que é o Galileu, ele é primo dele. Eles já tinham o contato deles, conhecia eles... tinha telefone. [...] 'se eu montar um porto, tu vem pegar?', 'vamo...', 'olha, vamo butar o açaí... vamo montar um porto'... Aí começou assim. Aí o Galileu começou a passar pros outro. Aí vinha um atrás do outro, até porque chegava aqui um açaí bem preto, bem medido... aí, os cara gostaram do negócio (Vicente F. Oliveira, 59 anos, Porto Tartaruga).

A rede de produtores do rio Tartaruga, através de um elo que não estava fortemente enraizado naquela rede original, ou seja, que circulava também na rede de atravessadores *macapaenses*, conseguiu acessar um novo mercado.

3.2.4 A qualidade do Porto Açaí do Tartaruga e a ativação territorial do Canaticu

Meio intuitivamente, como estavam incumbidos de garantir o sucesso da comercialização, desde o primeiro momento, os responsáveis pelo porto do Tartaruga se preocuparam em fornecer um açaí de qualidade superior, embora esse conceito fosse algo bastante tácito naqueles momentos iniciais. Na verdade, ainda hoje a qualidade ainda não se tornou um conhecimento explícito, que pode ser transmitido, fora do contexto territorial.

Embora, em todos os portos, todos os entrevistados afirmem que a principal condição para vender no porto é “fornecer um açaí de qualidade”, quando questionados sobre o que isso significa/representa, percebe-se que (a) ainda não há um padrão de qualidade explícito e

¹⁶ Preço máximo até 08 de setembro de 2017, data da aferição.

mensurável, mas, ao mesmo tempo, (b) fica evidente um processo de ativação da qualidade do açaí a partir da transformação de conhecimentos tácitos em conhecimentos explícitos e da difusão desses parâmetros ao longo do rio.

Esse processo de sistematização empírica dos aspectos relevantes para a qualidade foi realizado de forma pioneira pelo porto do Açaí do Tartaruga, embora o porto da Sagrada Família desenvolvesse trabalho bastante profícuo nesse aspecto. Aqui não está se afirmando que o porto do Tartaruga criou esses padrões, o que ficou claro foi que esse porto foi o primeiro a agrupar, explicitar e “institucionalizar” esses aprendizados como representativos da qualidade e como condição para pertencer a coletividade do porto.

Porque assim, quando ele chega pra vender aqui, ele vem com nós né? ‘eu queria vender o açaí’. Tá, então vem cá, senta aqui que nós vamos te explicar: tu vai fazer um cadastro, teu CPF aqui, o teu nome. O açaí aqui ele tem que ser bem preto, bem limpinho, o açaí é medido ou pesado, e tu vai ter que deixar um real aqui. Tu concorda com isso? Aí tu vem pra cá. Aí o cara: ‘não, eu concordo’. Aí a gente faz cadastro, e ele começa a vender (Vicente F. Oliveira, 59 anos, Porto Tartaruga).

A pesquisa percebeu que o porto e, por conseguinte, a cooperativa, está buscando o reconhecimento sobre a qualidade de seu saber-fazer, não tão somente sobre as características organolépticas do fruto do açaí, já que há preocupações também com a higiene, conservação e com a garantia de uma unidade-padrão de medida.

O açaí de boa qualidade é o fruto maduro, limpo e bem medido... 14 quilos certo na lata... bem pesado (Herde B. Maia, 32 anos, presidente da cooperativa Sementes do Marajó e um dos fundadores do porto do açaí do Tartaruga).

A qualidade do açaí é... a primeira coisa, bem preto. Um açaí que seja escolhida aquelas pencas tudinho e nós temos a precisão da lona, para mim qualidade é isso, o cara ter consciência de que o produto ele vai vender para alimentação, a gente tem esse cuidado no porto [...] (Walter F. Maia, 42 anos, Porto Tartaruga).

As características organolépticas são percebidas em critérios relacionados à maturação e frescor dos frutos. O açaí deve ser “bem pretinho” e, de preferência o “tuíra”, preto com uma camada esbranquiçada. Não aceitam o *parau*, ainda não totalmente amadurecido, porém já possível de ser consumido.

Foto 2 - Frutos "bem pretinhos" e "tuíras"



Fonte: Autor.

O frescor é garantido pela colheita no dia da venda.

É o pretinho, o açai do dia, é o paneiro cheio (Marcos Baratinha, 42 anos).

O açai bem limpinho, né... medido. Quando não, é pesado, né? [...] é o natural, a gente sempre trabalha com açai do dia (Edir Pinheiro de Oliveira, 42, Porto Sagrada Família).

Tem que ser bem medido, qualidade... (Lídia S. Oliveira, 37 anos, Porto Sagrada Família).

Essas percepções empíricas já haviam sido percebidas por Rogez (2000, p.80-1):

Não existem estudos científicos sobre a qualidade dos frutos, mas os argumentos apresentados pelos compradores são suficientemente convincentes para se pensar que eles baseiam-se em constatações empíricas, apoiando-se sobre características organolépticas: os frutos bons têm uma cor fortemente evidenciada, a espessura da polpa é maior e o sabor é característico.

O nível de frescura dos frutos. No decorrer de uma mesma manhã e em um mesmo mercado, encontram-se variações de preço, do seu valor mínimo ao seu triplo para uma mesma unidade de medida. Essas variações se justificam mais frequentemente pelo fato de que certos frutos colhidos mais tarde no dia anterior e/ou que o tempo de transporte foi mais curto, o que, nos dois casos, contribuiria a ter um produto mais fresco. Assim, os produtores mais próximos de Belém conseguem vender sistematicamente mais caro que os outros.

É importante esclarecer que todas essas condições para um açai de qualidade eram conhecimentos tácitos já presentes no dia a dia das famílias que, contudo, não haviam sido

incorporados como condicionantes para a comercialização, apenas para sua alimentação. O “melhor ficava pra boia”¹⁷. Além das exigências do porto e, agora da cooperativa, o manejo, como já explicado anteriormente, foi outro fator que permitiu essa seleção pela qualidade.

A noção de higiene está nas práticas de manuseio, por parte das famílias, e na construção e adaptações dos portos, especialmente dos pisos. Aos produtores vinculados ao porto, recomenda-se que o açaí deve ser primeiramente colocado em lonas de poliéster para ser “catado” e, depois, colocado na rasa para terminar de ser limpo (retirada de pó e possíveis resíduos do cacho).

[...] alimpar o açaí, né? Alimpar bem bacana. Aí já traz num peso certo, quando chegar na balança não vai faltar; já vai sobrar já. [...] seco não vai no meio [...] aí só vem mesmo quando nós fala ‘filé’, né? (Neivaldo Serrão, 35 anos, Porto Sorva).

A lona e o piso de alvenaria garantem principalmente superfícies secas e diminuem a quantidade de frutos feridos.

O açaí era apanhado...[...] e quando ele chega em casa, simplesmente no cacho molhavam o fundo do paneiro... isso amolecia o açaí e gerava prejuízo, quando ele chegava em casa ele jogava esse açaí na lata, quando joga na lata, rala o açaí... o açaí cada vez que rala, ele perde o líquido e quando ele perde o líquido, ele perde o cheiro, ele perde a cor, ele perde qualidade [...] (Marcos Baratinha, 42 anos).

Sobre os vários fatores pós-colheita que influenciam diretamente a qualidade do fruto, Rogez (2000) já destacava a importância de todas as superfícies em contato como potenciais fontes de contaminação e deterioração:

Enfim, as feridas constituem o principal fator de deterioração dos frutos. As feridas não permitem apenas um acesso direto do oxigênio para as substâncias oxidáveis e dos microrganismos para os substratos do fruto, como também aceleram as perdas em água, estimulam a respiração e favorecem um apodrecimento acelerado. No caso dos frutos do açaizeiro, o debulhamento ocorre logo após colheita e não logo antes do seu processo, como no caso da uva. É então provável que a ferida formada no ápice de cada fruto possa ter consequências quanto à sua deterioração (ROGEZ, 2000, p. 230).

Talvez a grande preocupação do porto, por sua natureza de atacadista, e da cooperativa, enquanto player diretamente relacionado às fábricas, seja a padronização da mensuração da produção vendida. As fábricas implementaram um indicador de qualidade de eficiência produtiva que tem como parâmetro uma faixa de 7Kg a 8Kgs de polpa do fruto para cada lata de 14kg de açaí processada em uma bateadeira industrial. Nesse sentido, o porto tem duas preocupações, uma de ordem qualitativa e outra de ordem quantitativa.

Para a lata render 7 ou 8 quilos depende de todo o processo anterior de seleção dos frutos, inclusive do próprio tipo de fruto.

¹⁷ Boia é sinônimo de refeição. Fala de comunitário em uma reunião.

Eu não sei de explicar isso aí, tem gente que tem o açaí miúdo e o açaí graúdo, o graúdo pesa menos e o miúdo pesa mais (Walter F. Maia, 42 anos, Porto Tartaruga).

Os membros da cooperativa informaram que as fábricas sempre fornecem feedback diretamente ou através dos barqueiros (“dão retorno, reclamando ou elogiando”) sobre o açaí fornecido. Houve momentos no passado, raros, em que as fábricas inclusive descontaram uma parte do valor na remessa subsequente, em virtude da remessa anterior ter tido baixa eficiência.

Contudo, a preocupação imediata é o açaí ser bem pesado, no caso, medido. O açaí é passado da rasa para uma lata e depois devolvido para a rasa. Quando há basqueta¹⁸ disponível, o açaí passa da lata para a basqueta, onde cabem duas latas. Esse processo foi desenvolvido em virtude de não existirem balanças no território. Somente há pouco tempo, alguns portos adquiriram balanças, mesmo assim, às vezes, elas não são usadas, por ser mais trabalhoso pesar de que medir, segundo os entrevistados.

Essa preocupação demonstra mais uma vez o rebatimento da esfera global no plano local. Como as fábricas comercializam através do Sistema Internacional de Unidades, elas necessitam comprar em uma unidade-padrão, o que forçou às comunidades a desenvolverem estratégias para atendê-las.

A sequência de fotos a seguir apresenta o processo que garante um açaí “bem pesado e bem medido”:

Foto 3 - (1) Rasa, Lata e Basqueta (esquerda .p. direita) / (2) Basqueta equivale a duas rasas/latas



Fonte: Autor.

¹⁸Caixas Plásticas Vazadas (Polietileno de Alta Densidade)

Foto 4 - (3) Passagem do Açaí da rasa para a lata / (4) Açaí medido passado para a basqueta



Fonte: Autor.

O grande diferencial percebido na pesquisa é que o porto conseguiu unir 86 famílias do rio Tartaruga em torno da ativação de uma qualidade territorial, com mudanças significativas em hábitos tradicionais. É o mercado modelando a governança territorial e a gestão dos recursos naturais.

Embora, desde a Central de Associações em 2007, se discuta a necessidade da criação de entrepostos no rio Canaticu e da melhoria na qualidade, somente o porto do Tartaruga conseguiu sistematizar os aprendizados e materializar essa ideia e ser um *benchmark* para os novos portos que estão sendo estimulados pela Cooperativa Sementes do Marajó.

3.2.5 O Fundo Solidário – Diversificação econômica

No início da safra de 2016, o porto Açaí do Tartaruga diversifica sua atuação econômica e cria uma cantina. Essa cantina surgiu de uma tentativa frustrada de captar recursos para a construção de um porto maior de alvenaria que, no entanto, resultou em uma doação de R\$ 3 mil feita pela prefeitura de Curralinho. Como o recurso arrecadado “não dava nem pra comprar madeira”, eles resolveram investir em mercadorias.

Aí nós tivemos na época uma parceria do [...] doou um dinheiro para gente, aí nós pegamos esse dinheiro, que era para o porto, para gente fazer um porto padronizado,

mas não deu. Então vamos colocar numa cantina? Aí que começou esse trabalho lá (Walter F. Maia, 42 anos, Porto Tartaruga).

Assim como o espaço do porto havia sido cedido pela família de um dos idealizadores do porto, o espaço da cantina, ao lado, também foi incorporado nessa doação. Com essa nova criação, que representou uma sociedade fixa, embora sem personalidade jurídica, “institucionalizou-se” a iniciativa, denominada agora de Fundo Solidário Açaí do Tartaruga. Esse fundo assumiu a governança do porto e da cantina. Inclusive a doação dessas áreas foi registrada em papel em nome do fundo.

O fundo tem uma diretoria eleita com mandato de 2 anos. Atualmente são 35 sócios que podem comprar “fiado” na cantina, até o limite de 50% do capital integralizado. Para se tornar sócia, a família produtora aceita que o recurso deixado no porto seja incorporado ao capital do fundo, ou seja, não será reembolsado no fim da safra. Foi esse o principal motivo que no primeiro momento, das 86 famílias usuárias do porto, somente 33 embarcassem na empreitada.

Eu acho também que foi o próprio porto, né, construído. Isso é uma conquista... antes era uma casinha, um trapiche velho. Aí isso foi uma conquista também (Roseane E. Santos, 32 anos, Porto Tartaruga).

Já em janeiro de 2017, o fundo inaugura o novo porto do açaí, maior e de alvenaria, construído com recursos próprios na ordem de 14 mil reais e com trabalho não remunerado dos sócios, em esquema de mutirão. Daí surgiu um novo arranjo: quem não é sócio, paga uma taxa de administração de 20% sobre o valor deixado no porto. Não é sobre o valor total comercializado no porto. A taxa de administração é sobre o valor depositado na caixinha, ou seja, até o momento, de cada 1 real por rasa deixados, são descontados 20 centavos que remuneram os custos indiretos do porto.

Foto 5 - Novo Porto Açaí do Tartaruga



Fonte: Autor.

Há reuniões mensais entre os sócios do fundo e uma reunião anual aberta a todos os usuários do porto. Na reunião anual é feita a prestação de contas e devolvido o dinheiro poupado de cada família.

Atualmente, o porto do Tartaruga prioriza a venda para a cooperativa Sementes do Marajó que, no entanto, não consegue absorver toda a produção, principalmente por falta de capital de giro, assim o porto continua vendendo para macapaenses.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Rio Canaticu, apesar de sua grande potencialidade natural, apresenta graves restrições relacionadas à ausência do Estado e de direitos sociais básicos, além de pouca presença do mercado, como de fato, em boa parte do arquipélago do Marajó e da Amazônia. Nesse sentido, é importante realçar o papel fundamental dos atores locais na melhoria das condições de vida dos grupos sociais nos últimos anos.

Os atores locais do rio Canaticu têm construído relações de confiança e reciprocidade e implementado processos participativos e democráticos de governança dos recursos naturais.

Na pesquisa de campo percebeu-se dois processos de ativação territorial paralelos e interdependentes: (a) a dinâmica de formação de uma rede de ativação territorial do rio

Canaticu, a partir da constituição incrustada na história longa da rede de atores em busca de direitos; e (b) a ativação do açaí, processo de transformação de ativo genérico em ativo do território, a partir de aprendizados e inovações territoriais que permitem a construção coletiva da qualidade territorial.

Sobre a rede de ativação territorial do rio Canaticu, destaca-se sua construção na história longa que se confunde com a própria formação do território.

As comunidades eclesiais de base (CEBs) merecem destaque nessa história, pois foram fundamentais para a reconfiguração territorial de uma dimensão familiar e migratória para uma concepção de comunidade vinculada a um recorte espacial, com consequentes mudanças das redes de enraizamento. As CEBs também semearam princípios de reciprocidade e coletividade nas lideranças pioneiras atentas ao território e a coletividade emergentes e estimularam a aprendizagem enquanto valor relacionado ao poder de transformação social.

Outro momento de destaque nesse processo foi o período que desemboca na Central das Associações e na Cooperativa Sementes do Marajó. Nele emergiu e se consolidou a rede social de ativação territorial do rio Canaticu, unindo atores das diversas redes locais do rio.

Essa nova rede social de atores se configurou a partir da percepção que os problemas não estavam circunscritos às famílias ou as localidades e sim ao território do rio Canaticu. Nesse momento ficou evidente para os diversos atores que o açaí poderia ser um gerador (ativo) de diversos benefícios para esse território, contudo, somente se eles implementassem estratégias coletivas de atuação (ativação). Foi aí que o Canaticu se consolidou como um território identitário, sem deixar de ter sua territorialidade enraizada na luta por direitos.

A pesquisa identificou o manejo dos açaizais e os portos do açaí como as duas iniciativas fundamentais e complementares para o processo em curso da qualificação do açaí do rio Canaticu, a primeira de natureza técnico-produtiva e a segunda, uma inovação de natureza organizacional.

Na difusão do manejo houve um processo de aprendizagem territorial. Os produtores receberam um conhecimento explícito, com códigos não contextualizados a suas vivências anteriores e a seus conhecimentos tácitos. Gradativamente, no entanto, eles foram internalizando empiricamente conhecimentos sobre o manejo oriundos do conhecimento formal captado e do “aprender fazendo”. Esses conhecimentos tácitos se acumularam e se recodificaram em momentos de análise e reflexão permitidos pela rede de atores do território, como os mutirões. Nesse processo, os aprendizados, enraizados na história e no território, tornaram-se um saber-fazer difuso.

A principal inovação, entretanto, surgida no território para a qualificação do açaí e para a ativação territorial do rio Canaticu foram os portos do açaí, organizações de caráter comunitário para comercialização coletiva do açaí com estímulo à poupança local, diversificação econômica e produtiva, sistematização dos aprendizados e fortalecimento da governança territorial.

A aplicabilidade inicial da estratégia dos portos foi facilitada por três fatores principais: (1) era visível aos participantes a diferença acrescida no preço com a negociação conjunta, (2) o valor poupado ainda não havia sido, até o momento, contabilizado pelas famílias como parte de seus orçamentos familiares e (3) havia um nível significativo de confiança na rede, construído ao longo do tempo, para intermediar o processo. Essa estratégia foi incorporada à atuação da Cooperativa Sementes do Marajó que atualmente busca ampliá-la e potencializá-la ao longo de todo o rio.

Por fim, é importante validar o arcabouço teórico utilizado. A sociologia econômica permitiu evidenciar processos de enraizamento em redes sociais e como os elos fracos impulsionaram a ativação territorial. A abordagem de ativos territoriais permitiu perceber que o açaí atualmente é um ativo genérico de Currálinho e do Marajó que, no entanto, tem grande potencial de se transfigurar em um recurso específico e se materializar no ativo Açaí do Canaticu.

REFERÊNCIAS

- AB'SABER, Aziz Nacib. **Zoneamento fisiográfico e ecológico do espaço total da Amazônia Brasileira**. *Estud. av.*, São Paulo, v. 24, n. 68, p. 15-24, 2010. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40142010000100004&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 11 set. 2017.
- ADAMS, Cristina; MURIETA, Rui; NEVES, Walter. As sociedades caboclas amazônicas: modernidade e invisibilidade. IN: ADAMS, Cristina; MURIETA, Rui; NEVES, Walter (Org.). **Sociedades caboclas amazônicas: modernidade e invisibilidade**. São Paulo: Annablume, 2006. 364 p.
- ALENCAR, E. F. **O tempo dos padrões “brabos”**: fragmentos da história da ocupação humana da Reserva de Desenvolvimento Sustentável Amanã, AM. *Amazônica - Revista de Antropologia*, 2009. v. 1, n. 1, p. 178–199.
- ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de. APRESENTAÇÃO. In SHIRAISHI NETO, Joaquim (Org). **Direito dos povos e das comunidades tradicionais no Brasil: declarações, convenções internacionais e dispositivos jurídicos definidores de uma política nacional**. Joaquim Shiraishi Neto. Manaus: UEA, 2007.
- AMARAL, Dário Dantas. et al. **Campos e florestas das bacias dos rios Atua e Anajás, ilha do Marajó, Pará**. Belém: Museu Paraense Emílio Goeldi, 2007. 110 p.
- ANJOS, Flávio Sacco dos. Indicações Geográficas, Identidade e Desenvolvimento: um diálogo entre a realidade europeia e brasileira. In: FROEHLICH, José Marcos. **Desenvolvimento territorial: produção, identidade e consumo**. Ijuí: Ed. Unijuí, 2011. – 424 p.
- ARAMBURU-OTAZU, M. Aviamento, modernidade e pós-modernidade no interior amazônico. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, 1994. v. 25, p. 82–99.
- BARRETO FILHO, HenyoT. Populações tradicionais: introdução à crítica da ecologia política de uma noção. IN: ADAMS, Cristina; MURIETA, Rui; NEVES, Walter (Org.). **Sociedades caboclas amazônicas: modernidade e invisibilidade**. São Paulo: Annablume, 2006. 364 p.
- BENKO, G.; PECQUEUR, B. **Os recursos de territórios e os territórios de recursos**. *Geosul*, 2001. v. 16, n. 32, p. 31–50.
- BETTO, Frei. **O que é Comunidade Eclesial de Base**. Abril Cultural, 1985.
- BRASIL, Ministério do Meio Ambiente. **Produtos Potenciais da Amazônia**. Brasília, 1998.19v.
- _____. Governo Federal. Grupo Executivo Interministerial. **Plano de Desenvolvimento Territorial Sustentável para o Arquipélago do Marajó**. – Brasília: 2007. Disponível em: http://www.integracao.gov.br/c/document_library/get_file?uuid=9408a880-6ec0-4be0-9cb7-feb01c4a6256&groupId=24915. Acesso em: 15 abr. 2017.
- _____. Ministério do Desenvolvimento Agrário. **Plano Nacional de Promoção das Cadeias de Produtos da Sociobiodiversidade**, 2009.

BRONDÍZIO, E.S.. Intensificação agrícola, identidade econômica e invisibilidade entre pequenos produtores rurais amazônicos: caboclos e colonos numa perspectiva comparada. IN: ADAMS, Cristina; MURIETA, Rui; NEVES, Walter (Org.). **Sociedades caboclas amazônicas: modernidade e invisibilidade**. São Paulo: Annablume, 2006. 364 p.

CARRIÈRE, J-P.; CAZELLA, A. A. **Abordagem introdutória ao conceito de desenvolvimento territorial**. Eisforia. Ano 4. Vol. 4. Florianópolis: 2006. p. 23-47

CARVALHO, David Ferreira; SANTANA, Antônio Cordeiro de. Dinâmica de produção, comercialização e sazonalidade de preços de frutas frescas no estado do Pará. IN: SANTANA, Antônio Cordeiro de; CARVALHO, David Ferreira; MENDES, Fernando Antonio Teixeira. **Análise sistêmica da fruticultura paraense: organização, mercado e competitividade empresarial**. Belém: Banco da Amazônia, 2008. 255 p.: il.

CARVALHO, João Paulo Leão de. **Adaptações de agroecossistemas familiares às mudanças no contexto socioeconômico e ambiental no Município de Curalinho, Marajó, Pará**. Dissertação (Mestre em Agriculturas Familiares e Desenvolvimento Sustentável). Belém: UFPA, 2013.

CESAR, A. M. R. V. C. **Método do Estudo de Caso (*Case Studies*) ou Método do Caso (*Teaching Cases*)?** Uma análise dos dois métodos no Ensino e Pesquisa em Administração. REMAC Revista Eletrônica Mackenzie de Casos, São Paulo - Brasil, v. 1, n. 1, 1999.

CHAMPREDONDE, Marcelo. **A qualidade vinculada à origem: da imersão à tipicidade territorial**. IN: WILKINSON, J.; NIEDERLE, P. A.; MASCARENHAS, G.C.C. (org). O sabor da origem: produtos territorializados na nova dinâmica dos mercados alimentares. Porto Alegre: Escritos do Brasil, 2016. p. 374.

COURLET, Claude. **Os sistemas produtivos localizados: da definição ao modelo**. Eisforia. Ano 4. Vol. 4. Florianópolis: 2006. p. 23-47

CRUZ, Benedito Ely Valente et al. **A Identificação Geográfica para o queijo do Marajó com estratégia de desenvolvimento territorial para a microrregião do Ararí-Marajó, PA**. CADERNOS DE PROSPECÇÃO. Salvador, v. 8, n. 1, p. 158-168 jan./mar. 2015.

CRUZ, Benedito Ely Valente. **O Alvorecer das Indicações Geográficas na Amazônia: a “corrida” pela IG do queijo artesanal do Marajó/PA**. Tese (Doutor em Geografia). Presidente Prudente: UNESP, 2017.

DALLABRIDA, Valdir Roque. **Da Vantagem Comparativa à Vantagem Diferenciadora: Estratégias de Especificação de Ativos Territoriais como Alternativa de Desenvolvimento**. DRd – Desenvolvimento Regional em debate Ano 2, n. 1, jul. 2012. p. 104-133.

DALLABRIDA, Valdir Roque. **Ativos territoriais, estratégias de desenvolvimento e governança territorial: uma análise comparada de experiências brasileiras e portuguesas**. EURE, vol. 42, n. 126, mayo 2016. pp. 187-212.

DE OLIVEIRA, Amanda Borges. **Indicações Geográficas, Produtos Tradicionais e Desenvolvimento Territorial na Amazônia: Um olhar sobre o projeto de Indicação Geográfica da farinha de Bragança**. Dissertação (Mestra em Direito). Belém: UFPA, 2015.

DENARDIN, Valdir Frigo. Desenvolvimento territorial e estratégias de valorização da origem de bens alimentares. IN: WILKINSON, J.; NIEDERLE, P. A.; MASCARENHAS, G.C.C. (org). **O sabor da origem: produtos territorializados na nova dinâmica dos mercados alimentares**. Porto Alegre: Escritos do Brasil, 2016. p. 374.

DUPRAT, Deborah. Prefácio. In SHIRAISHI NETO, Joaquim (Org). **Direito dos povos e das comunidades tradicionais no Brasil: declarações, convenções internacionais e dispositivos jurídicos definidores de uma política nacional**. Joaquim Shiraishi Neto. Manaus: UEA, 2007.

FAPESPA - Fundação Amazônia de Amparo a Estudos e Pesquisas. **Estatísticas Municipais Paraenses: Curralinho**. Diretoria de Estatística e de Tecnologia e Gestão da Informação: Belém, 2016. 56f.

FLEXOR, G. **Diferenciação e Globalização do Sistema Agroalimentar: a questão da qualidade e os mercados alternativos**. XII Congresso da SBS, Belo Horizonte, Minas Gerais, 2005.

GONÇALVES, Amanda C. O. et al. Marajó. IN ALVES, Fábio (org). **A função socioambiental do patrimônio da União na Amazônia**. Brasília: Ipea, 2016. 359 p.

GRANOVETTER, M. **Ação econômica e estrutura social: o problema da imersão**. RAE - eletrônica, 2007. v. 6, n. 1, Art. 9, p. 41.

HOMMA, Alfredo K. O. Ciência e Tecnologia para o Desenvolvimento Rural da Amazônia. **Parcerias Estratégicas**. 17 (34), junho 2012. Cap. 5. p.107 – 130.

IBGE. **Divisão regional do Brasil em regiões geográficas imediatas e regiões geográficas intermediárias: 2017** - Rio de Janeiro: IBGE, 2017.

LEROY, Jean Pierre. Amazônia: território do capital e territórios dos povos. IN: ZHOURI, Andréa; LASCHEFSKI, Klemens. **Desenvolvimento e conflitos ambientais**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010.

LINHARES, Anna Maria Alves. **De caco a espetáculo: a produção cerâmica de Cachoeira de Arari (ilha do Marajó, PA)**. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal do Pará, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, Belém, 2007.

LISBOA, Pedro Luiz Braga. **A terra dos Aruã: uma história ecológica do arquipélago do Marajó** - Belém: Museu Paraense Emílio Goeldi, 2012. 482 p.

LUNDVALL, B.-A. **Políticas de Inovação na Economia do Aprendizado**. Parcerias Estratégicas, 2001. n. 10, p. 200–218.

MALUF, R. S. **Mercados agroalimentares e a agricultura familiar no Brasil: agregação de valor, cadeias integradas e circuitos regionais**. Ensaios FEE, 2004. v. 25, n. 1, p. 299–322. Disponível em: <http://revistas.fee.tche.br/index.php/ensaios/article/viewArticle/2061>. Acesso em: 15 abr. 2017.

MASCARENHAS, G.; TOUZARD, J-M. Construção da qualidade em sistemas agroalimentares localizados (Sial). **Revista de Política Agrícola**. Ano XXIV – No 3 – Jul./Ago./Set. 2015. p. 43-61.

MASCARENHAS, G. **Indicações geográficas no Brasil**: principais fatores determinantes do seu reconhecimento de desempenho. IV Encontro Nacional de Estudos do Consumo. Rio de Janeiro: 2008. p.1-25

MEIRA, M. **O Tempo dos Patrões**: extrativismo, comerciantes e história indígena no noroeste da amazônia. Lusotopie, 1996. p. 173–187.

MEIRELLES FILHO, João Carlos. **Livro de Ouro da Amazônia**. 5 edição. Rio de Janeiro: Ediouro, 2006.

_____. O Marajó, o nosso Marajó, Viva o Marajó. IN: PALAZZO JR., José Truda; CARBOGIM, João Bosco P. (organizadores). **Conservação da natureza**: e eu com isso? – 1. Ed. – Fortaleza, CE: Editora Fundação Brasil Cidadão, 2012.

MELLO, Neli Ap. **Contradições Territoriais**: signos do modelo aplicado na Amazônia. Sociedade e Estado, Brasília, v. 18, n. 1/2, p. 315-338, jan./dez. 2003.

MORETTO, Evandro Mateus et al. **Histórico, tendências e perspectivas no planejamento espacial de usinas hidrelétricas brasileiras**: a antiga e atual fronteira amazônica. Ambiente e Sociedade, vol. XV, n.3, set/dez 2012.

MUCHNIK, J. **Sistemas agroalimentários localizados**: *evolucióndel concepto y diversidad de situaciones*. III Congreso Internacional de laRed SIAL “Alimentación y territorios”, 2006. p. 1–21.

NIEDERLE, Paulo André, AGUIAR, Míriam. **Indicações Geográficas, Tipicidade e Produtos Localizados**: Os Novos Compromissos Valorativos na Vitivinicultura do Vale dos Vinhedos. Rev. de Economia Agrícola, São Paulo, v. 59, n. 2, p. 21-37, jul./dez. 2012.

NIEDERLE, P.A. et al. Introdução. IN: WILKINSON, J.; NIEDERLE, P. A.; MASCARENHAS, G.C.C. (org). **O sabor da origem**: produtos territorializados na nova dinâmica dos mercados alimentares. Porto Alegre: Escritos do Brasil, 2016. p. 374.

NIEDERLE, Paulo André. **Controvérsias Sobre a Noção de Indicações Geográficas Enquanto Instrumento de Desenvolvimento Territorial**: A Experiência do Vale dos Vinhedos Em Questão. 47o Congresso Da Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural. Porto Alegre: 2009.

_____. **Compromissos para a qualidade**: projetos de indicação geográfica para vinhos no Brasil e na França. Tese (Doutor em Ciências Sociais). Rio de Janeiro: UFRRJ, 2011.

_____. **Economia das Convenções**: subsídios para uma sociologia das instituições econômicas. Ensaios FEE, 2013. v. 34, n. 2, p. 439–470.

_____. **Políticas de valor nos mercados alimentares:** movimentos sociais econômicos e a reconstrução das trajetórias sociais dos alimentos agroecológicos. *Século XXI - Revista de Ciências Sociais*, 2014. v. 4, n. 1, p. 162–189.

NOGUEIRA, Ana Karlla Magalhães et al. A dinâmica do mercado de açaí fruto no Estado do Pará: de 1994 a 2009. *Revista Ceres*, Viçosa, v. 60, n.3, p. 324-331, mai/jun, 2013.

PACHECO, Agenor Sarraf. **As Áfricas nos Marajós:** Visões, fugas e redes de contatos. In SCHAAAN, Denise P.; Martins, Cristiane P. (organizadoras). *Muito além dos campos: arqueologia e história na Amazônia Marajoara*. 1. ed. – Belém:GKNORONHA, 2010. 200 p

PECQUEUR, B. **O desenvolvimento territorial:** Uma nova abordagem dos processos de desenvolvimento para as economias do Sul. *Raizes*, v. 24, n.1-2. 2005. p. 10-22.

_____. **A Guinada Territorial da Economia Global.** Eisforia. Ano 4. Vol.4. Florianópolis: 2006a. p. 81-103.

_____. **Qualidade e Desenvolvimento Territorial:** A hipótese da cesta de bens e de serviços territorializados. Eisforia. Ano 4. Vol.4. Florianópolis: 2006b. p. 81-103.

PEIXOTO, Rodrigo. Caminhos e Descaminhos do Desenvolvimento Territorial no Pará. In: ROCHA et al. **Territórios de desenvolvimento e ações públicas.** Belém: EDUFPA, 2009.

POTIGUAR, Manoel; COSTA, Pâmela M. **Guia de Construção de Acordos de pesca no Rio Canaticu.** Belém: Instituto Peabiru, 2015. 62 p.

POTIGUAR, Manoel; OLIVEIRA, Hermógenes J. Sá. **Planejamento estratégico para o fortalecimento do arranjo produtivo local da cadeia de valor do açaí do Marajó:** uma construção coletiva e territorial. – Belém: Instituto Peabiru, 2016. 97 p. Disponível em: https://institutopeabiru.files.wordpress.com/2016/06/160505_livreto_pnud.pdf. Acesso em: 10 out. 2017.

QUEIROZ, J. A L. de; MOCHIUTTI, S. **Guia prático de manejo de açazais para produção de frutos.** 2. ed. rev. amp. - Macapá: Embrapa-Amapá, 2012. 36p.

RAUD-MATTEDI, C. **Análise crítica da Sociologia Econômica de Mark Granovetter:** os limites de uma leitura do mercado em termos de redes e imbricação. *Política & Sociedade*, 2005. v. 6, n. 1957, p. 59–82.

REQUIER-DESJARDINS, D. Sistemas agroalimentares localizados e qualificação: uma relação complexa. *R. Inter. Interdisc. INTERthesis*, Florianópolis, v.10, n.2, p. 95-118, Jul./Dez. 2013

ROCHA, Gilberto de Miranda. Aprendizagem territorial. IN: ROCHA, Gilberto de Miranda; TEISSERENC, Pierre; SOBRINHO, Mario de Vasconcellos (Org.). **Aprendizagem Territorial: Dinâmicas territoriais, Participação social e Ação Local na Amazônia.** Belém: NUMA/UFPA, 2016. 336 p.

ROGEZ, Hervé. **Açaí: Preparo, Composição e Melhoramento da Conservação.** Belém: EDUFPA, 2000.

SANTANA, A. C.; PESSOA, J. D. C.; SANTANA, Á. L. de. O Mercado de açaí e os desafios tecnológicos da Amazônia. In: PESSOA, J. D. C.; TEIXEIRA, G.H. de A. (Org.). **Tecnologias para inovação nas cadeias Euterpe**. Vol. 1. 1ª ed. Brasília: EMBRAPA, 2012, p. 21-39.

SANTILLI, J. As Indicações Geográficas e as territorialidades específicas das populações tradicionais, povos indígenas e quilombolas. In: LAGES, V.; LAGARES, L.; BRAGA, C.L. (Org). **Valorização de produtos com diferencial de qualidade e identidade: indicações geográficas e certificações para a competitividade nos negócios**. Brasília: Sebrae, 2005. 232 p.

SANTOS, H. F. Da C. **Em busca do território perdido: conhecimento, aprendizagem e inovação**. Cadernos Curso de Doutorado em Geografia FLUP, 2009. p. 287–330.

SANTOS, M. S. Dos. Trauma e Cultura: Um Debate. **Revista USP**, 2013. n. 98, p. 51–68.

SCHAAN, Denise P.; MARTINS, Cristiane P.; PORTAL, Vera L. M. Patrimônio Arqueológico do Marajó dos Campos. IN: SCHAAAN, Denise P.; MARTINS, Cristiane P. (organizadoras). **Muito além dos campos: arqueologia e história na Amazônia Marajoara**. 1. ed. – Belém: GKNORONHA, 2010. 200 p.

SCHUNK, Dale H. **Learning theories: an educational perspective**. 6th ed. Boston: Pearson Education, 2012. 574p.

SHANLEY, Patricia; MEDINA, Gabriel. **Frutíferas e Plantas úteis na vida amazônica**. Belém: CIFOR, Imazon, 2005. 300p. il.

SILVA, I.M. da; Santana, A.C. de; Reis, M.S. **Análise dos retornos sociais oriundos de adoção tecnológica na cultura do açaí no Estado do Pará**. Amazônia: CI.&Desenv., Belém, v.2, n.3, jul./dez.2006.

SILVEIRA, Paulo R. C.. et al. Identidades socioculturais e sistemas Agroalimentares Localizados: o percurso da Quarta Colônia, RS - Brasil. In: FROEHLICH, José Marcos. **Desenvolvimento territorial: produção, identidade e consumo**. Ijuí: Ed. Unijuí, 2011. 424 p.

STEINER, João E.. Conhecimento: gargalos para um Brasil no futuro. In.: **Estudos Avançados: Dossiê Brasil no Futuro**. Vol. 20 – Nº 56 – São Paulo: IEA (USP), Jan/Abr 2006.

SWEDBERG, R. **Sociologia econômica: hoje e amanhã**. Tempo Social, 2004. v. 16, n. 2, p. 7–34.

TAKEUCHI, Hirotaka, NONAKA, Ikujiro. **Criação e dialética do conhecimento**. Gestão do Conhecimento (Capítulo 1). Porto Alegre: Artmed Editora S.A., 2008.

TAVARES, G. Dos S.; HOMMA, A. K. O. Comercialização do açaí no estado do Pará: alguns comentários. **Revista Eumednet, Observatorio de La Economía Latinoamericana**, 2015. p. 1–13.

VALENTE, Andréa de Melo. **Estudo da potencialidade de registro de Indicação Geográfica a produção de cacau no município de Medicilândia/PA**. Dissertação (Mestre em Gestão dos Recursos Naturais e Desenvolvimento Local na Amazônia). Belém: UFPA, 2012

WILKINSON, J. **A contribuição da teoria francesa das convenções para os estudos agroalimentares:** algumas considerações iniciais. *Ensaios FEE*, 1999. v. 20, n. 2, p. 64–80.

_____. **Sociologia econômica, a teoria das convenções e o funcionamento dos mercados:** inputs para analisar os micro e pequenos empreendimentos agroindustriais no Brasil. *Ensaios FEE*, 2002. v. 23, n. 2, p. 805–824.

_____. **Mercados, redes e valores:** o novo mundo da agricultura familiar. Porto Alegre: Editora da UFRGS: Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural, 2008.

YIN, R. K. **Estudo de caso:** planejamento e métodos. Trad. Daniel Grassi. 2Ed.. Porto Alegre: Bookman. 2001.

YUYAMA, Lucia K. et al. **Fruteiras da Amazônia:** potencial nutricional. Manaus: Editora INPA, 2013.

ZHOURI, Andréa; LASCHEFSKI, Klemens. **Desenvolvimento e conflitos ambientais.** Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010.